



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS
LINHA DE PESQUISA CULTURAS MIDIÁTICAS AUDIOVISUAIS**

EVELINE REGINA GONÇALVES

**TELEJORNALISMO NA CIBERCULTURA: A INCIDÊNCIA DO
JORNALISMO DECLARATÓRIO NAS TVs DE CAMPINA GRANDE E SUA
OPERACIONALIDADE ATRAVÉS DO WHATSAPP**

**JOÃO PESSOA
2018**

EVELINE REGINA GONÇALVES

**TELEJORNALISMO NA CIBERCULTURA: A INCIDÊNCIA DO
JORNALISMO DECLARATÓRIO NAS TVs DE CAMPINA GRANDE E SUA
OPERACIONALIDADE ATRAVÉS DO WHATSAPP**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de **MESTRE EM
COMUNICAÇÃO**, junto ao Programa de Pós-
Graduação em Comunicação da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB), nível Mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G635t Gonçalves, Eveline Regina.

Telejornalismo na cibercultura: a incidência do
jornalismo declaratório nas TVs DE CAMPINA grande e sua
operacionalidade através do whatsapp / Eveline Regina
Gonçalves. - João Pessoa, 2018.
106 f. : il.

Orientação: Marcos Nicolau.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo declaratório - Incidência.
3. Produção de notícias. I. Nicolau, Marcos. II. Título.

UFPB/BC

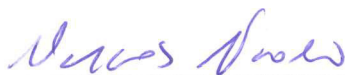
EVELINE REGINA GONÇALVES

**TELEJORNALISMO NA CIBERCULTURA: A INCIDÊNCIA DO
JORNALISMO DECLARATÓRIO NAS TVs DE CAMPINA GRANDE E SUA
OPERACIONALIDADE ATRAVÉS DO WHATSAPP**

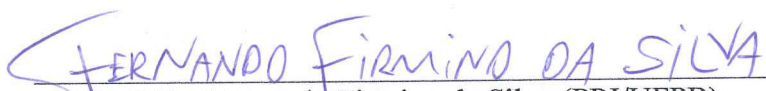
Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Comunicação, junto
ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nível
Mestrado.

Aprovada em 05 / 04 / 18

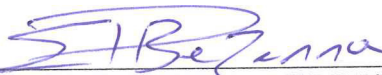
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Nicolau (PPGC/UFPB)
Orientador



Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva (PPJ/UFPB)
Examinador Externo



Prof. Dr. Ed Porto Bezerra (PPGC/UFPB)
Examinador Interno

JOÃO PESSOA
2018

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai todo Poderoso, que esteve do meu lado em todos os momentos e com Sua mão protetora me capacitou para chegar até aqui.

Aos meus pais, Eronildo e Neves Gonçalves, por serem minha base, o meu porto seguro, o motivo de todas as minhas conquistas.

Aos meus irmãos, Eronildo Filho e Eric Gonçalves, minhas sobrinhas, Ana Carolina, Ana Júlia e Ana Maria, e demais familiares, por serem o alívio dos meus estresses diários e pela torcida incondicional.

À Gustavo Xavier, pela dedicação, amor, incentivo e paciência de ouvir meus relatos, quase que diários, sobre o andamento desse trabalho.

Ao meu orientador Marcos Nicolau, por abrir minha mente a cada e-mail e orientação, me fazendo enxergar com muito mais nitidez os caminhos a serem percorridos para alcançarmos os objetivos dessa pesquisa.

À Isadora Menezes, Emília Araújo e Nathany Souza, por sempre me apoiarem e me darem forças quando a batalha parecia não ter fim.

À João Augusto de Lima por ser meu parceiro em trabalhos acadêmicos e nunca medir esforços para me ajudar.

À Anchieta Araújo, pela compreensão e incentivo, sendo muito mais que um chefe, um amigo com quem pude contar.

Às equipes da TV Paraíba, TV Borborema e TV Itararé pela disponibilidade e colaboração com a pesquisa.

Ao professor Antônio Simões, que durante o estágio docência me fez ficar ainda mais encantada com a sala de aula.

À banca examinadora, formada pelos docentes Fernando Firmino e Ed Porto Bezerra, pelas contribuições significativas.

A cada professor que passou pela minha vida e me ajudou a crescer como pessoa e profissional.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse grande sonho. Gratidão!

RESUMO

O jornalismo declaratório já era utilizado pelos veículos de comunicação antes mesmo da cibercultura, mas foi depois do advento dela que basear notícias apenas nas declarações de uma única fonte tornou-se uma prática mais recorrente. Nosso objetivo com essa pesquisa é justamente entender a ligação entre a incidência do jornalismo declaratório nas emissoras de televisão de Campina Grande, na Paraíba, e o uso das ferramentas das novas tecnologias, especialmente do WhatsApp, por parte dos jornalistas. Para isso, analisamos duas amostras não probabilísticas por conveniência do jornalismo declaratório em cada uma das três emissoras da cidade. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com um produtor e o diretor de jornalismo de cada veículo. Neste trabalho discutimos os impactos da introdução de novas tecnologias nas práticas jornalísticas; o jornalismo declaratório antes e depois da cibercultura, bem como diferenciamos o jornalismo declaratório do investigativo e do colaborativo. Comprovamos, nesse estudo, que as facilidades de acesso às fontes e as declarações em vídeos ou áudios enviados por elas, principalmente pelo WhatsApp, tem contribuído significativamente para a incidência do declaratório na cibercultura. O conteúdo recebido online com o relato da fonte está sendo exibido e embasando a notícia, mesmo que se trate de um fato de repercussão. Esse fenômeno pode trazer implicações, que também discutiremos, tanto no que diz respeito à qualidade da notícia, quanto ao espaço do profissional da comunicação nas redações jornalísticas.

Palavras-chave: Jornalismo declaratório. Cibercultura. Televisão. Produção de Notícia. WhatsApp.

ABSTRACT

The declaratory journalism was already used by the communication vehicles before the cyberculture, but it was after her advent that base news only on the statements of a single source became something recurrent. Our objective with this research is justly know the link between the incidence of the declaratory journalism on the television stations of Campina Grande, on Paraíba, and the use of new technology tools, especially Whatsapp, by journalists. For this, we analyzed two non-probabilistic samples for the convenience of declaratory journalism in each of the three stations of the city. We also conducted semi-structured interviews with a producer and the director of journalism vehicles. In this work we discuss the impact of new technologies in journalistic practices, the declaratory journalism before and after the cyberculture, as well as differentiating declaratory from the investigative and collaborative journalism. We proved, in this study, that the facilities for accessing the sources and the declarations in videos or audios sent by it, mainly by Whatsapp, has contributed significantly for the incidence of declaratory in the cyberculture. The content received online with the source's report is being displayed and supporting the news, even if it is a fact of repercussion. This phenomenon may have implications, which we will also discuss, both as regards the quality of the news, and the space of the communication professional in newsrooms.

Key-words: Declaratory Journalism; Cyberculture; Television; News Production; Whatsapp

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Classificação de fonte de notícias.....	33
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Divulgação de concurso pelo Instagram do governador da PB.....	52
Figura 2. Jornalismo declaratório no G1- Concurso para professor.....	53
Figura 3. Jornal da Correio - Concurso professor.....	53
Figura 4. Conversa em grupo no WhatsApp.....	57
Figura 5. Jornalismo declaratório no Jornal Hoje.....	59
Figura 6. Jornalismo declaratório no Bom dia Paraíba.....	60
Figura 7. Imagens do terremoto no México.....	64
Figura 8. Relato exibido pelo JPB sobre terremoto no México.....	65
Figura 9. Vídeo do delegado na Patrulha da Cidade.....	70
Figura 10. Áudio do conselheiro tutelar no Borborema Notícias.....	72
Figura 11. Imagens ilustrando áudio no Borborema Notícias.....	73
Figura 12. Áudio do delegado no JPB 2ª Edição.....	74
Figura 13. Imagens ilustrando áudio no JPB 2ª Edição.....	75
Figura 14. Áudio veiculado no JPB 1ª Edição.....	76
Figura 15. Áudio veiculado no Itararé Notícias.....	79
Figura 16. Vídeo exibido na Itararé Notícias.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 TRANSFORMAÇÕES DO TELEJORNALISMO NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA.....	17
2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	17
2.2 TECNOLOGIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO FAZER JORNALÍSTICO.....	18
2.2.1 O uso do videoteipe.....	18
2.2.2 O início das transmissões em rede.....	20
2.2.3 Televisão colorida.....	21
2.2.4 A chegada das unidades portáteis de jornalismo.....	22
2.2.5 A introdução das TVs por assinatura.....	23
2.2.6 Internet- cibercultura e convergência midiática.....	24
2.2.7 A implantação da TV Digital.....	27
2.2.8 O advento das tecnologias móveis.....	29
3. JORNALISMO DECLARATÓRIO.....	32
3.1 O QUE É FONTE.....	32
3.1.1 Produção e construção tradicionais de notícia.....	34
3.2 CONCEITOS DE JORNALISMO DECLARATÓRIO.....	38
3.3 DECLARATÓRIO X INVESTIGATIVO.....	41
4 JORNALISMO DECLARATÓRIO NA CIBERCULTURA.....	45
4.1 INTERAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES.....	45
4.2 O USO DAS REDES SOCIAIS E O JORNALISMO DECLARATÓRIO.....	49
4.3 WHATSAPP COMO FACILITADOR DO JORNALISMO DECLARATÓRIO....	56
4.4 JORNALISMO DECLARATÓRIO X COLABORATIVO.....	61
5 A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NAS EMISSORAS DE TELEVISÃO DE CAMPINA GRANDE.....	67
5.1 METODOLOGIA.....	67
5.2 A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV BORBOREMA.....	68
5.3 O USO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV PARAÍBA.....	73
5.4 O JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV ITARARÉ.....	77
5.5 CARACTERÍSTICAS DO TELEJORNALISMO DECLARATÓRIO EM CAMPINA GRANDE.....	82

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES	94

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais proporcionaram um novo ambiente de interação entre as pessoas, principalmente através das redes sociais na internet e dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis. Esse novo espaço, ou esfera conversacional (LEMOS, 2010) e de partilha de informação, afetou diretamente a produção jornalística e provocou a incidência do jornalismo declaratório.

Essa especialidade do jornalismo tem como base as declarações de uma fonte e sustenta a notícia, mesmo que seja algo de repercussão, apenas enfatizando essa voz única. Diferentemente do que acontece no jornalismo investigativo, em que várias fontes, de posições e opiniões diferentes são abordadas, englobando inúmeras versões de um mesmo fato na reportagem, no jornalismo declaratório somente a versão de uma fonte dá fundamento à notícia.

Para Marcelo Canellas (*apud* FORTES, 2005), essa forma de fazer jornalismo é apenas a cobertura de fontes. É dar voz a uma pessoa e usar a fala dela para dar embasamento a uma reportagem, sem confronto de dados, investigação, nem entrevistas com os outros lados envolvidos. Di Franco (2003)¹ também discute o tema. Segundo o autor, essa forma de fazer jornalismo “está em relação direta com o excesso de aspas”, já que não aborda o contexto da informação, nem os possíveis desdobramentos. Limita-se apenas a fala de uma fonte para compor a notícia.

O jornalismo declaratório é uma prática antiga nas redações, mas com o advento da cibercultura, das redes sociais e dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis, ele está sendo mais explorado. Segundo Lemos (2002, p.2), a cibercultura “solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloque até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”.

Dessa forma, os meios de comunicação tradicionais deixaram de ser os únicos divulgadores de informação e de decidir os assuntos que chegariam ao conhecimento do público. Na internet, as pessoas estão imersas em um mundo de informações diversas, dos mais variados lugares, com atualização o tempo inteiro, sobre temas inimagináveis. “A nova racionalidade dos sistemas informatizados age sobre um homem que não recebe informações homogêneas de um centro editor-coletor-distribuidor, mas de forma caótica,

¹ Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp190220039.htm>. Acesso 30/05/2017

multidirecional, entrópica, coletiva e, ao mesmo tempo, personalizada” (LEMOS, 2010, p.79).

Essa rede online de informação é formada principalmente pelas publicações dos próprios atores sociais. Eles passaram a divulgar conteúdo e serem vistos por várias outras pessoas. Com o advento dos smartphones e dos sistemas de distribuição de internet Wi-Fi e 3G, os internautas têm a possibilidade de publicar em suas redes sociais o tempo inteiro, até simultaneamente ao momento em que os fatos estão acontecendo.

As fontes de notícia também estão entre esses internautas. Políticos, delegados, autoridades e até mesmo fontes não oficiais, começaram a usar as ferramentas online para divulgar declarações e posicionamentos. Esse cenário fez com que os jornalistas tivessem mais facilidade para ter acesso às falas das fontes. Eles passaram a fazer rondas online em perfis específicos e nos assuntos mais comentados, como no *Trending Topics*², no Twitter. Hoje, a partir do jornalismo declaratório, basta que algum político publique algo de relevância em alguma rede social, para que os jornalistas se apropriem desse posicionamento e sustentem uma notícia nos veículos de comunicação. Bianco (2004, p.4) fala dessa apropriação das publicações online para a construção de uma notícia. “A rede tem sido um instrumento para coletar informação pronta de segunda ou terceira mão a qualquer momento”.

Antes da cibercultura, os jornalistas precisavam se deslocar até uma fonte na tentativa de conseguir uma declaração importante para dar destaque nos jornais. Não havia um canal em que elas mesmas divulgassem e alertassem à imprensa sobre algo relevante. Os profissionais tinham que ir em busca procurando a fonte pessoalmente e, por vezes, não conseguiam uma declaração oportuna para repercutir. Tanto a chegada do telefone fixo, quanto dos celulares representaram avanços nesse contato entre jornalistas e fontes. Mas foi com o advento da internet, e consequentemente, das redes sociais e dos aplicativos de mensagens nos smartphones, que a interação entre eles passou a acontecer de forma efetiva.

Além da possibilidade das próprias fontes publicarem em rede suas declarações e posicionamentos, facilitando o acesso por parte dos veículos de comunicação, a internet ofereceu também ferramentas para uma espécie de diálogo online. Jornalistas e fontes começaram a interagir virtualmente. Os profissionais da comunicação passaram a colher

² *Trending Topic* significa tópico em tendência. É o recurso que mede a popularidade de assuntos no Twitter.

informações, marcar entrevistas e até mesmo fazer a entrevista por essa ferramenta. Primo (2008) chama de interação mútua essa relação interdependente, em que cada interagente participa da construção inventiva, afetando-se mutuamente. “A palavra mútua foi escolhida para salientar as modificações recíprocas dos interagentes durante o processo. Ao interagirem, um modifica o outro.” (PRIMO, 2008, p. 57).

Essa interação mútua acontece por meio da conversação, estudada por Recuero (2010). Ela é o conjunto de técnicas e práticas utilizadas pelos interagentes para simular uma espécie de diálogo, só que pela internet. Trata-se da forma de digitar, do uso das *hashtags*, dos *emoticons*, possibilitando que a comunicação online aconteça de forma similar à modalidade presencial. Segundo Recuero, a conversação é “a porta através da qual as interações sociais acontecem e através da qual as relações sociais são estabelecidas” (RECUERO, 2010, p.3).

As ferramentas de bate-papo nos sites e nas redes sociais deram início a essa interação mútua por meio da conversação, mas com a chegada dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis, os interagentes ficaram ainda mais interligados, principalmente com a popularização do WhatsApp, que é hoje o mais usado entre os brasileiros, segundo pesquisa do Conecta³. Os smartphones têm características ubíquas e pervasivas e dão a possibilidade das pessoas estarem conectadas o dia inteiro. Com os aplicativos, os profissionais da comunicação interagem buscando declarações das fontes online, mesmo enquanto elas estão em uma reunião ou se deslocando durante uma viagem.

Além disso, o WhatsApp oferece ainda ferramentas para o envio de conteúdo multimídia, como vídeos e áudios. E assim, as próprias fontes começaram a gravar suas declarações e enviar instantaneamente para os jornalistas exibirem no noticiário. Em muitos casos, os jornalistas deixaram de se deslocar para coletar as informações diretamente com as fontes. Elas próprias enviam o conteúdo e as empresas de comunicação apenas colocam no ar.

Nosso objetivo é realizar uma pesquisa qualitativa sobre as mudanças das práticas jornalísticas na cibercultura e consequentemente a incidência do uso do jornalismo declaratório nas emissoras de televisão, desvendando qual a ligação entre a recorrência dessa prática e o uso do WhatsApp que aproxima de forma significativa jornalistas e fontes. Boni e Quaresma (2005, p.70) conceituam pesquisas qualitativas. Para as autoras,

³ Disponível em <http://conecta-i.com/?q=pt-br/whatsapp-%C3%A9-o-app-de-rede-social-mais-usado-pelos-internautas-brasileiros>. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

pesquisas qualitativas “trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas”.

Como objetivos específicos buscamos descobrir a repercussão e as implicações desse fenômeno do jornalismo declaratório no contexto da televisão, bem como identificar como ele está sendo usado pelas emissoras na abordagem de um tema que poderia ser amplamente discutido no telejornal. Desvendamos ainda quais são as fontes que estão embasando a notícia e quais os impactos que isso pode trazer para o telespectador.

Embora a incidência do uso do jornalismo declaratório esteja acontecendo inclusive nas emissoras de rede, escolhemos as emissoras de televisão de Campina Grande para essa análise por entendermos que as mudanças provocadas pelas novas tecnologias trazem ainda mais impactos para a imprensa local.

Doctor (2011) trata desse momento de instabilidade nas emissoras locais em uma de suas leis da Newsonomics⁴, denominada “Local: Remapeamento e Atualização”. Para o autor, as emissoras locais são as mais afetadas com a cibercultura, sobretudo porque não se sabe mais ao certo o que é “local”, já que as informações do mundo inteiro estão em rede. Segundo ele, essas empresas estão passando por uma total reinvenção, em que estão sendo jogadas as antigas fórmulas e definições de notícia. “É preciso atualizar os novos métodos de quem está fazendo jornalismo - o que noticiar, como noticiar, a quem noticiar, a partir de onde noticiar e até mesmo por que fazê-lo” (DOCTOR, 2011, p. 80) A incidência do jornalismo declaratório está dentro dessas novas formas de “como” e “a partir de onde” noticiar.

Para chegarmos aos nossos objetivos selecionamos seis casos de jornalismo declaratório por amostragem não probabilísticas por conveniência. Esse tipo de amostragem é “aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo” (MATTAR, 1996, p. 132). Escolhemos esse método em virtude da possibilidade de selecionarmos os exemplos em potencial do jornalismo declaratório e, assim, entendermos com mais propriedade as especificidades dessa prática.

Analizamos duas amostras em cada emissora com sede na cidade de Campina Grande, são elas: TV Paraíba (afiliada Globo), TV Itararé (afiliada Cultura) e TV Borborema (afiliada SBT). As amostras foram coletadas durante o segundo semestre de

⁴ As leis da Newsonomics tratam das tendências e das mudanças provocadas pela cibercultura nas formas de produzir, consumir e divulgar informação.

2017, e priorizamos as notícias de repercussão. Optamos por estudar esses casos por entendermos que, antes da cibercultura, eram eles os que recebiam as maiores coberturas jornalísticas. Logo, uma mudança na forma de noticiar fatos de repercussão, nos traria mais indícios de que as novas tecnologias estão provocando a incidência do uso do jornalismo declaratório.

Após a análise, realizamos entrevistas semiestruturadas com o diretor de jornalismo e um produtor de cada emissora. As entrevistas foram gravadas e feitas presencialmente na sede dos veículos. Segundo Boni e Quaresma (2005, p.77):

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

Diante do cenário de constante transformação no jornalismo com o advento das novas tecnologias, pesquisas que se debrucem sobre essa temática se tornam não só relevantes para a academia, como também para os profissionais da comunicação e para o público. No que tange à academia, esses estudos desvendam fenômenos e tendências importantes, e podem sustentar outras pesquisas que aprofundem os resultados obtidos nesse trabalho.

Para os jornalistas, trabalhos nessa vertente podem trazer reflexões sobre a prática diária do uso da internet no processo de construção de notícia. Embora proporcione inúmeras facilidades a exemplo da agilidade e da proximidade com as fontes, a internet pode comprometer a notícia veiculada, se não for utilizada de acordo com os princípios básicos do jornalismo. De acordo com Bianco (2004, p.4), “a Internet pode debilitar o processo da checagem, enfraquecendo o jornalismo de verificação, a medida que permite fácil acesso às matérias e as declarações sem que faça o trabalho de investigação”. Dessa forma, é importante discutir o uso da internet por parte dos jornalistas, para que eles utilizem as ferramentas a favor da notícia e da população.

No que diz respeito ao público, ter conhecimento dos mecanismos utilizados para a construção de uma notícia é fundamental para que ele compreenda e se posicione com relação ao produto final que é exibido. Além disso, com relação às fontes, torna-se ainda mais necessário. São elas a base do jornalismo declaratório. E se na cibercultura essas declarações estão sendo disponibilizadas pela internet, vale a reflexão sobre a proporção que pode tomar um conteúdo em rede.

Como o jornalismo vem se reconfigurando ao longo dos anos, por causa, principalmente, da introdução de tecnologias, começaremos esse trabalho fazendo uma retrospectiva das principais inovações na área e os impactos provocadas por elas na produção e exibição de notícias. Abordaremos também o uso das tecnologias para o contato com as fontes, e como jornalistas e fontes foram se aproximando para que hoje estivessem totalmente conectados. Em seguida, discutiremos o jornalismo declaratório antes e depois da cibercultura, bem como a diferença dessa prática em relação ao jornalismo investigativo e colaborativo. No quarto capítulo, nos debruçaremos sobre a análise dos casos de jornalismo declaratório nas três emissoras locais de Campina Grande. E ao final, faremos ainda uma reflexão sobre os impactos, os perigos e benefícios da incidência dessa prática nos veículos de comunicação.

2 TRANSFORMAÇÕES DO TELEJORNALISMO NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO TELEJORNALISMO NO BRASIL

A televisão no Brasil foi inaugurada no dia 18 de setembro de 1950, com a chegada da TV Tupi-Difusora, sob os comandos de Assis Chateaubriand. Essa data marcou não só a chegada da TV no país, como também a implantação da primeira estação de televisão da América do Sul. A TV Tupi fazia parte do grupo Diários Associados, que já possuía vários jornais e revistas, e começou a ser implantada em fevereiro do ano anterior quando Chateaubriand começou a fase de testes iniciais.

Imagens do Dia foi o nome do primeiro telejornal exibido pela TV Tupi. Ele tinha um formato simples e utilizava apenas algumas filmagens de ilustrações em preto e branco. A linguagem do noticiário era similar à radiofônica, já que os profissionais contratados para atuar na televisão eram os mesmos consolidados no rádio. “Dois anos antes da instalação da TV Tupi de São Paulo, os Diários Associados passaram a desenvolver uma estratégia visando não apenas treinar os seus radioatores para o novo veículo, como também para popularizar a imagem do artista” (MATTOS, 2010, p.23).

Sendo assim, diferente do que aconteceu com a televisão norte-americana, que surgiu sob influência da indústria cinematográfica, no Brasil ela seguiu o estilo radiofônico.

Nem mesmo o emprego da câmera de filmar 16 milímetros, sem som direto, principal novidade técnica utilizada nos anos 1950, conseguiu reduzir a influência da linguagem radiofônica sobre os telejornais. Com informações redigidas em forma de texto telegráfico, os noticiários eram apresentados por locutores com estilo forte e vibrante, copiado do jornalismo radiofônico. Em termos visuais, os telejornais eram parecidos: uma cortina de fundo, uma mesa e uma cartela com o nome do patrocinador. (REZENDE, 2010. p.57)

Toda essa influência do rádio ficou ainda mais evidente em um dos principais telejornais da década de 50, o Repórter Esso. Ele foi ao ar em 1952, apresentado por Gontijo Teodoro, na TV Tupi do Rio, e no ano seguinte, na TV Tupi de São Paulo. O Repórter Esso foi inspirado em um radiojornal de grande sucesso transmitido pela *United Press International (UPI)*. Uma agência de publicidade era responsável por produzir e executar todas as notícias que eram veiculadas no jornal. “A Tupi limitava-se a colocá-lo

no ar. A agência usava muito mais material internacional, filmes importados da *UPI* e da *CBS* (agências fornecedoras de serviços de filmes), do que material nacional” (NOQUEIRA, 1988, *apud* MATTOS, 2010, p. 28).

Na Paraíba essa influência do estilo radiofônico nos primeiros telejornais também aconteceu. A primeira emissora de televisão foi instalada em setembro de 1963, quando a TV Borborema exibiu suas primeiras imagens em fase experimental. Sediada em Campina Grande, a emissora que fazia parte dos Diários Associados, foi idealizada por Assis Chateaubriand e pioneira também no interior do Nordeste. Ela entrou oficialmente no ar em 14 de março de 1966, através de equipamentos doados pela TV Tupi de São Paulo, a quem foi inicialmente afiliada.

O telejornalismo na emissora, nos primeiros anos de transmissão, tinha uma produção precária diante das limitações técnicas da época. Como os equipamentos de videoteipe ainda não tinham chegado à Campina Grande, não havia a possibilidade de gravar reportagens. Dessa forma, o apresentador do noticiário lia as notícias, como no rádio, e elas eram ilustradas através de slides com fotos retiradas do Diário da Borborema, o jornal impresso do grupo dos Diários Associados. Mas essa realidade começou a mudar com a introdução de inovações tecnológicas, como veremos a partir de agora.

2.2 TECNOLOGIA E AS TRANSFORMAÇÕES NO FAZER JORNALÍSTICO

Desde a inauguração em 1950 até os dias atuais, a televisão brasileira passou por diversas mudanças, principalmente provocadas pela introdução de novas tecnologias. A chegada do videoteipe, o início das transmissões em cores, a TV por assinatura, o sinal digital e o advento da internet, por exemplo, são alguns dos marcos que representaram transformações significativas no fazer jornalístico.

Agora, vamos fazer uma espécie de retrospectiva da chegada de algumas dessas tecnologias, focando principalmente na reconfiguração provocada por elas na produção, execução e exibição de conteúdo nos noticiários.

2.2.1 O uso do videoteipe

O videoteipe (VT) chegou nas emissoras de televisão no final da década de cinquenta, mas só começou a ser utilizado com frequência no início da década de sessenta por falta de conhecimento dos profissionais. O uso dessa tecnologia provocou mudanças

significativas na produção e exibição de notícia à medida que trouxe dos Estados Unidos a possibilidade real de gravar conteúdo, substituindo os filmes, que precisavam ser revelados em laboratório para serem exibidos, por fitas, dando mais agilidade ao processo de edição. Esses equipamentos facilitaram a estruturação de reportagens e melhoraram a qualidade de som e de vídeo.

Além disso, a partir do uso do videoteipe também foi possível veicular um mesmo conteúdo em várias partes do país, já que ele deu a possibilidade de gravar a programação e levar o conteúdo para qualquer outra emissora.

O videoteipe provocaria pouco a pouco uma mudança radical na forma de se pensar, de se fazer e de levar novos conteúdos ao público. A ideia de que as grandes produções poderiam ser gravadas previamente não mais sendo veiculadas ao vivo apenas uma única vez, que poderiam ser veiculadas mais de uma vez em locais diferentes, levadas de emissora em emissora pelo País inteiro, através de fitas portáteis e transportáveis modificaria totalmente o cenário da televisão brasileira. A transformação afetaria a grade de programação cotidiana, alteraria o perfil dos profissionais necessários para manter uma televisão no ar, traria modificações profundas no cenário comercial e na expectativa do público telespectador. (BERGESCH, 2010, apud CAVENAGUI, EMERIM, 2012, p. 6).

Além de gravar conteúdo para o telejornal e dar a possibilidade de transmitir programas gravados em várias outras emissoras, o videoteipe viabilizou também estratégias de programação horizontal, quando os programas são exibidos ao longo da semana ou de um mês, em um mesmo horário. Assim, o VT não significou mudanças apenas para os profissionais da comunicação. Com a exibição de uma grade fixa, horizontal, ele fez com que as pessoas criassem o hábito de assistir televisão, como enfatiza Mattos (2010).

O uso do VT possibilitou não somente as novelas diárias como também a implantação de uma estratégia programação horizontal. A veiculação de um mesmo programa em vários dias da semana criou o hábito de assistir televisão rotineiramente, prendendo a atenção do telespectador e substituindo o tipo de programação em voga até então, de caráter vertical, com programas diferentes todos os dias. (MATTOS, 2010, p.30).

Com a chegada do videoteipe, a televisão começou a criar o seu estilo próprio, fugindo do amadorismo e das características radiofônicas. A criação do Jornal

Vanguarda, na TV Excelsior, em 1959, é um marco nesse contexto. O telejornal apostou em uma produção mais profissional, dinâmica e criativa, implantando vinhetas e contratando jornalistas que já tinham experiência com jornal impresso, entre eles: Newton Carlos, Villas- Bôas Corrêa, Millôr Fernandes, João Saldanha e Stanislaw Ponte Preta, Luís Jatobá e Cid Moreira. A Excelsior foi a primeira emissora administrada nos padrões que vemos hoje e inovou até no visual do telejornal, saindo do cenário que se limitava à bancada e ao apresentador posicionados em frente a câmera para algo dinâmico, rico em detalhes, com o uso de caricaturas e bonecos.

Mesmo o videoteipe melhorando significativamente a qualidade dos noticiários brasileiros e dando a possibilidade de exibir um mesmo conteúdo em várias partes do país através de uma gravação, a transmissão simultânea ao vivo só foi possível com a chegada do sistema de microondas.

2.2.2 O início das transmissões em rede

A transmissão da inauguração de Brasília para todo país, em 1960, foi um divisor de águas para a história da televisão brasileira, pois a partir dessa data o governo começou a investir em infraestrutura para possibilitar transmissões à distância. O objetivo era atingir um maior número de telespectadores, integrando o país, e divulgar as ideologias do regime militar.

O Estado investiu no desenvolvimento dos meios de massa, na implantação de linhas de microondas e, com a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, possibilitou a transmissão em todo país. A Embratel foi implantada em 1965 e interligou não só a comunicação no Brasil, como também com outros países. É importante frisar que nessa fase, os aparelhos de televisão ficaram mais baratos, deixando de ser um artigo de luxo e começando a fazer parte da rotina de várias pessoas. Então, foi possível, a partir das linhas de microondas e da popularização dos aparelhos de televisão, a veiculação simultânea de programas para vários locais diferentes, uma considerável transformação para a imprensa. Os telejornais começaram a ser pensados para atrair uma audiência bem maior e diferente culturalmente.

E foi nessa perspectiva que a Rede Globo, inaugurada em 26 de abril de 1965, lançou o Jornal Nacional em 1 de setembro de 1969. Ele foi o primeiro a ser transmitido simultaneamente, ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba,

Porto Alegre e Brasília. Além de implantar um novo estilo de jornalismo, com reportagens sobre várias cidades, o noticiário ainda incorporou informações do exterior, em tempo real, via satélite. A ideia da emissora foi “lançar um telejornal para que os 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum. Além de um simples idioma” (VEJA, 1969, *apud* REZENDE, 2010, p. 60). Para isso, a Rede Globo investiu pesado na parte técnica e no conteúdo, algo que foi aprimorado ainda mais com o início das transmissões em cores.

2.2.3. Televisão colorida

A transmissão em cores é, para alguns autores da Comunicação, um dos maiores avanços tecnológicos da televisão no Brasil até os anos 2000. A primeira vez que os brasileiros assistiram imagens coloridas foi em 1972, em uma transmissão para todo o país da Festa da Uva, no Rio Grande do Sul. Mas, um ano antes, os profissionais já começaram a se preparar para essa nova tecnologia, primeiramente no que diz respeito aos equipamentos que precisavam ser utilizados, depois com relação às mudanças que eles provocariam no conteúdo veiculado. As cores passaram a ser bem enfatizadas nas reportagens e até o próprio figurino dos apresentadores tinha cores vibrantes.

Tendo o PAL-M como o sistema adotado, o novo padrão colorido implicou em uma melhoria de qualidade nos cenários, nos figurinos, nas vinhetas e nas propagandas. Na TV Globo, especialistas da iluminação tiveram que realizar uma série de eventos, de orientação técnica, para conduzir os profissionais da TV, do figurino ao uso de chromakey. (CIRNE, 2012, p.28)

Para Mattos (2010), foi assim que teve início “a fase do desenvolvimento tecnológico da televisão brasileira”. O autor leva em consideração os avanços tecnológicos e dialoga com o momento político vivido no país com o regime militar. “A partir de então, televisão começou a exibir programas de alta sofisticação técnica, gerados em cores e que atendiam plenamente ao tipo que o governo queria: uma televisão bonita e colorida...” (MATTOS, 2010, p.35)

O lançamento do Fantástico - o Show da Vida, pela Rede Globo, em 1973, retrata bem essa fase vivenciada pela televisão. O programa, que mistura jornalismo e entretenimento, inovou em vários aspectos. Ele “eliminou o improviso, impôs uma duração rígida no noticiário, copidescou não só o texto como a entonação e o visual dos

locutores, montou um cenário adequado, deu ritmo à notícia, articulando com excelente ‘*timing* texto e imagem’. (PIGNATARI, 1984 *apud* REZENDE, 2010, p.63)

2.2.4 A chegada das unidades portáteis de jornalismo

Outra mudança importante no telejornalismo com o advento de novas tecnologias foi a chegada das unidades portáteis de jornalismo, denominadas *Electronic News Gathering* (ENG). Trata-se de câmeras leves, transmissões de microondas, videoteipes e sistema de edição, tudo em um mesmo ambiente com a possibilidade de ser levado para qualquer lugar. Essas unidades portáteis começaram a ganhar o espaço dos filmes 16 mm já em 1976, inicialmente pela Rede Globo de Comunicação.

Essa tecnologia diminuiu o tempo gasto com revelação de filme e edição, já que possibilitou ao jornalista entrar ao vivo do local do fato, enviando imagem e som para a emissora. Ela trouxe facilidades também para o trabalho do cinegrafista, uma vez que ele teve a chance de rever o material imediatamente após a gravação, e perceber com rapidez algum tipo de erro para que a tomada fosse feita novamente. Com isso, a rotina de produção e exibição de conteúdo precisou ser adaptada. Os jornalistas tiveram que passar a pensar em pautas cujos assuntos dessem a possibilidade de entradas do local do fato. Além disso, os repórteres começaram a apresentar seus próprios textos ao vivo, sendo cobrado deles mais improviso e memorização, e os jornais ficaram mais dinâmicos.

Por causa do ENG, o formato narrativo do telejornalismo norteamericano, apoiado na performance de vídeo dos repórteres, tornou-se o padrão dominante no País. Até então, o repórter pouco aparecia, uma vez que era necessário economizar película. Depois que a nova tecnologia foi implantada, o repórter passou não só a ir ao local dos acontecimentos e apurar as informações, mas também a fazer o texto e ele mesmo apresentar. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, *apud* Cirne, 2010, p.2)

Segundo Cirne (2012), a primeira experiência com unidade móvel de jornalismo aconteceu no Bom Dia São Paulo (TV Globo). Os repórteres se deslocavam pela cidade para noticiar ao vivo informações sobre trânsito, tempo e vários outros assuntos. No Jornal Nacional a primeira entrada ao vivo foi em junho de 1977. Esse era o começo de uma transmissão cada vez mais ubíqua, o que foi potencializado com o advento dos dispositivos móveis, a exemplo dos smartphones, como abordaremos mais adiante.

2.2.5 A introdução das TVs por assinatura

Essa forma de noticiar do local do fato, no momento do ocorrido, inspirou a implantação do jornalismo 24 horas, através da TV por assinatura. Ela foi regulamentada em 1995, com a aprovação da lei 8.977, que trata do serviço de TV por assinatura via cabo ou satélite no país. Essa TV se popularizou no Brasil principalmente porque tinha a proposta de atingir públicos específicos com programas voltados para os interesses deles, com canais de filmes, música, cultura, política, jornalismo, entre outros.

No que diz respeito ao jornalismo, o surgimento de canais de notícias 24 horas transformou a produção e exibição de conteúdo em vários aspectos. As coberturas dos fatos passaram a ser maiores e as informações mais esmiuçadas, reconfigurando o trabalho dos jornalistas, desde a questão das pautas, do tempo que a informação leva para ser divulgada e até da forma de apresentar as notícias, já que muitos apresentadores se utilizam de comentários e opiniões.

Os noticiários das TVs por assinatura contam também com atualização e desdobramentos de um mesmo fato a cada edição, o que atrai a atenção dos assinantes.

A cada jornal, os temas principais do dia são ampliados, atualizados e, quando necessário, comentados, de forma que o assinante receba sempre uma informação a mais, com vários enfoques e visões diferenciadas. Algumas reportagens são reapresentadas propositalmente em todos os jornais, para que o assinante que estiver ligando a televisão naquele momento possa receber um jornal completo, de política e economia ao noticiário internacional e de esportes.
(PATERNOSTRO, 2006, p.48)

As primeiras empresas habilitadas para explorar o serviço de TV por assinatura já atuavam na mídia, entre elas as Organizações Globo e o Grupo Abril. A Globo News, da Rede Globo, por exemplo, entrou no ar em 1996, também nessa perspectiva de informação 24 horas, aproximando os assinantes dos conteúdos exibidos por meio de atualizações constantes e desdobramentos.

Como a TV por assinatura atraiu um grande número de assinantes, ela provocou mudanças também nos canais de TV do sistema aberto. Eles tiveram que procurar novas formas de atrair o telespectador, oferecendo além de mais informação, mais qualidade e interação com o público. Cirne (2012) exemplifica essa reconfiguração no jornalismo das emissoras das TVs tradicionais, com a chegada das emissoras a cabo, abordando a “Caravana do Jornal Nacional”, exibido em 2006. Esse projeto, que tinha o objetivo de

denunciar irregularidades por todo país, quebrou o formato sistemático do Jornal Nacional. Ele levou os apresentadores para vários lugares do país, com o telejornal sendo transmitido ao vivo e ao ar livre, para aproximar o público do noticiário.

A ideia propiciou um ambiente de maior contato dos “porta-vozes” da população com a mesma, haja vista que o cenário das apresentações era composto pelos habitantes das cidades visitadas, que, de certa forma, participavam do processo de produção, atestando as informações que eram veiculadas. (CIRNE, 2012, p.33)

Se com a chegada das TVs por assinatura os veículos de comunicação tradicionais tiveram que criar projetos, mudar formas e investir na qualidade do conteúdo, com a popularização da internet e consequentemente a convergência midiática, essa reconfiguração foi ainda maior.

2.2.6. Internet - cibercultura e convergência midiática

A internet, que possibilita a transmissão de informações em escala mundial através da ligação de computadores em uma rede, é vista por muitos autores como uma das maiores inovações tecnológicas de toda história da Comunicação. Ela se popularizou no Brasil a partir dos anos de 1980 e despertou o interesse da mídia na década seguinte. Em 1995 foi criado o primeiro site jornalístico brasileiro, o Jornal do Brasil, seguindo a versão eletrônica do jornal O Globo. Em seguida, a Agência Estado, agência de notícia do Grupo Estado, também passou a ter uma página na internet. Os portais brasileiros surgiram como a imprensa do país, ligados a grandes grupos de mídia. Esses portais, que surgiram dos conglomerados líderes em audiência e receita, Ferrari (2003) chama de Barões da internet brasileira.

Diferentemente dos Estados Unidos, onde o surgimento dos portais decorreu da evolução dos sites de busca- que recorreram ao conteúdo como estratégia de retenção do leitor-, no Brasil os sites de conteúdo nasceram dentro das empresas jornalísticas. Alguns deles nem tinham a concepção de portal e evoluíram posteriormente para o modelo (FERRARI, 2003, p. 25).

A chegada da internet provocou uma reconfiguração significativa nas práticas jornalísticas. Como os primeiros portais pertenciam aos grandes veículos, eles passaram

a ser a primeira experiência de *crossmedia*⁵, transmitindo o conteúdo que já era divulgado na TV, no rádio e no impresso. Os jornalistas que passaram a trabalhar nas redações digitais tiveram que adquirir familiaridade com os computadores e softwares, além de assimilar novas formas de construir a notícia. “Contextualizar a informação e saber criar hierarquias de importância para a notícia-sempre da mais para a menos importante- são as peças fundamentais desse quebra-cabeça digital” (FERRARI, 2003, p.71). Os profissionais da comunicação que continuaram atuando nos veículos tradicionais também tiveram que modificar práticas de produção e divulgação de conteúdo, principalmente porque começaram a atuar nas duas mídias, utilizando ferramentas da internet para o ofício. E é principalmente sobre as mudanças provocadas nos veículos de comunicação tradicionais e no trabalho dos jornalistas dessas empresas que focaremos com o intuito de entender os impactos trazidos pela chegada da internet. Para isso, faz-se necessário abordarmos conceitos como cibercultura e convergência midiática.

O surgimento da microinformática e a popularização da internet foram os principais fatores que resultaram no desenvolvimento da cibercultura, uma nova fase da sociedade de informação marcada pelas tecnologias digitais. Ela “nasce no desdobramento da relação da tecnologia com a modernidade que se caracterizou pela dominação através do projeto racionalista-iluminista, da natureza e do outro” (LE MOS, 2008, p. 11).

A cibercultura traz novas formas de comunicação e de conhecimento a partir de um espaço territorial não físico, formado por uma rede de computadores, na qual circulam várias informações. “Trata-se de transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação.” (LE MOS, 2005, p.2).

Nesse contexto, os veículos de comunicação tradicionais tiveram que se adaptar a essa realidade e até incorporar ferramentas das novas mídias. Lemos (2008) denomina esse processo de Reconfiguração. Para o autor, a reconfiguração representa mudanças provocadas pela coexistência e relação entre as mídias massivas e pós-massivas. “Em várias expressões da cibercultura trata-se de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição de seus respectivos antecedentes” (LE MOS, 2008, p. 18).

⁵ Distribuição de um mesmo conteúdo por mais de uma plataforma e mídia, seja em veículos tradicionais ou digitais.

Seria uma reconfiguração no sentido do cruzamento das mídias. Um momento no qual as novas mídias colidem com as antigas e ambas se modificam mutualmente. Não se trata, assim, do fim de nenhuma delas. Jenkins (2009) explica que não há uma substituição dos meios de comunicação antigos quando uma nova mídia surge, a exemplo da internet. O que mudam são os sistemas de transmissão e distribuição.

Sistemas de distribuição são apenas e simplesmente tecnologias; meios de comunicação são também sistemas culturais. Tecnologias de distribuição vêm e vão o tempo todo, mas os meios de comunicação persistem como camadas dentro de um estrato de entretenimento e informação cada vez mais complicado. O conteúdo de um meio pode mudar (como ocorreu quando a televisão substituiu o rádio como meio de contar histórias, deixando o rádio livre para se tornar a principal vitrine do rock and roll), seu público pode mudar (como ocorre quando as histórias em quadrinhos saem de voga, nos anos 1950, para entrar num nicho, hoje) e seu status social pode subir ou cair (como ocorre quando o teatro se desloca de um formato popular para um formato de elite), mas uma vez que um meio se estabelece, ao satisfazer alguma demanda humana essencial, ele continua a funcionar dentro de um sistema maior de opções de comunicação. (JENKINS, 2009, p.41)

Jenkins (2009) ainda conceitua essa reconfiguração tratada por Lemos (2008) de convergência midiática. Ele fala em transformação cultural que envolve a relação entre mídias, tecnologias, mercados e públicos, e que afeta não só a forma de produzir notícia, como também as formas de consumir os meios de comunicação.

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. (JENKINS, 2009, p.20)

Com a convergência midiática, a televisão e o rádio, por exemplo, começaram a atuar também na internet. Eles tiveram que modificar formas de produção de conteúdo e até de interação com a audiência, tudo isso em virtude das ferramentas possibilitadas pela introdução da nova tecnologia. Além de transmitir o conteúdo pelos veículos de comunicação tradicionais, as reportagens também passaram a ser disponibilizadas na internet, e algumas emissoras já exibem o conteúdo na rede ao vivo, de forma simultânea, na tentativa de atrair os internautas.

Além disso, o poderio de divulgação de informações vivido pelas mídias massivas também foi modificado, já que nas novas mídias qualquer pessoa pode divulgar algo e ganhar notoriedade. Isso dificultou o conhecido furo jornalístico, pois na rede os próprios internautas publicam informações quase em tempo real. Lemos (2008) trata esse fenômeno de Liberação do polo emissor. “As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo como o excesso de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos *mass media*.” (LE MOS, 2008, p. 20). Essa liberação do polo emissor trouxe mudanças também no deadline dos jornalistas, uma vez que as reportagens dos veículos tradicionais ficam “velhas” mais rápido devido a agilidade da internet. Essas reportagens começaram a ser trabalhadas de uma forma diferenciada, mostrando algo além do que já está disponível na rede, tentando prender a atenção do telespectador-internauta. E os telespectadores-internautas, por sua vez, através das ferramentas da internet, principalmente das redes sociais, passaram a sugerir pautas e dar um *feedback* aos jornalistas do que foi exibido. Além de enviar conteúdo, como vídeos e fotos, que podem ser exibidos pelo noticiário. A chegada da TV Digital, outra tecnologia importante para a história da televisão, também proporcionou novas formas de interação com os veículos.

2.2.7 A implantação da TV Digital

A TV Digital (TVD) foi implantada no país em 2 de dezembro de 2007, em São Paulo. A tecnologia representou mudanças na forma de produção e transmissão das emissoras, sendo necessários investimentos na parte técnica, principalmente com a substituição de transmissores, equipamentos de captação de som e imagem, suporte de gravações e *softwares*.

Lívia Cirne (2012), em uma pesquisa sobre as mudanças provocadas pela implantação da TV digital na Paraíba, elenca seis principais características da televisão com essa nova tecnologia, são elas: qualidade da imagem, melhoria do sinal, som digital, multiplicidade de canais, acessibilidade e interatividade.

Com relação à qualidade da imagem, a TVD “implica em um sistema com aperfeiçoamento da imagem em até seis vezes mais em relação ao padrão atual, regido pelos sistemas analógicos, podendo apresentar quatro configurações com base no número de linhas” (CIRNE, 2012, p.77). Essa mudança na qualidade da imagem impactou

diretamente a forma como as reportagens são construídas. As câmeras que filmam em alta definição, por exemplo, têm o tamanho do campo visual da imagem, sendo necessário cinegrafistas e repórteres ficarem mais atentos ao enquadramento. Além disso, devido à alta qualidade das imagens, os cinegrafistas exploram o conteúdo através das cores e detalhes, e o texto do repórter, em alguns casos, já não pode ser tão detalhista para não se tornar redundante.

A melhoria do sinal resistente a chuviscos também é uma das características elencadas pela autora e representa a diminuição de interferências, tornando o sinal digital superior no tocante a qualidade em comparação com a transmissão analógica. A TVD apresenta ainda melhorias no som reproduzido, pela redução de ruídos. Ela “se utiliza de seis canais independentes de áudio, sendo dois frontais, um central, dois traseiros e um de efeito subwoofer, ou seja, de baixa frequência, para reforçar os sons vindos de trás, proporcionando uma maior sensação de envolvimento com o que é veiculado” (CIRNE, 2012, p. 80). Além disso, a TV digital oferece a possibilidade de transmissão em vários fluxos de vídeo simultâneos, dando suporte à transmissão de mais de um programa ao mesmo tempo. Essa característica é denominada por Cirne (2012) de multiplicidade de canais.

A autora cita ainda o acesso facilitado ao conteúdo das emissoras através da mobilidade da TV digital portátil (nos celulares, tablets e antenas com conexão USB para computadores). Com isso, o conteúdo jornalístico deixou de ser pensado para uma audiência que assistia sentada em frente à televisão, para ser pensado a partir de um público que assiste enquanto se desloca de ônibus, caminha ou faz qualquer outro tipo de atividade. Isso representou um maior desafio para os jornalistas com relação aos temas que devem ser abordados no telejornal para atrair a atenção do público.

Desafio que tentou ser superado através das ferramentas de interatividade, a última das características da TV digital elencada por Cirne (2012). Com essa nova tecnologia, o público passou a participar do conteúdo exibido. Os veículos de comunicação lançaram mão de enquetes, votações, entre outras possibilidades, para que o telespectador pudesse participar mais efetivamente da programação. A autora fala sobre um novo perfil de audiência provocado pela interatividade e personalização dos novos programas.

O espectador deixa de ser um mero observador e experimenta, por meio de qualquer mecanismo de participação (voto, e-mail, SMS), realizar ações expressivas e notar o resultado da sua decisão, adquirindo a sensação de que está colaborando na construção do conteúdo exibido. (CIRNE, 2012, p.131)

Como vimos, com a chegada da TV digital, as emissoras passaram a transmitir a programação também pelas mídias móveis. Esses dispositivos, a exemplo dos smartphones, impulsionaram outras mudanças nas práticas jornalísticas, como abordaremos a partir de agora.

2.2.8. O advento das tecnologias móveis

Por tecnologias móveis conceitua-se smartphones, tablets, celulares e todos os dispositivos com tecnologia de terceira geração (3G) e funções multimídia. Eles se popularizaram na primeira década de 2000 e representaram uma forte reconfiguração no processo de produção e divulgação de conteúdo.

O celular digital assumiu funções de alta mobilidade, dando a possibilidade dos usuários estarem conectados o tempo inteiro através de uma comunicação ubíqua e pervasiva. Através dele foi possível ter em um mesmo aparelho vários recursos, como: câmera fotográfica, televisão, rádio, localizador de GPS, calendário, caixa postal e agenda, e utilizar mais de uma dessas ferramentas simultaneamente. Para André Lemos (2005), o uso das mídias móveis, principalmente dos smartphones, deu início a chamada era da conexão. Segundo o autor:

Ela não é apenas a era da expansão dos contatos sobre forma de relação telemática. Isso caracterizou a primeira fase da internet, a dos “computadores coletivos” (CC). Agora temos os “computadores coletivos móveis” (CCm). Trata-se da ampliação de formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas motivadas pelo nomadismo tecnológico da cultura contemporânea e pelo desenvolvimento da computação ubíqua (3G, Wi-Fi), da computação senciente (RFID5, bluetooth) e da computação pervasiva. (LEMOS, 2005, p.2).

Os veículos de comunicação tradicionais passaram a utilizar as funcionalidades do celular na produção jornalística. A partir do uso das redes *Wi-Fi* e 3G, eles começaram a fazer transmissões ao vivo e a publicar matérias diretamente do local do fato. Faz-se necessário destacar que essa prática do uso do celular como ferramenta da produção começou antes da implantação dessas redes de terceira geração. Algumas emissoras já utilizavam o GPRS para envio de arquivos a distância, mas com a chegada do 3G não só o processo ficou mais ágil, como as empresas de comunicação passaram a utilizar com

mais frequência a tecnologia, reafirmando a mobilidade física e informacional da cibercultura.

A TV Jornal, emissora pernambucana do conglomerado Sistema Jornal do Commercio, foi a primeira no país a utilizar o 3G na produção jornalística, em 2007. Os repórteres faziam vídeos dos acontecimentos e transmitiam para a emissora no projeto Notícia Celular. O objetivo era flagrar fatos de repercussão pela cidade e conseguir transmitir em tempo real, sem que o repórter precisasse voltar para a redação, onde a reportagem era editada e exibida. Com o uso do 3G, do lugar do fato, no momento da apuração, o repórter já passava as informações ao vivo através do celular, sem se fazer necessário também equipar e deslocar um carro com aparato tecnológico para fazer a transmissão

Silva (2009) estuda, além dessa, outras experiências da relação entre jornalismo e mobilidade, como a da revista Época, que criou um blog urbano (Urblog) para postar notícias em tempo real da cidade de São Paulo. O veículo se utilizava de fotos, vídeos e transmissões ao vivo para fazer a cobertura no momento exato da apuração. “As matérias se caracterizavam por uma interação mais forte com o espaço urbano e a identificação ocasional da localização de produção através de mapas gerados por GPS embarcado no celular” (SILVA, 2009, p. 78).

Esses projetos do uso das mídias móveis no jornalismo investigados por Silva (2009), além de ter a localização geográfica como ponto primordial na produção, consumo e divulgação de notícia, “demonstra o realce da mobilidade (física e informacional) com o uso de um aparato móvel que permite a instantaneidade ubíqua da notícia em diversos formatos (textual, imagético, audiovisual). (SILVA, 2008, AGUADO; MARTINEZ, 2008, *apud* SILVA, 2009, p. 78).

A reconfiguração provocada no fazer jornalístico através da utilização de tecnologias móveis e redes de internet sem fio foi tão significativa que resultou em um novo conceito para essas etapas de produção e distribuição de conteúdo. Trata-se do Jornalismo Móvel (SILVA, 2009). Para chegar a esse conceito, o autor se debruça sobre três aspectos fundamentais dessa prática. O primeiro diz respeito à relação entre jornalismo e mobilidade, e ao uso da conexão para fluidez do conteúdo. O segundo aspecto trata do uso do recurso de GPS para contextualizar o local da emissão da notícia, a geolocalização. E por fim, a necessidade de atualizações mais constantes e em tempo real dos acontecimentos, com o uso de alertas instantâneos como os das redes sociais, a exemplo do Twitter e Facebook. Assim, o jornalismo móvel representa uma nova

dinâmica para as redações, reconfigurando principalmente o trabalho dos repórteres, que passam para a condição de multitarefa, apurando, editando, compartilhando e transmitindo conteúdo em campo.

As tecnologias móveis possibilitaram também o surgimento dos aplicativos de mensagens, fundamentais para a incidência do jornalismo declaratório. Mas, essa especialidade do jornalismo existe antes mesmo do surgimento da cibercultura, entretanto foi a partir dela que o declaratório começou a ser mais explorado. No próximo capítulo estudaremos os conceitos e as práticas do jornalismo declaratório, no capítulo 4 vamos desvendar como as novas tecnologias tem contribuído para sua incidência e no capítulo 5 abordaremos o jornalismo declaratório nas emissoras de TV de Campina Grande.

3 JORNALISMO DECLARATÓRIO

O jornalismo declaratório baseasse nas declarações de fontes, oficiais ou não, para compor a notícia. Essa forma de informar está diretamente ligada ao uso das aspas na fala de alguém para embasar o fato. A voz da fonte é importante em qualquer especialidade do jornalismo, mas no declaratório é ainda mais forte, já que apenas essa fala sustenta a notícia que será veiculada. Entendendo a importância da fonte para o jornalismo declaratório, antes adentrarmos nos conceitos e nas especificidades da prática é importante compreendermos o que é uma fonte e como ela auxilia na construção de notícia.

3.1 O QUE É FONTE

Fonte é algo ou alguém que repasse informações para os jornalistas. Pode ser autoridades, pessoas comuns, livros, pesquisas ou até mesmo uma instituição. É através da fonte que o jornalista consegue o embasamento, a confirmação de uma informação. Isso porque o jornalista não pode discorrer sobre algo que ele não presenciou, denunciar algo sem indícios ou ser a única voz de uma reportagem. É papel dos jornalistas ouvir fontes, quem conte o fato, e o jornalista apenas dá o formato para a informação ser veiculada. Segundo Eborlato (1985), fonte é quem possa, de alguma maneira, transmitir informação ao jornalista sobre um dado acontecimento.

Schmitz (2011) acrescenta ao conceito de Eborlato, tratando de diversos tipos de fontes de onde os jornalistas obtêm informações.

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p.9)

Nessa perspectiva, o autor lança mão de uma matriz de classificação das fontes de notícia, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Classificação de fonte de notícias

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Anônima	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Popular	Reativa		
	Notável			
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referencial			

Fonte: SCHMITZ, Aldo Antônio, 2011

De acordo com a classificação de Schmitz, as fontes são primárias quando estão mais próximas do ocorrido, fazem parte da origem da informação, podendo contribuir mais diretamente para a reportagem. Já as fontes secundárias repercutem o que foi noticiado pelas fontes primárias. Normalmente, as fontes secundárias interpretam, analisam, comentam ou complementam a matéria jornalística.

O autor também separa as fontes em oito grupos, levando em consideração o papel que ela desempenha na sociedade. As oficiais são aquelas pessoas com cargos públicos que se pronunciam em nome de órgãos mantidos pelo Estado (executivo, legislativo, judiciário). No grupo empresarial estão as fontes que representam uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. No grupo institucional estão aquelas que representam uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. E em popular enquadram-se as pessoas que se manifestam por si mesma, reivindicando ou defendendo uma causa própria. As fontes que estão no grupo notável são aquelas que têm fama, são personalidades, como artistas e escritores. E em testemunhal estão as pessoas que presenciaram o fato e podem dar mais detalhes à imprensa. As fontes especializadas são as pessoas detentoras de um saber específico, como especialistas, peritos e pesquisadores. Já no grupo referência estão livros, artigos, teses e outras produções científicas.

As fontes também podem ser separadas de acordo com a ação, segundo Schmitz (2011), levando em consideração o seu comportamento com a imprensa. Para ele, fontes proativas são aquelas que produzem e oferecem antecipadamente notícias prontas, e estão sempre disponíveis para a imprensa. As fontes ativas também mantêm um bom relacionamento com os jornalistas, mas são menos ostensivas que a primeira. Não enviam a notícia pronta e sim releases frequentes, sites da organização, entre outros. Como o

próprio nome já diz as fontes passivas não alteram sua natureza por causa dos jornalistas. Trata-se de livros, documentos e mídias que servem de pesquisa para os profissionais da imprensa. As fontes reativas, por sua vez, fogem da mídia, agem discretamente, para evitar a invasão de privacidade mesmo sendo pessoas notórias e detentoras de informações de interesse público.

As formas que as fontes são apresentadas ao público também podem ser diferentes e são categorizadas através do crédito. De acordo com Schmitz (2011), identificadas são as fontes que cedem a imagem sem requerer direitos autorais. A profissão, cargo, função e, às vezes, alguns detalhes da vida pessoal também são enfatizados pelo jornalista. Já as fontes anônimas são aquelas que têm a identidade preservada. Algumas preferem dar a informação sem gravar entrevista e outras pedem que os jornalistas utilizem recursos para embasar a voz ou distorcer a imagem dela.

Schmitz (2011) separa ainda as fontes pela credibilidade e proximidade com os jornalistas, é o que ele chama de qualificação. Assim, existem as fontes confiáveis que são aquelas que mantêm uma relação estável com a imprensa. Elas têm um histórico de declarações verdadeiras e dados fornecidos de forma eficaz. Existem também as fontes fidedignas que apesar de não manter um histórico de confiança mútua, tem notoriedade e credibilidade pela posição social ou inserção ao fato. E as fontes duvidosas que levantam suspeita dos jornalistas e fazem com que eles usem a declaração como provisoriamente verdadeira, até que se prove o contrário.

O contato entre jornalistas e fontes é a primeira etapa do processo de construção de uma notícia nos moldes tradicionais do jornalismo, mas no jornalismo declaratório a fala da fonte não é o início e sim o todo de uma informação. Os profissionais baseiam o fato apenas no que é dito por ela. Agora vamos nos ater as formas de produção e construção de uma notícia nos moldes tradicionais do jornalismo, para que depois entendamos as diferenças desse processo quando a notícia é construída para o jornalismo declaratório.

3.1.1 Produção e construção tradicionais de notícia

A apuração é a fase inicial da construção tradicional de uma notícia, que segundo Erbolato (1991), é a matéria-prima do jornalismo. Na primeira etapa do processo noticioso, o produtor checa as informações e levanta dados que vão subsidiar a

reportagem. Todo conteúdo jornalístico deve ser iniciado pela apuração, seja um fato que aconteceu naquele momento (um factual), ou reportagens pensadas com antecedência (as matérias frias). A produção de uma reportagem pode contar com apuração junto às fontes, em pesquisas, documentos, livros, trabalhos científicos e vários outros mecanismos em busca de detalhes e mais conhecimento sobre o assunto. “Cada apuração abre novos vazios de informação, a serem preenchidos por mais investigação. É preciso ter panorama geral do que se tem para saber o que é preciso levantar para ir em frente.” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 86)

No caso dos factuais, a apuração dos produtores começa pelas rondas. Esse processo consiste em coletar o que aconteceu de novo, principalmente com relação a Polícia, SAMU, Corpo de Bombeiros e hospitais. Assim que fica sabendo de uma ocorrência, é papel do produtor apurar os detalhes. Essas informações são repassadas para o editor do noticiário, que pode divulgá-las em uma nota lida pelo apresentador ou encaminhar uma equipe de reportagem para o local. Imaginemos que aconteça um acidente. Quando toma conhecimento do fato, o produtor começa a busca incessante por informações, seja com a Polícia Rodoviária Federal, SAMU, hospitais ou diversas outras fontes, para tentar entender como tudo aconteceu. Com essas informações em mãos, o veículo de comunicação decide se noticiará e como tratará o assunto.

O cargo da pessoa que define essas questões, varia de acordo com o veículo de comunicação. Em algumas empresas trata-se dos próprios produtores, em outras são os editores. Há alguns veículos que quem decide é o chefe de reportagem e em outros é o gerente de jornalismo. O fato é que nesse momento os jornalistas utilizam filtros para decidir se o fato será noticiado e como será a abordagem do assunto. Traquina (2005, p.150) explica essa etapa da produção de notícia na teoria do *gatekeeper*. Ele fala sobre os portões seletivos pelos quais passam os fatos para ganharem espaço na mídia.

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem que passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida.

Ao invés de portões, Wolf (2002) utiliza como exemplo um funil para explicar o processo de seleção dos fatos que serão noticiados pelos veículos de comunicação. Para

ele, uma informação precisa passar por um funil entre várias outras informações para ganhar espaço na mídia. É um funil “dentro do qual se colocam inúmeros dados de que apenas um número restrito consegue ser filtrado.” (WOLF, 2002, p.217).

O processo de seleção dos jornalistas, para que a informação passe pelo funil, como teoriza Wolf, ou pelos portões do *gatekeeper* propostos por Traquina, além de depender da linha editorial e dos interesses do veículo, é em boa parte subjetivo. Depende das experiências, vida pessoal, crenças e uma série de juízos de valor desses profissionais. “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.” (BOURDIEU, 1997, p.12).

Na tentativa de sair da subjetividade, os jornalistas utilizam critérios de noticiabilidade para eleger os fatos que ganharão destaque no noticiário. Para Wolf (2002), noticiabilidade é o conjunto de elementos com os quais os veículos analisam os acontecimentos. Ainda segundo o autor, esses critérios são medidos pelos valores-notícia presentes ao longo e depois do processo de produção.

Wolf (2002) separa os valores-notícia entre seleção e construção. Para ele, os valores-notícia de seleção estão ligados a importância do fato, ao nível de interesse que ele pode causar na população, a exemplo da morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo. Além das questões técnicas, a disponibilidade da equipe de reportagem, a existência ou não de boas imagens e o que está sendo abordado pela concorrência. Os valores notícia de construção, por sua vez, são a segunda etapa do processo de seleção segundo Wolf. Eles auxiliam na triagem de quais aspectos dentro de um acontecimento devem ser destacados ou omitidos.

Já Erbolato (1991) sugere outros critérios de noticiabilidade. Segundo ele, a escolha das notícias deve levar em consideração fatores como: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência (ou celebridade), aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussões e confidências.

Os critérios de noticiabilidade e valores-notícia, portanto, não são unânimes. Eles podem variar entre os jornalistas, os veículos de comunicação e até com o passar dos anos. “Eles são dinâmicos, mudam em função de aspectos culturais, sociológicos e das tecnologias”. (VIZEU, 2005, p.27).

Quando um fato passa por esses critérios de noticiabilidade e os jornalistas optam por abordá-lo em uma reportagem, ao invés de noticiá-lo por meio de nota lida pelo apresentador, é hora do produtor elaborar a pauta. A pauta contém as informações obtidas na apuração, assim como o direcionamento, o contexto, o que deve ser tratado, sugestões de imagens, os locais de gravação e os possíveis entrevistados. É uma base para o repórter construir a matéria. Não se trata de uma camisa de força, já que o repórter acrescenta sua visão com o trabalho em campo. “Pauta que é pauta define o rumo do trabalho, o ângulo, a escolha de uma ou várias nuances do que será apurado, qual o recorte da realidade que a reportagem fará, sob que modo novo será abordada a questão” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 78)

Com a pauta em mãos, o repórter sai às ruas para dar vida ao material. No local determinado, ele checa as informações da pauta, busca novidades, aplica um olhar diferenciado sobre o fato e faz as entrevistas que sustentam a reportagem. As falas das fontes são essenciais para o conteúdo jornalístico, pois são o embasamento da notícia. Em virtude disso, “analisar as fontes implicadas na notícia e as fontes secundárias (as que não têm nada que lhes uma diretamente ao fato investigado, mas podem ter informações preciosas sobre os fatos a serem relatados) ajuda a estruturar uma estratégia geral de abordagem do tema” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 83).

Para construção de uma notícia nos moldes tradicionais, segundo os manuais de jornalismo, é necessário ter mais de uma fonte. “O jornalista não pode contentar-se com apenas um (ou poucos) dos diversos aspectos possíveis da história. É preciso validar a informação com pelo menos duas outras fontes” (PEREIRA JUNIOR, 2010, p.87). Então, na construção de um conteúdo jornalístico na rua, o repórter tem a função de abordar todos os lados do fato, sem privilegiar ninguém. É a garantia de um jornalismo bem apurado, com uma visão ampla e que contribui para formação da cidadania.

Depois que o repórter termina o trabalho em campo, ele fecha o texto da reportagem e volta para emissora para gravá-lo. Agora o trabalho passa a ser da edição. O editor de imagens vai unir texto com o que foi filmado pelo repórter cinematográfico e em seguida o editor de texto revisa o que foi narrado pelo repórter, seleciona parte das entrevistas que irão compor a matéria e finaliza o conteúdo. A reportagem é exportada para o exibidor, de onde os profissionais colocarão no ar, durante a exibição do noticiário.

Essa é a forma tradicional de se fazer notícia, mas esse processo é diferente quando se fala em jornalismo declaratório. Nessa especialidade do jornalismo, como veremos a partir de agora, apenas a fala de uma fonte é suficiente para embasar a notícia.

3.2 CONCEITOS DE JORNALISMO DECLARATÓRIO

Por declaratório se define a forma de fazer jornalismo baseado em declarações de fontes, oficiais ou não. É utilizar o discurso de alguém e somente com ele construir uma notícia. Diferentemente do processo de produção convencional, que abordamos no início desse capítulo, no jornalismo declaratório o trabalho se limita a coletar informações de uma fonte única, sem mostrar o outro lado e o contexto do fato. Essa forma de fazer jornalismo seria, portanto, a “descrição pura e simples do evento e as aspas nas bocas de alguns personagens” (VIDIGAL, 2002, p.2). É justamente essas aspas na fala de alguém a principal ferramenta do jornalismo declaratório.

Uma informação que na produção de notícia convencional viraria ponto para o início de uma apuração, no jornalismo declaratório é suficiente para que o assunto seja noticiado com base na fonte que repassou os detalhes. A exemplo das rondas policiais. Fora do jornalismo declaratório, a prática comum é: quando obtida uma informação através da ronda policial, o produtor começa a apurar e levantar as versões do ocorrido. No jornalismo declaratório não é bem assim. A fala de um policial, por exemplo, ou o próprio boletim policial já é suficiente para embasar o noticiário.

O duplo do jornalismo em estado quimicamente puro virou a cópia de boletins de ocorrência, de sentenças de juízes, de denúncias de promotores e procuradores. Documentos que, no melhor do jornalismo, deveriam ser um ponto de partida, viram pontos de chegada (TOGNOLLI, 2005, p. 82, *apud* SERQUEIRA, 2005, p.93).

Um exemplo de jornalismo declaratório emblemático trata-se da cobertura dos veículos de comunicação no episódio do impeachment do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Em 1992, Pedro Collor, irmão do então presidente, concedeu uma entrevista à revista *Veja*, na qual acusou o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César, de comandar um grande esquema de corrupção que também tinha participação do presidente. A fala do irmão de Collor bastou para que a atuação da imprensa marcasse de forma decisiva a derrocada dele da presidência do país. Além de divulgar a entrevista de Pedro, a revista *Veja*, por exemplo, ainda publicou uma matéria intitulada: “A ameaça que cresce”, toda baseada em declarações a respeito do Impeachment de Collor. O presidente renunciou e o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência. Em 1994, ministros do Supremo Tribunal Federal absolveram o político porque a maioria deles

entendeu que, para a condenação por corrupção passiva, seria necessária a comprovação do crime cometido no exercício da função.

Nosso objetivo com esse exemplo concentra-se para além da discussão sobre o aspecto político ou se Collor cometeu crime ou não. Vamos nos ater a essa forma de fazer jornalismo que se baseou apenas na fala do irmão do então presidente, para dar embasamento a uma grave denúncia de corrupção. As declarações de Pedro Collor sustentaram inúmeras reportagens acusando o presidente. E a entrevista, que deveria ter servido de ponta-pé inicial para a apuração e checagem de documentos, além da coleta de outros depoimentos, tomou conta de todos os telejornais do país. A voz de Pedro Collor foi usada como fonte única nas reportagens sobre a vida pessoal e política de Collor. Com a grande repercussão na mídia, a situação política do Brasil sofreu um grande impacto e milhares de pessoas foram às ruas pedindo a condenação de Collor. Movimentos sociais e partidos políticos também aderiram à mobilização e fizeram grandes comícios em várias cidades sob o slogan “Fora Collor”. A entrevista em questão e a cobertura dos veículos de comunicação desse episódio foram responsáveis pela queda veloz de Fernando Collor da presidência e são exemplos da influência da mídia e do uso do jornalismo declaratório.

O repórter da Rede Globo, Caco Barcellos, em uma entrevista⁶ ao programa "Em Pauta", na Globo News, falou sobre essa forma de fazer jornalismo e lembrou o caso do impeachment de Collor.

Me parece que muitas das acusações que fazem a imprensa estão sendo baseadas em declarações de uma determinada fonte. Evidentemente que boa parte dos que fazem esse tipo de matéria são jornalistas muito criteriosos e têm cuidado antes de divulgar. Mas há colegas que divulgam sem sequer checar o outro lado, sem sequer fazer uma apuração mínima antes, sem saber se há procedência ou não na acusação. Eu me lembro de um episódio na época que levou ao impeachment do presidente Collor. Foi uma iniciativa da imprensa. Mas eu acho também que foi uma iniciativa que nasceu do jornalismo declaratório: foi o irmão dele que fez aquela denúncia. O que aconteceu com nosso presidente? Ele foi punido politicamente, sofreu impeachment. Na justiça ele não foi punido. Por que não foi punido na justiça? Por que a justiça é venal? Não sei. Ou será que a gente não investigou tão seriamente como poderia e não levou uma prova mais contundente para a justiça avaliar? (BARCELLOS, 2011)

Outra cobertura jornalística também ligada à política, só que mais recente, na qual é possível observar o jornalismo declaratório, é a denúncia contra o ex-presidente Lula,

⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TOPrTBDFsK4>. Acesso 20 junho 2017.

acusado de receber um triplex em um prédio no Guarujá- SP como propina da empreiteira OAS. Mais uma vez não estamos querendo entrar no mérito político, nem na veracidade dessa acusação feita pelo ex-presidente da construtora, Léo Pinheiro. O que nos interessa é entender como os veículos de comunicação se apropriaram da fala de Pinheiro para sustentar inúmeras reportagens e fazer com que o fato repercutisse até em nível internacional.

Exemplificaremos a prática a partir de uma reportagem do Portal UOL, divulgada no dia 20 de abril de 2017. No título já encontramos indícios de jornalismo declaratório: “Triplex do Guarujá era de Lula, diz Léo Pinheiro a Moro na Lava Jato⁷”. A matéria dá credibilidade a apenas uma fonte, às declarações feitas por ela e não economiza nas aspas. No texto são recorrentes: “segundo Léo Pinheiro”, “afirmou o ex-presidente da OAS”, “Pinheiro diz”; para lançar mão das denúncias contra Lula. Trata-se, portanto, de uma reportagem construída apenas com base nessas declarações. Não há, na matéria, nenhuma outra entrevista feita pelo próprio jornalista ou provas colhidas por ele. O portal apenas se apropriou das declarações de Léo Pinheiro e as transformou em uma reportagem. É importante frisar que isso não aconteceu apenas no UOL, praticamente todos os veículos de comunicação se utilizaram da voz de Pinheiro, por meio do jornalismo declaratório, para sustentar a denúncia.

Elencamos esses dois exemplos para nos ajudar a desvendar o jornalismo declaratório. E embora ambos tratem de política, é importante frisar que essa forma de fazer jornalismo pode ser observada em qualquer outra editoria, a exemplo de esporte, policial e comunidade, bem como qualquer meio de comunicação, rádio, impresso, TV, ou online pode fazer uso de uma fonte única para dar sustentação à notícia, e assim estar fazendo jornalismo declaratório. Pereira Junior (2010) também conceitua essa prática. Para o autor, o jornalismo declaratório é:

aquele que dá manchetes ou primeiro plano a declarações [...]. A proeminência do autor das aspas basta para notificar a mais relevante afirmação. O recurso banalizou-se, virou muleta de manchetes e noticiários inteiros, substituindo na maioria das vezes uma apuração em profundidade. (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 94).

⁷ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/04/20/tinha-orientacao-para-nao-colocar-a-venda-porque-era-da-familia-de-lula-diz-leo-pinheiro-sobre-triplex.htm>. Acesso em 23 julho 2017.

Essa apuração em profundidade, citada pelo autor, como ausente no jornalismo declaratório, é a base do jornalismo investigativo. Sendo assim, essas duas práticas se diferenciam em muitos aspectos, como abordaremos a seguir.

3.3 DECLARATÓRIO X INVESTIGATIVO

O jornalismo investigativo segue todo o processo de construção de uma notícia privilegiando a investigação. Assim, tem métodos diferentes de trabalho desde a apuração até a forma como o conteúdo final é exibido. Fortes (2005) estuda o jornalismo investigativo e para ele: “o que caracteriza essa modalidade é o objeto da pauta, o método de apuração, a forma e o conteúdo finais com que a reportagem se apresenta.” (FORTES, 2005, p.15). O pesquisador ainda aponta a investigação como prática essencial a essa especialidade do jornalismo. “A investigação, portanto, é parte da engrenagem que vai da pauta até a veiculação da notícia” (FORTES, 2005, p. 15).

São diferenças entre o jornalismo investigativo e o declaratório: a importância dada à investigação, a quantidade de fontes nas quais os jornalistas se apoiam, a classificação dessas fontes e a forma como ela é creditada no veículo de comunicação, até os mecanismos de trabalhos dos profissionais da comunicação em cada uma dessas especialidades.

Embora alguns autores, a exemplo de José Marques de Melo (1985), achem redundante o termo “investigativo”, uma vez que, para eles, a prática é intrínseca a qualquer trabalho jornalístico, para outros pesquisadores não é esse o entendimento. Fortes (2005), por exemplo, não só aponta formas de investigação próprias do jornalismo investigativo, como também traz à tona algumas especialidades, a exemplo do jornalismo declaratório, no qual não se tem a investigação como base.

Essa seria, portanto, a primeira diferença entre o jornalismo investigativo e o declaratório. O primeiro deles tem como base a investigação em todas as etapas da produção da notícia, enquanto o outro se vale apenas das declarações de uma fonte para noticiar o fato. O jornalismo investigativo, além de seguir as etapas tradicionais de produção da notícia, enfrenta circunstâncias mais complexas. Isso porque, normalmente, trabalha com temas rebuscados, que necessitam de ainda mais investigação e métodos diferenciados. A ordem então é checar minuciosamente desde as primeiras informações até os últimos detalhes do conteúdo quando já está pronto para ser exibido. Segundo Fortes (2005, p. 40), nessa especialidade, os jornalistas devem “checar, checar e checar

outra vez, toda vez que a informação lhe parecer estranha, imprecisa, inconsistente ou óbvia demais”. No caso do jornalismo declaratório não há um processo de investigação tão consistente, já que ele se sustenta apenas em declarações. O jornalista embasa o conteúdo somente na fala e não em provas, documentos e pesquisas que confirmariam o conteúdo dessas declarações. Sendo assim, eles se valem das informações “óbvias”, como denominou Fortes, já que recebem os detalhes por uma fonte, sem precisar investigar e esmiuçar o fato.

A quantidade de fontes em que os jornalistas se apoiam tanto na apuração, quanto nas entrevistas também são diferentes no jornalismo declaratório e no investigativo. No declaratório, uma fonte é suficiente para que o conteúdo seja veiculado. Apenas essa fonte embasa a apuração e dá voz à notícia. No caso do investigativo, é primordial conseguir o maior número possível de fontes, sejam elas apenas para apuração ou também para entrevistas. O jornalista procura através das fontes confrontar as informações, desvendar o contexto e as implicações do fato. De acordo com Fortes (2005), a construção de uma reportagem no jornalismo investigativo é “recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles” (FORTES, 2005, p. 36).

Também existem peculiaridades na escolha da fonte nessas duas categorias. No jornalismo investigativo, prioriza-se as fontes comuns, que tem as informações do fato, mas que não participam diretamente dele. É premissa do jornalismo investigativo desvendar algo que alguém quer esconder, por isso, as fontes, na maioria dos casos, não são pessoas que estão no centro da investigação. Em seu trabalho sobre jornalismo investigativo, Fortes (2005, p.36) também fala da prática de escolha das fontes nessa especialidade. “Uma dica importante, nesses casos, é fugir das fontes oficiais e óbvias. A maior parte das boas matérias investigativas [...] basearam-se em depoimentos de secretárias e motoristas dos envolvidos”. Já no declaratório é ao contrário. Apesar dos jornalistas poderem se valer de qualquer tipo de fonte, são as oficiais as mais ouvidas nessa prática. Essas fontes têm mais acesso aos jornalistas, no sentido de entrar em contato e relatar algo que em sua opinião poderia repercutir na mídia. Além disso, os jornalistas, muitas vezes, atribuem confiança de acordo com a posição ou o título de uma pessoa, e acabam dando voz, em especial, às fontes oficiais no jornalismo declaratório. Para Pereira Junior (2010, p. 81),

A respeitabilidade da origem da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. [...] Fontes institucionais fornecem mais material muitas vezes suficiente para uma notícia, poupando tempo e esforço dos repórteres, que dispensam o trabalho de procurar muitas outras fontes para consolidar uma informação.

A forma como essas fontes são creditadas na mídia também é diferente. No jornalismo investigativo, a maioria delas não são creditadas e aparecem como anônimas. No caso Watergate, por exemplo, um dos mais famosos dessa especialidade do jornalismo, a fonte principal das investigações recebeu o pseudônimo de “Garganta Profunda” para não ter a identidade revelada. Ela ajudou os jornalistas em um escândalo que abalou a história da política dos Estados Unidos. Com o trabalho investigativo dos jornalistas do *The Washington Post* e as informações repassadas por essa fonte, que era ligada à Casa Branca, foi possível desvendar um esquema de espionagem, na sede democrata, que era comandando pelo então presidente Richard Nixon, do partido republicano. O caso terminou com a renúncia do presidente, em 1974.

Ainda nessa vertente de preservar as fontes no jornalismo investigativo, recursos como imagens embaçadas e áudio distorcido são ferramentas muito utilizadas, principalmente nas reportagens de televisão. As fontes não têm o interesse de serem vistas, pelo contrário, prezam mais pela integridade física, e o jornalista tem o cuidado de não as identificar. Serqueira (2010) também estuda o jornalismo investigativo e trata dessa especificidade do anonimato.

O anonimato é entendido nestes casos como medida de proteção ao informante contra possíveis represálias, uma vez que a informação que circula entre fontes e jornalistas é confidencial, não está ao alcance do público e existem grupos de poder da sociedade tentando mantê-la deliberadamente oculta. (SERQUEIRA, 2005, p. 90)

Já no jornalismo declaratório, as fontes tomam conta dos holofotes. Como não há nenhum outro embasamento, é a fala da fonte que fica em destaque. O jornalista não utiliza outro recurso, como pesquisa, documentos ou mais entrevistas, então é necessário creditar a fonte e mostrar a proximidade dela com a notícia para que a informação faça sentido.

Nessa perspectiva é possível identificarmos outra característica oposta entre o jornalismo investigativo e o declaratório. O primeiro deles é mais um trabalho do jornalista do que da fonte. Cabe ao profissional esmiuçar fatos, interpretar dados, atentar

para os documentos, driblar assessores e qualquer pessoa que queira interferir na investigação, encontrar as fontes-chave e convencê-las a contribuir com o trabalho mesmo sem serem identificadas. Além disso, o jornalista assume a responsabilidade de uma investigação que muitas vezes é perigosa. Em alguns casos, eles enfrentam riscos entrando em locais desconhecidos apenas com uma câmera escondida ou um microfone embutido. O caso Tim Lopes⁸ é emblemático nesse sentido. O jornalista se infiltrou sozinho com uma câmera escondida em um morro para realizar uma reportagem sobre abuso sexual de menores e tráfico de drogas. A investigação tinha como locação um baile funk na favela da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. Mas o jornalista acabou torturado e assassinado por traficantes no local. Como Tim Lopes, vários profissionais que atuam no jornalismo investigativo, não saem às ruas diariamente apenas para cumprir uma pauta, mas, vestem a camisa da investigação e, em nome da notícia, acabam se arriscando com o intuito de desvendar, checar e buscar detalhes importantes do fato.

Em contrapartida, no jornalismo declaratório, o trabalho é muito mais da fonte. Ela que oferece dados, informações, testemunho e relatos aos jornalistas, sem precisar que eles se arrisquem ou precisem desvendar os detalhes do ocorrido. Dessa forma, aos profissionais cabe apenas o papel de divulgar a notícia. “A maioria dessas matérias nasce do repasse puro e simples de informação, muito mais um mérito das fontes do que, propriamente, do repórter.” (FORTES, 2005, p.17).

Serqueira (2005) também discorre sobre essa diferença de função dos jornalistas nas duas especialidades. No que tange o jornalismo declaratório, segundo o autor, “o jornalismo é praticado sem nenhuma investigação, pelo menos por parte da equipe de reportagem que os publicou” (SERQUEIRA, 2005, p.16).

Essa prática do declaratório, no qual a voz da fonte prevalece sobre o trabalho investigativo do jornalista, já existe há muito tempo, mas está sendo usada com mais frequência depois do advento da cibercultura e principalmente da popularização das redes sociais e dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis.

⁸ Informações disponíveis em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-caso-tim-lopes.htm>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

4 O JORNALISMO DECLARATÓRIO NA CIBERCULTURA

Se a base do jornalismo declaratório são as declarações das fontes, sejam elas oficiais ou não, com o advento da internet, das redes sociais e dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis, essa forma de fazer jornalismo passou a ser registrada com mais frequência. Isso porque os jornalistas passaram a ter um maior contato com as fontes e o acesso a essas falas foi facilitado. Para entendermos como a interação entre jornalistas e fontes influenciou a incidência do jornalismo declaratório na cibercultura, vamos agora esmiuçar as formas de interação entre esses atores sociais antes e depois das novas tecnologias.

4.1 INTERAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES

Para os jornalistas uma das maiores dificuldades na produção de notícias antes da popularização das mídias sociais era o contato com as fontes. Nos primeiros anos das emissoras de televisão, os profissionais dependiam do contato presencial com quem detinha a informação. Era necessário que eles se deslocassem da redação até algum local na tentativa de conseguir uma fala. As fontes nem sempre estavam disponíveis e raramente divulgavam algo sem que o jornalista pedisse. Não havia nenhum meio ou canal no qual os jornalistas buscassem sugestão de pautas dessas fontes, como existe hoje através de e-mails e redes sociais. Mesmo o acesso por meio dos telefones fixos era difícil, pois as fontes nem sempre atendiam, o que dificultava e atrasava a construção do noticiário.

Com o advento dos aparelhos de celular, em 1990, essa realidade começou a mudar, mesmo que no início eles tivessem como função apenas as ligações. A mudança foi gradativa, assim como a aceitação dessa nova tecnologia por parte dos jornalistas. Com a utilização dos celulares nas redações o processo se tornou mais ágil à medida que a imprensa e as fontes ficaram um pouco mais próximas. Os jornalistas podiam ligar para colher informações ou marcar entrevistas, e como o celular é algo portátil, era mais fácil localizar as fontes no seu dia a dia. Mas, essa comunicação ainda não acontecia em potencial, já que por vezes o sinal não funcionava ou as fontes estavam em um ambiente onde não era possível atender a ligação, sem contar com o custo para fazer a chamada de operadoras ou Estados diferentes.

Com a popularização da internet no Brasil, parte dessas dificuldades começou a ser solucionada e os laços entre fontes e jornalistas se estreitaram ainda mais. De início, via e-mail (electronic mail), um correio eletrônico. O jornalista ganhou mais um canal para obter informações. Eles passaram a enviar e-mails para as fontes, muitas vezes na busca de dados mais esmiuçados que seriam difícil coletar por telefone. O problema é que as fontes tinham a possibilidade de enviar respostas já pré-determinadas, definidas por elas próprias tais, como: “Não estou disponível” e “Tente mais tarde”. Não adiantava a quantidade de e-mails que os jornalistas iriam enviar, a resposta automática seria sempre a mesma. Alex Primo (2008) conceitua esse tipo de interação de interação reativa. Para o autor, “a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta” (PRIMO, 2008, p.57). Dessa forma, nesses casos, não havia um diálogo aberto com os jornalistas no qual ele pudesse interagir efetivamente com as fontes.

Mas, o e-mail se tornou uma ferramenta importante no sentido de aproximar os jornalistas das assessorias de imprensa, contribuindo com o contato principalmente com as fontes empresariais, institucionais e oficiais. Entre as funções dos assessores está a de divulgar, seja a marca, a pessoa ou mesmo uma instituição. Então, eles passaram a enviar e-mails de sugestões de pautas, muitos deles já com dados, textos bases e encaminhamentos para os jornalistas. Se a pauta interessar à redação, os jornalistas já poderiam entrar em contato para agendar, auxiliando tanto na construção de ideias para os assuntos abordados nos noticiários, quanto facilitando o contato com essas fontes assessoradas.

A internet possibilitou também a criação de sites de redes sociais, o que mudou significativamente o contato entre jornalistas e fontes. Para Recuero (2009), as redes sociais são constituídas de representações dos atores sociais e de suas conexões:

Essas representações são, geralmente, individualizadas e personalizadas. Podem ser constituídas, por exemplo, de um perfil no Orkut, um weblog ou mesmo um fotolog. As conexões, por outro lado, são os elementos que vão criar a estrutura na qual as representações formam as redes sociais. Essas conexões, na mediação da Internet, podem ser de tipos variados, construídas pelos atores através da interação, mas mantidas pelos sistemas online. Por conta disso, essas redes são estruturas diferenciadas. Ora, é apenas por conta desta mediação específica que é possível a um ator social ter, por exemplo, centenas ou, até milhares de conexões, que são mantidas apenas com o auxílio das ferramentas técnicas. Assim, redes sociais na Internet podem ser muito maiores e mais amplas que as redes off-line, com um potencial de informação que está presente nessas conexões. (RECUERO, 2009, p.40)

Lemos (2008) também estuda essas conexões e conceitua de Conectividade Generalizada, o fenômeno dos atores sociais estarem em uma mesma nuvem online com possibilidade de interação. “A conectividade generalizada põe em contato direto homens com homens, homens e máquinas, mas também máquinas e máquinas que passam a trocar informação autônoma e independente”. (LEMOS, 2008, p. 20).

Nessa Conectividade Generalizada, os jornalistas passaram a contar com um canal de divulgação de informações por parte das fontes. Isso porque, em seus perfis, elas passaram a publicar declarações que poderiam ser de interesse da mídia. Então, já não era mais preciso, como acontecia no começo da história da televisão, que os jornalistas se deslocassem pessoalmente até uma fonte para saber se existia algo de repercussão que merecia ser tratado pelos noticiários. Através de uma busca online nas redes sociais dessas fontes, os jornalistas já conseguiam coletar temas que estavam reverberando e abordar no jornal.

Nos sites de rede sociais também se tornou possível interagir com as fontes, por meios das ferramentas de bate-papo para coletar alguma informação ou mesmo marcar uma entrevista. Esse tipo de interação é conceituado por Primo (2008) de interação mútua. “A interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente” (PRIMO, 2008, p. 57).

Diferente da interação reativa, também conceituada pelo autor, que pode acontecer, por exemplo, em uma troca de e-mails quando a fonte determina uma mensagem automática como resposta, na interação mútua os atores sociais têm a possibilidade de ter uma espécie de diálogo online. Esse tipo de contato é caracterizado por processos de negociação, nos quais cada participante contribui para o desenvolvimento da interação. De acordo com o autor, na interação mútua:

Cada comportamento de uma pessoa afeta o comportamento do outro interagente ao mesmo tempo em que o primeiro é afetado pelo outro. As transformações sucessivas que ocorrem não são predeterminadas. Pelo contrário, a interação demonstra um alto grau de flexibilidade e indeterminação. E devido a essa flexibilidade, os interagentes podem lidar com a novidade, com o inesperado, com o imprevisto, com o conflito (PRIMO, 2008, p. 65).

A interação mútua acontece por meio da comunicação mediada por computador (CMC), que é discutida por vários autores e definida como qualquer mensagem que seja enviada ou recebida através dessa máquina. Segundo Recuero (2012), “há inúmeras

ferramentas que proporcionam esse ambiente, algumas focadas apenas em texto, outras em imagem, outras em som e outras ainda, que compreendem todos esses elementos”. (RECUERO, 2012, pág. 28)

A autora se debruça sobre a conversação como uma das principais formas da comunicação mediada por computador. Essa prática é “uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum” (MARCUSCHI, *apud* RECUERO, 2010, p.3). É por meio da conversação que acontecem grande parte das interações sociais na rede. Ela simula uma interação presencial ao lançar mão de uma escrita oralizada⁹, do uso de *emoticons*¹⁰ e de *hashtags*¹¹. Mas a conversação online pode ter muito mais força que o diálogo off-line à medida que aproxima interagentes do mundo inteiro e possibilita a interação em rede.

A conversação, no ciberespaço, é capaz de simular, sob muitos aspectos, elementos da conversação oral. Convenções são criadas para suplementar, textualmente, os elementos da linguagem oral e da interação, gerando uma nova “escrita oralizada”. Contextos são convencionados pelos interagentes através da negociação. É uma conversação em rede, múltipla, espalhada, com a participação de muitos. É uma conversação que permanece, gerando novas apropriações e migrando entre as diversas ferramentas. Essas práticas provêm características que permitem examinar a conversação online como análoga à conversação oral, com elementos semelhantes, mas ainda, como apropriação simbólica e técnica. (RECUERO, 2010, p. 13)

A conversação se tornou uma ferramenta ainda mais usada pelos jornalistas nas redações dos veículos de comunicação, com a popularização dos aplicativos de mensagens nos smartphones, a exemplo do WhatsApp. Os profissionais passaram a receber sugestões, comentários e denúncias de forma mais imediatista por parte do público. E no que diz respeito às fontes de notícia, o contato com elas também foi facilitado através do WhatsApp, em virtude principalmente da mobilidade e ubiquidade do aparelho.

Antes da chegada desses aplicativos de mensagens instantâneas, os jornalistas podiam ligar para as fontes por meio dos celulares, isso já era um grande avanço

⁹ Uso das ferramentas do teclado para simular um diálogo, a exemplo do uso de letras maiúsculas para parecer uma entonação de voz.

¹⁰ Forma de comunicação paralinguística, por meio de ícones ilustrativos, que podem transmitir sentimentos.

¹¹ Palavra-chave antecedida pelo símbolo #, indicando o assunto e o contexto de uma publicação.

tecnológico, mas por vezes as fontes não atendiam a ligação, quando estavam em uma reunião, por exemplo. Agora, com essa mídia digital e o uso das redes Wi-Fi e 3G, a fonte tem a oportunidade de responder sem custo nenhum a mensagem do jornalista para enviar informações ou marcar uma entrevista, mesmo em uma reunião, por exemplo, por meio de texto.

É possível observar nessa espécie de retrospectiva das formas de contato entre jornalistas e fontes, a importância do surgimento das redes sociais e dos aplicativos de mensagens, especialmente do WhatsApp, para a aproximação desses atores sociais e consequentemente para o acesso às declarações que embasam a notícia. Por isso, agora nos debruçaremos sob essas plataformas para entendermos as contribuições de cada uma no que diz respeito à incidência do jornalismo declaratório na cibercultura. Primeiro focaremos nas redes sociais.

4.2 O USO DAS REDES SOCIAIS E O JORNALISMO DECLARATÓRIO

Milhares de pessoas publicam conteúdo em suas redes sociais a cada segundo e essas informações podem virar notícia através dessa especialidade do jornalismo. Uma fonte pode, por exemplo, publicar algo de repercussão no Twitter, Instagram ou Facebook, e o jornalista se apropriar do que ela escreveu para veicular uma notícia.

Na cibercultura, a fórmula da Teoria da Informação: emissor → mensagem → meio → receptor, foi superada. Os veículos de comunicação deixaram de ser o único meio de divulgação de notícia, por onde as pessoas recebiam passivamente a informação. Cabia à imprensa, antes da internet, decidir os assuntos que chegariam ao conhecimento do público, através dos filtros, como os do *gatekeepers*. O telespectador não tinha mecanismos para comentar ou dar um *feedback* aos jornalistas, apenas podiam optar por assistir ou não, apertando os botões do controle remoto.

Com o advento da cibercultura esse cenário mudou. As pessoas passaram a receber informações o tempo inteiro, às vezes na mesma hora em que um fato está acontecendo, em casa, no trabalho, no carro, ou em qualquer outro lugar basta apenas estar conectado. Estamos imersos em uma “bolha de notícias” online. “Nós agora nos tornamos os nossos próprios *gatekeepers*; não vemos mais o mundo das notícias como uma comunidade atrás de uma cancela” (DOCTOR, 2011, p. 31).

O acesso às informações, bem como as opções de conteúdo, aumentaram, tirando o monopólio dos veículos de comunicação tradicionais, justamente porque as pessoas

também passaram a publicar conteúdo em rede. A internet proporcionou tanto aos internautas quanto aos jornalistas novas formas de produzir e distribuir informação. As pessoas que antes eram consumidoras passivas, se transformaram em produtoras de conteúdo com várias possibilidades de canal. Prado (2011) fala sobre essas mudanças no que diz respeito à divulgação e recebimento de informação, antes e depois da cibercultura.

Os fluxos de transmissão de informação, outrora unidirecionais, passaram para bidirecionais (no telefone) e hoje são multidirecionais, ou seja, de muitos para muitos, com uma forte capacidade de articulação. Algo que a cibercultura facilita, colocando todos em uma mesma nuvem (PRADO, 2011, p. 198).

Com tanto material disponível em rede, os profissionais da comunicação passaram a fazer rondas online, verificando os perfis principalmente das fontes oficiais. Se antes, para fazer jornalismo declaratório, os jornalistas dependiam que uma fonte entrasse em contato para relatar algo, ou tinham que se deslocar para encontrar com ela pessoalmente e conseguir uma declaração, hoje está tudo disponível na internet. Ao abrir a página de uma rede social, em um click, o jornalista consegue declarações de pessoas até do outro lado do mundo. Essa facilidade de acesso a essas declarações é um dos fatores que tem contribuído para a incidência do jornalismo declaratório na cibercultura.

O jornalista e escritor Luciano Costa, em texto publicado no Observatório da Imprensa, chama as pautas do jornalismo declaratório que nascem das publicações das fontes em redes sociais de pautas de 140 caracteres, em alusão ao espaço utilizado pelos internautas no Twitter.

Hoje o jornalismo declaratório não exige nem mesmo que o repórter se coloque no caminho do declarante: o político que quiser mandar um recado simplesmente posta uma frase polêmica no Twitter e a imprensa faz o resto do trabalho. Para atuar como jornalista, é suficiente ter uma conta no serviço de mensagens curtas ou seguir determinados personagens nas redes sociais. Para chamar a atenção da imprensa, basta saber usar esses recursos, ou contratar quem faça esse serviço.¹²

O jornalista tem acesso às publicações das mais diversas pessoas em rede. Essas publicações vão desde relatos pessoais, fotos de família, textos de declarações amorosas ou de incentivo à autoestima, até reclamações, comentários e informações relevantes para

¹² Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/radio/a-pauta-de-140-caracteres/>. Acesso 20 julho 2017.

o público. Tudo é postado na mesma nuvem. Os profissionais lançam mão de um olhar apurado para avaliar o conteúdo, identificar o que pode repercutir na mídia pelo jornalismo declaratório e, assim, descartar o que se tratar apenas de publicações aleatórias, sem cunho jornalístico. Prado discorre sobre esse trabalho de “garimpo” de conteúdo nas redes sociais, focando no Twitter.

Claro que nem tudo que é tuitado pode ser considerado informação pertinente. Porém se destacarmos aqueles que tuítam oferecendo informações, opiniões, críticas e o que pode ser chamado de “sério” podemos apontar, sim, para uma analogia entre o Twitter e o jornalismo, principalmente o de repercussão (PRADO, 2011, p. 199).

Utilizando as redes sociais que oferecem ferramentas para a publicação de conteúdo, muitas fontes, principalmente as oficiais, tem pautado os veículos de comunicação. Elas passaram a fazer pronunciamentos e se posicionar sobre fatos importantes através da internet, seja com vídeos, textos ou áudios. Até assuntos que antes tinham as informações repassadas por meio de coletiva de imprensa ou entrevistas, passaram a ser divulgados via internet. E o jornalista tem a possibilidade de se apropriar do material disponibilizado para noticiar o assunto por meio do jornalismo declaratório, tendo como base apenas as declarações que foram publicadas online.

A divulgação de um concurso para professor do Estado da Paraíba pode ser citada como exemplo de publicação, em rede social, que ganhou espaço na mídia, através do jornalismo declaratório. Em 25 de setembro de 2017, o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, anunciou a realização desse certame, que era uns dos mais aguardados na época. O anúncio poderia ter sido feito em uma coletiva de imprensa, por ser algo de repercussão. Mas, foi divulgado pelo perfil pessoal do governador no Instagram. Ele publicou na rede social um vídeo¹³, como mostra a Figura 1, lançando o concurso e dando as principais informações, como data da publicação do edital e quantidade de vagas disponíveis. “Olá. Estou aqui no Instagram para anunciar mais um concurso público”, disse o governador no início do vídeo. A frase pode até lembrar os pronunciamentos que antes eram feitos reunindo toda imprensa em uma entrevista coletiva, mas na cibercultura, isso tem acontecido também pela internet, como nesse exemplo.

¹³ Disponível em <https://www.instagram.com/p/BZdzaP3BbYF/?hl=pt-br&taken-by=realrcoutinho>. Acesso 01 de fevereiro de 2018.

Figura 1. Divulgação de concurso pelo Instagram do governador da PB



Fonte: Captura de tela da publicação no Instagram do governador

O certame foi divulgado em primeira mão nessa plataforma online, então muitas empresas de comunicação se utilizaram das declarações do governador e, por meio do jornalismo declaratório, noticiaram o concurso. Não foi preciso deslocar uma equipe de reportagem para fazer a entrevista, nem colher as informações, uma vez que os detalhes já estavam disponíveis em rede.

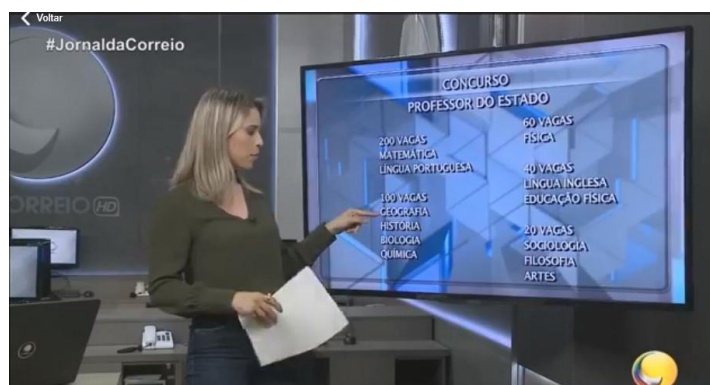
No âmbito digital, o G1 Paraíba foi um dos sites que publicou conteúdo sobre a divulgação do concurso. Na reportagem¹⁴, apenas as informações que foram divulgadas pelo governador no Instagram, ou seja, os jornalistas não ouviram nenhuma outra fonte ou tentaram buscar mais detalhes do fato. Somente o que foi repassado por Ricardo Coutinho, na rede social, foi suficiente para publicar a notícia, através do jornalismo declaratório. Inclusive, o próprio site deixa claro de onde vieram as informações. “O anúncio foi feito pelo perfil pessoal do governador no Instagram, que informou que...”, explica a matéria, como é possível observar na Figura 2.

¹⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/governador-da-pb-anuncia-concurso-para-educacao-com-1-mil-vagas-para-professor.ghtml>. Acesso em 1 de fevereiro de 2018.

Figura 2. Jornalismo declaratório no G1- Concurso para professor

Fonte: Captura de tela do site G1 Paraíba

No que diz respeito aos veículos de comunicação tradicionais, o fenômeno também foi registrado. Na televisão, por exemplo, a fala do governador saiu da rede social na internet e foi narrada pelos jornalistas. O Jornal da Correio¹⁵, telejornal da TV Correio, afiliada da Record no Estado, foi um dos noticiários a utilizar o jornalismo declaratório para falar sobre o concurso. A apresentadora, Linda Carvalho, noticiou o lançamento do certame em uma nota com as mesmas informações divulgadas no Instagram. Em seguida, foi exibida uma arte, como podemos ver na Figura 3, com a quantidade de vagas por disciplina tal como também estava no perfil do governador.

Figura 3. Jornal da Correio- Concurso professor

Fonte: Captura de tela do noticiário disponível no Facebook

¹⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/TVCorreio/videos/1508287262597421/>. Acesso 1 fevereiro 2018.

O noticiário não trouxe nenhuma informação a mais sobre o certame, diferente das que já estavam disponíveis na publicação no Instagram. As equipes de reportagem não foram às ruas para saber a expectativa das pessoas que estavam esperando há muito tempo por esse concurso, nem foi abordado o contexto dessa divulgação, ou seja, o déficit de professores e a situação complicada enfrentada nas escolas estaduais. O jornal também não abordou os desdobramentos e os impactos desse concurso, que poderia ter sido feito com pais e diretores das instituições, retratando o quanto essas contratações melhorariam a realidade dos estudantes. Ao contrário, os jornalistas apenas se limitaram a dar voz ao governador e ao pronunciamento feito por ele em uma rede social. Eles utilizaram um material pronto divulgado pela fonte, fazendo uso do jornalismo declaratório.

Nesse caso que exemplificamos, da divulgação do concurso público para professor do Governo do Estado da Paraíba, o anúncio foi feito pelo perfil de uma fonte oficial, assim, como os jornalistas passaram a fazer rondas online, principalmente nos perfis oficiais, não devem ter tido dificuldade de acesso a essa publicação. Mas, e quando a declaração está em um perfil de pouca notoriedade, há chances de ser retratada por um veículo de comunicação? Nesses casos as declarações chegam até o jornalista principalmente através das reverberações, que nada mais são do que mecanismos de compartilhamentos.

As redes sociais, sendo as principais atualmente o Facebook, o Instagram e o Twitter, são espaços de difusão e circulação de informação. Em virtude disso, uma publicação de alguém pode ganhar uma proporção gigantesca se vários outros internautas compartilharem, repassarem ou comentarem o conteúdo, agregando a ele capital social. Os jornalistas, então, vão ter acesso a essas declarações até mesmo pelos mecanismos de checagem dos assuntos mais comentados, e se elas estiverem dentro dos valores-notícia da emissora, podem ser abordadas em algum telejornal. Para Recuero (2009, p.9) “esses movimentos podem refletir interesses individuais dos atores sociais que acontecem de estar em consonância com interesses sociais”. Dessa forma, quanto maior a reverberação do conteúdo, maior a proximidade dos jornalistas com essas declarações e maior as chances delas serem retratadas a partir do uso do jornalismo declaratório.

As redes sociais, bem como o endereço eletrônico dos jornalistas também possibilitam o acesso às declarações de fontes por meio do conteúdo enviado pelas assessorias de imprensa, sobretudo de fontes oficiais, institucionais, comerciais e especializadas. Os assessores têm o papel, não só de melhorar o fluxo de informação

dentro e fora das empresas ou instituições, como também de aproximar jornalistas e fontes, atendendo às solicitações dos veículos e enviando sugestões.

Esse relacionamento entre assessorias e jornalistas nada mais é que uma troca de favor. Aos primeiros é interessante ter o nome divulgado pela mídia. No caso das fontes empresariais, por exemplo, estar na mídia significa massificar a marca e, conseqüentemente, aumentar o número de clientes e o faturamento da empresa. Para os jornalistas, também é interessante, uma vez que eles recebem sugestões e, por vezes, o material pronto já para ir ao ar. Duarte e Fonseca Junior (2003, p.328) tratam dessa troca de interesse entre fontes e jornalistas. Para o autor, “por mais que a fonte tenha seus próprios interesses – e o jornalista sabe disso – sua moeda de troca será sempre a informação que oferece”. Essa informação chega às redações por meio dos releases, que são sugestões de pautas enviadas pelas assessorias. Em muitos casos, o material produzido pelos assessores já conta com várias informações, dados e o posicionamento das fontes. Os jornalistas acabam dando voz a essa fonte e noticiando a informação somente a partir do conteúdo recebido. Mas existem riscos nessa prática.

O documentário “O abraço Corporativo”, do jornalista Ricardo Kauffman retrata bem essa problemática. Ele foca principalmente na confiabilidade dada aos jornalistas ao conteúdo recebido das assessorias de comunicação pela internet. Nesse trabalho, Ricardo Kauffman se fez passar por um assessor de imprensa e enviou um realease para o e-mail de várias emissoras. A sugestão de pauta tratava-se de um suposto consultor de vendas, Ary Itnem (o nome ao contrário quer dizer mentira), que estaria trazendo para o Brasil a teoria do abraço corporativo, uma técnica que consistia em promover abraço no ambiente de trabalho, para melhorar o clima entre os funcionários e, assim, a produtividade na empresa. O personagem e a teoria do abraço foram manchete em vários veículos de comunicação, dentre eles: Folha de São Paulo, o site Globo, Veja, CBN e TV Record. Todos eles se limitaram a dar voz a Ary Itnem, sem checar a origem da empresa Companhia do Abraço Corporativo. No site divulgado na sugestão de pauta tinha, propositalmente, uma série de inconsistências que levariam os jornalistas a descobrirem que tudo se tratava de uma farsa. Além disso, o registro no cartório deixava claro que a empresa não existia. Mas nada disso foi checado e a teoria do abraço corporativo foi divulgada como verdade, baseada apenas nas declarações enviada por uma assessoria através da internet.

Depois de desvendarmos como as redes sociais contribuem para a incidência do jornalismo declaratório, vamos nos ater ao WhatsApp e sua importância para a prática.

4.3 WHATSAPP COMO FACILITADOR DO JORNALISMO DECLARATÓRIO

Com o advento dos dispositivos móveis, os jornalistas ficaram ainda mais próximos das declarações das fontes. Os aparelhos têm características ubíquas e pervasivas, e deram a possibilidade dos usuários estarem sempre conectados à rede, mudando o comportamento das pessoas com relação à tecnologia. Ninguém andaria navegando na internet em um computador tradicional pela rua, por exemplo. A maioria deles é formado por várias partes distintas: a central de processamento (CPU), o estabilizador e o monitor, impossibilitando a mobilidade da máquina. No caso dos smartphones a realidade é diferente. Eles são portáteis, o que faz com que os usuários estejam conectados 24 horas por dia, seja enquanto se deslocam para o trabalho, durante uma reunião ou enquanto estão em qualquer outra atividade e com acesso à internet.

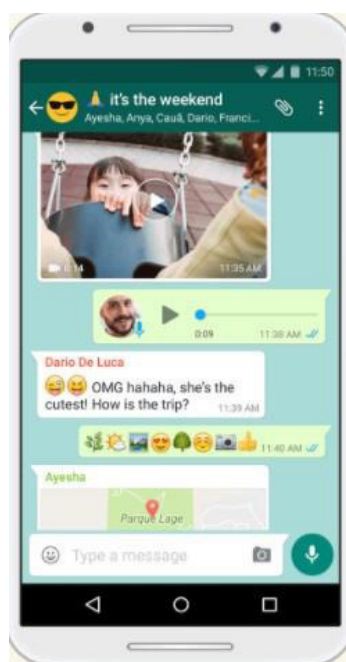
A popularização dos aplicativos de mensagens, sobretudo do WhatsApp no Brasil, nesses dispositivos móveis, impulsionou ainda mais a proximidade entre os atores sociais. O WhatsApp¹⁶ é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite a troca de mensagens pelo celular sem pagar por SMS e está disponível para smartphones como iPhone, BlackBerry, Windows Phone, Android e Nokia. Ele foi desenvolvido em 2009 por Jan Koun e Brian Acton, no Vale do Silício, Califórnia, Estados Unidos, com o objetivo de ser uma alternativa melhor que o SMS, já visualizando um aumento no número de adeptos aos smartphones com o passar dos anos.

Quando o WhatsApp é instalado em um aparelho, ele cria uma conta de usuário usando o número do telefone. Automaticamente a agenda de contatos é sincronizada para que o usuário não precise adicionar contatos em uma agenda separada. A partir desse momento ele pode enviar e receber mensagens multimídia com texto, imagem, áudio ou vídeo. Além disso, o aplicativo também oferece outras ferramentas que permitem a aproximação entre os atores sociais, a exemplo de chamadas de voz e em vídeo, e a possibilidade de interação em um grupo com vários outros usuários. Nesses grupos, as próprias fontes podem enviar vídeos ou mesmo fotos do ocorrido e jornalistas terem acesso a esse material de forma simultânea para utilizar nos noticiários. Por exemplo, aconteceu, no momento em que o telejornal estava no ar, um acidente de trânsito. O policial rodoviário federal que tenha um grupo como esse no WhatsApp, com a imprensa, pode tirar uma foto e enviar pelo aplicativo junto com as informações, dando a

¹⁶ Informações disponíveis no site do aplicativo https://www.whatsapp.com/?l=pt_br. Acesso 07 de março de 2018.

possibilidade de várias emissoras exibirem o material para noticiar o fato. Essa “prática é caracterizada pela mobilidade física e informacional para a produção de conteúdo diretamente do local do evento cujas condições são potencializadas pela portabilidade, ubiquidade e mobilidade.” (SILVA, 2015, p.9). A Figura 4 retrata uma conversa pelo aplicativo entre um grupo de pessoas com o uso de texto, áudio, vídeo e a ferramenta de localização.

Figura 4. Conversa em grupo no WhatsApp



Fonte: Imagem disponível no site do WhatsApp

Quase todos os brasileiros usam o WhatsApp, segundo uma pesquisa do CONECTA¹⁷. Ele foi eleito o aplicativo mais utilizados pelos internautas. De acordo com os dados, 91% dos brasileiros estão conectados por essa ferramenta, o que deixa o WhatsApp no topo do ranking, seguido pelo Facebook, Instagram, Messenger e Twitter. A pesquisa foi realizada com dois mil internautas, em junho de 2017. As fontes de notícia também estão entre esses usuários conectados pelo WhatsApp. E esse contato, proporcionado pelo aplicativo, tem sido fundamental para a incidência do jornalismo declaratório na cibercultura.

¹⁷ Disponível em <http://conecta-i.com/?q=pt-br/whatsapp-%C3%A9-o-app-de-rede-social-mais-usado-pelos-internautas-brasileiros>. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

No início das produções dos veículos de comunicação, os jornalistas precisavam se deslocar até a fonte para conseguir alguma informação e tentar uma entrevista. Com a chegada dos telefones, o cenário melhorou um pouco. Os jornalistas passaram a ligar para checar os fatos e, através do telefone, marcar a entrevista. Mas, por vezes, era difícil encontrar as fontes nos locais onde estavam fixos os telefones. Depois que as ligações começaram a ser feitas por celulares, também houve avanço nesse contato, no sentido de que as fontes andavam com o aparelho durante o dia a dia, facilitando o recebimento de ligações. O problema era que as chamadas tinham um custo, e às vezes, as fontes estavam em algum lugar onde não se podia falar no celular, a exemplo de uma reunião. Quando os aparelhos passaram a ser digitais, foi possível a instalação dos aplicativos de mensagens, e assim as fontes passaram a responder os jornalistas mesmo durante uma reunião, com uma mensagem instantânea e sem custo.

Principalmente por meio do WhatsApp, jornalistas e fontes ganharam um canal de troca de informações em potencial. “A rede interativa de mão dupla tem permitido que as pessoas conversem [...] e discutam umas com as outras” (DOCTOR, 2011, p.119). Além dos profissionais da imprensa se valerem dessa tecnologia para o processo de apuração de notícia junto às fontes, elas mesmas podem repassar informações em tempo real sobre um fato. Imaginemos que um político presencie a compra de votos de eleitores, dentro da câmara de vereadores de uma cidade. Esse mesmo político pode mandar uma mensagem instantânea pelo WhatsApp para um jornalista e relatar o que presenciou. Esse relato pode embasar a cobertura de um veículo de comunicação, acerca da denúncia, por meio do jornalismo declaratório.

Agora imaginemos que esse mesmo político tenha gravado um vídeo narrando as cenas do crime. Esse arquivo também pode ser enviado para o veículo de comunicação. E a fala da fonte, dessa vez em vídeo, pode sustentar a denúncia. Isso acontece graças às ferramentas de envio de vídeos e áudios, disponibilizadas, principalmente pelo WhatsApp. Nesse cenário, os jornalistas passaram a receber o material pronto para ser exibido, sem precisar encontrar pessoalmente a fonte para coletar a declaração, ou deslocar uma equipe de reportagem para gravar a fala. A própria fonte tem a possibilidade de fazer um vídeo ou gravar um áudio e enviar por um aplicativo de mensagens para os jornalistas.

A cobertura do Jornal Hoje, telejornal exibido em todo país pela Rede Globo, sobre a polêmica declaração do diretor da Polícia Federal, o delegado Fernando Segóvia, acerca do processo de investigação do presidente da república, Michel Temer, é um exemplo

dessa forma de fazer jornalismo utilizando declarações enviadas pelas próprias fontes. Em entrevista à Agência Reuters¹⁸, o diretor da PF afirmou que o processo que investiga o recebimento de propina por parte do presidente poderia ser arquivado por falta de provas. A declaração repercutiu muito e o Jornal Hoje se utilizou do jornalismo declaratório feito com auxílio das ferramentas online para noticiar o fato.

O telejornal exibiu um vídeo¹⁹ do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, criticando o posicionamento do delegado da PF. “Não é recomendável, não é apropriado que o diretor-geral da Polícia Federal comente fatos sobre uma investigação que está a cargo de outros delegados da instituição”, disse ele no início do vídeo. Pela qualidade do áudio e da imagem, bem como pelo movimento tremido da câmera durante a gravação é possível perceber que o vídeo foi feito em um dispositivo móvel e encaminhado para a emissora. A Figura 5 mostra o vídeo de Claudio Lamachia exibido no Jornal Hoje.

Figura 5. Jornalismo declaratório no Jornal Hoje



Fonte: Captura de tela do vídeo disponível no Globo Play

Nas emissoras locais o fenômeno de utilizar vídeos e áudios enviados pelas próprias fontes para noticiar também tem sido registrado. A cobertura do assassinato de um homem dentro do Parque do Povo, no São João de Campina Grande, na Paraíba, é um desses casos. Um áudio enviado pela internet, por uma testemunha, deu embasamento aos profissionais da comunicação para tratarem do fato.

O assassinato aconteceu no dia 19 de junho de 2017. Davyson Barbosa, de 30 anos, foi esfaqueado, após uma tentativa de assalto, quando saía de um dos banheiros do Parque do Povo, durante a festa junina. O latrocínio deixou muita gente assustada e

¹⁸ Disponível em <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN1FT30G-OBRDN>. Acesso 10 de fevereiro de 2018

¹⁹ Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6492495/programa/>. Acesso 10 de fevereiro de 2018.

ganhou repercussão principalmente por se tratar de um local onde circulam milhares de pessoas nesse período. A cidade passou a discutir a insegurança e as ações montadas para combater a criminalidade na área.

O Bom dia Paraíba²⁰, o telejornal matutino da Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo no estado, foi um dos jornais a noticiar o crime de repercussão tendo como embasamento apenas um áudio, que foi enviado por um amigo da vítima que estava no momento do assassinato. Na edição do jornal desse dia, o repórter Felipe Valentim entrou ao vivo do Parque do Povo para dar as informações do ocorrido. Ele fez um passo a passo mostrando detalhadamente o local onde aconteceu e como aconteceu o crime. Em seguida, o repórter enfatizou que todas as informações que estavam sendo repassadas tinham sido obtidas através de um áudio que uma testemunha tinha enviado por um aplicativo de mensagens. Essa testemunha era o rapaz que estava com a vítima quando ela foi abordada pelos criminosos. A Figura 6 mostra o momento em que o áudio estava sendo veiculado no telejornal.

Figura 6. Jornalismo declaratório no Bom dia Paraíba



Fonte: Captura de tela do Bom dia Paraíba disponível no site do G1 Paraíba

Foram reproduzidos mais de dois minutos de áudio da testemunha relatando como aconteceu o crime. A produção do noticiário dependeu da internet para falar sobre o caso, já que as informações repassadas chegaram por meio da interação entre jornalista e fonte, através de um aplicativo de mensagens. A versão da testemunha foi repetida nas falas da apresentadora e do repórter do Bom dia Paraíba durante toda a edição. Em nenhum

²⁰ Disponível em Disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/homem-e-morto-em-tentativa-de-assalto-dentro-do-parque-do-povo-em-campina-grande/5948909/>. Acesso 2 de fevereiro 2018.

momento ouviu-se a Polícia, o SAMU, a Prefeitura ou mesmo a empresa organizadora da festa para dar mais explicações sobre o fato e uma resposta para a população sobre a segurança no local. Os jornalistas embasaram toda a cobertura de um fato de repercussão em uma fala enviada por uma fonte, pela internet, exemplo do jornalismo declaratório feito com o auxílio das ferramentas da cibercultura.

Vários outros exemplos como esse acontecem diariamente nas redações. Principalmente porque não são raros, nos aplicativos de mensagens, grupos entre jornalistas e fontes, como delegados, policiais e políticos, para facilitar a divulgação de informações. Essas fontes já enviam áudios ou vídeos, pelos grupos simultaneamente para todas as emissoras de interesse. E no jornalismo declaratório esse material pode ser usado para sustentar a notícia.

Prado (2015) atribui o uso do smartphone, além dos avanços tecnológicos e da praticidade de conseguir uma fala online, ao fato de que muitas fontes ficam intimidadas com as câmeras e gravadores, e por isso optam por enviar declarações via aplicativos de mensagens. “Digamos que gravar uma entrevista pelo celular é mais fácil, pois intimida menos quem dá a entrevista. Um gravador sempre tem aquele ar mais austero”. (PRADO, 2011, p. 215)

O recebimento desses conteúdos feitos pelas próprias fontes tem sido um fator fundamental para a incidência do jornalismo declaratório. A prática de usar material pronto, enviado pela internet também acontece no jornalismo colaborativo. Mas ambos se diferenciam em vários aspectos, entre eles: na forma como o conteúdo é utilizado pelas emissoras, no trabalho do jornalista na apuração dos fatos e na quantidade de versões retratadas.

4.4 JORNALISMO DECLARATÓRIO X COLABORATIVO

Assim como os smartphones e os aplicativos de mensagens possibilitaram a gravação e o envio de declarações, feitas pelas próprias fontes, para os veículos de comunicação, eles possibilitaram também ao público registrar fatos e colaborar com uma reportagem jornalística.

Em muitos acontecimentos, a exemplo de catástrofes e acidentes, os jornalistas passaram a contar com imagens, de onde não se tinha repórter ou cinegrafistas. Esses registros são feitos pelo público que, com o smartphone na mão, tem a possibilidade de

gravar o flagrante e enviar para os veículos de comunicação. Primo e Träsel (2006, p.4), tratam das mudanças no processo noticioso provocadas pela introdução de conteúdos feitos pela própria audiência.

Essas tecnologias de comunicação móvel facilitam o registro e divulgação de fatos no momento em que eles ocorrem. As empresas jornalísticas passaram a contar com a pulverização de fontes de imagens e informações, mesmo onde não haja qualquer jornalista ou repórter-fotográfico. E não faltam ilustrações sobre os processos distribuídos e capitalizados que subsidiaram a ampliação da cobertura de grandes notícias: o ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001; o tsunami no sudeste asiático, em dezembro de 2004; as explosões no metrô de Londres, em julho de 2005.” (PRIMO; TRÄSEL, 2006, p.4)

O uso dessas contribuições do público na produção de notícia é denominado jornalismo colaborativo e participativo. E a essas pessoas, que não são jornalistas ou prestadoras de serviço dos veículos de comunicação, mas que contribuem com a captura de imagens e recolhimento de informações, Vizeu e Siqueira (2010, p.86) dão o nome de cidadão-repórter. “O público neste caso desempenha o papel do que é possível nominar de cidadão-repórter. Pessoas das mais diferentes profissões, estudantes, entre outros, captam imagens que em função de sua importância e relevância poderão ser utilizadas depois pelos telejornais”.

Assim como acontece no jornalismo colaborativo, o declaratório também recebe conteúdo na cibercultura, principalmente por meio dos aplicativos de mensagens nos dispositivos móveis. Mas a primeira e mais significativa diferença entre os dois, diz respeito ao teor do conteúdo selecionado pelos jornalistas para ser exibido. Enquanto no jornalismo declaratório os profissionais garimpam vídeos e áudios que tragam declarações ou o relato de uma fonte. No jornalismo colaborativo, eles procuram apenas imagens, flagrantes, que podem ser usadas para ilustrar uma matéria sobre o caso. Para que fique mais clara essa diferença, suponhamos que ocorra uma explosão em uma agência bancária, e que o fato seja noticiado de forma distinta entre duas emissoras de televisão. A primeira utilizou imagens feitas pelos moradores de um prédio em frente ao banco. Eles filmaram a ação dos criminosos, o momento em que chegaram na agência e quando fugiram atirando para o alto. Essas imagens foram usadas para ilustrar a matéria feita pelo repórter que tinha ainda informações da Polícia, de testemunhas, e imagens feitas pelo cinegrafista da emissora, mostrando como ficou o local após a explosão. A outra emissora, por sua vez, noticiou o fato de uma forma diferente. Ela utilizou apenas

um vídeo de um morador, que também presenciou o fato, relatando o susto, o terror e a ação dos bandidos. O primeiro caso é um exemplo de jornalismo colaborativo. Foram usadas imagens feitas pelos moradores e não a declaração deles, como aconteceu no segundo caso, que é exemplo do jornalismo declaratório.

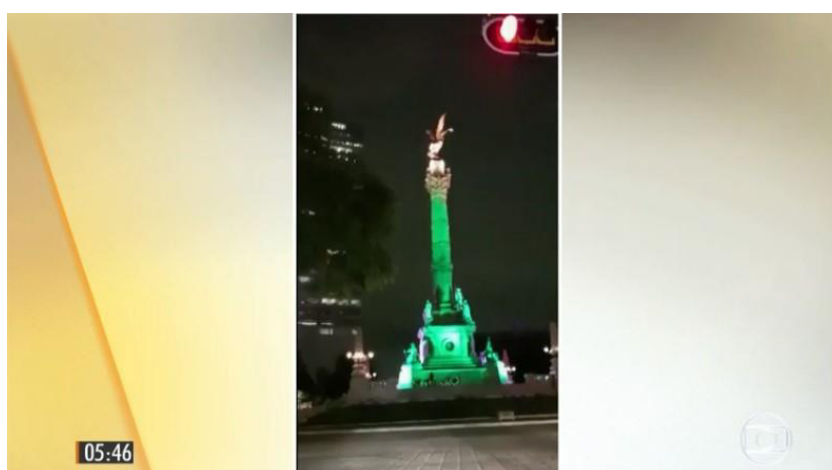
Nesse mesmo exemplo, é possível observar ainda outra diferença entre o jornalismo colaborativo e o declaratório. No primeiro, o material enviado pelas pessoas, através da internet, acrescenta ao que já está sendo produzido pelas emissoras. A reportagem sobre a explosão na agência bancária seria feita independente das imagens enviadas pelos moradores. O uso delas apenas traz mais detalhes, contribui (como o próprio nome da prática sugere) com o trabalho do jornalista. “A possibilidade de participação na elaboração da notícia gerou o termo “prosumer” – que funde o polo produtor da informação com o consumidor.” (RODRIGUES e AGUIAR, 2015, p.2 apud BRUNS, 2005). Já no caso do jornalismo declaratório, a ausência do vídeo com as declarações do morador impossibilitaria que o fato fosse noticiado. Isso porque a emissora apenas utilizou esse material enviado pela internet para sustentar a notícia.

Além disso, como o jornalismo declaratório se utiliza apenas do relato, das declarações de uma pessoa, ele pode repassar menos informações do que uma reportagem ligada ao jornalismo colaborativo. Ainda nesse exemplo da explosão ao banco, a emissora que noticiou através do jornalismo colaborativo, usou as imagens recebidas pela internet para ilustrar o material do repórter, mas também lançou mão de informações da Polícia e de outras testemunhas, dando um panorama geral do ocorrido. A outra emissora, por sua vez, se limitou à voz e às informações de uma fonte, a da testemunha que enviou o vídeo com as declarações. Aqui, não estamos nos referindo a confiabilidade dada através do crédito e natureza da fonte, nesse caso uma fonte testemunhal. Ainda que o vídeo recebido por meio da internet e exibido pela emissora fosse do delegado responsável pelas investigações, dando os detalhes da ação criminosa, continuaria sendo apenas uma única voz sustentando a sua versão dos fatos, característica do jornalismo declaratório. O repórter não teria ido ao local do crime ver de perto a situação para descobrir alguma informação a mais e entrevistar outras pessoas, podendo confrontar as versões. Nessa especialidade, ele utiliza um vídeo ou áudio, enviado pela fonte por meio da internet para embasar a notícia. E independente de quem seja a fonte, a medida em que essa prática se limita a uma única versão, pode limitar também a quantidade de informações repassadas para o público.

A diferença entre essas duas especialidades do jornalismo pode ser observada na prática na cobertura feita acerca dos terremotos que foram registrados no México, em setembro de 2017. Segundo informações do El País²¹, o primeiro tremor aconteceu no dia 8 e teve magnitude 8.2, o maior em 85 anos. Dez dias depois, o solo reverberou novamente. Dessa vez com magnitude 7.2. Mais de 200 pessoas morreram em várias cidades, principalmente no sul do país. Essa tragédia ganhou grande repercussão na mídia mundial e os veículos de comunicação fizeram uso tanto do jornalismo colaborativo quanto do declaratório para noticiar o fato.

O Hora Um, telejornal da Rede Globo, exibido em rede a partir das 5 horas da manhã, trouxe as informações sobre a tragédia utilizando vídeos e fotos disponibilizados pela população, através do jornalismo colaborativo. Porém, antes, que as imagens fossem exibidas, a apresentadora Monalisa Perrone lançou mão das informações oficiais sobre o fato. “As autoridades informaram que é o maior terremoto já registrado no país”, informou a apresentadora. Em seguida, uma reportagem foi exibida. O repórter narrou as imagens disponibilizadas pela população na internet. “Essas imagens, postadas na internet, mostram o momento exato em que o terremoto balançou a Cidade do México”, explicou ele. As imagens revelavam prédios e monumentos balançando com o tremor, como mostra a Figura 7.

Figura 7. Imagens do terremoto no México



Fonte: Captura de tela da reportagem disponível no Globo Play

²¹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/internacional/1505845600_736646.html. Acesso 3 de fevereiro 2018.

Além das imagens das pessoas que vivenciaram o momento e que foram enviadas pela internet, a reportagem contou ainda com imagens cedidas por uma emissora de televisão do México, nas quais cinegrafistas mostraram o cenário após a tragédia, prédios desabados e as pessoas desabrigadas. Um mapa também foi exibido explicando as áreas onde o terremoto foi registrado. No texto do repórter, informações do Centro de Alertas de Tsunamis do Pacífico e da Agência de Proteção Civil do México traziam detalhes da magnitude do terremoto e de possíveis outros fenômenos naturais que poderiam atingir a região.

O terremoto também foi notícia no JPB 1ª edição, telejornal da Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo, em Campina Grande. Só que essa cobertura foi feita a partir do jornalismo declaratório. O noticiário exibiu um vídeo²² de um paraibano que estava na Cidade do México e que vivenciou os momentos de terror provocados pelo terremoto. A fala da apresentadora ao anunciar o que ia ser exibido já traz indícios dessa especialidade do jornalismo quando se refere a um relato. “Nós vamos falar agora sobre o terremoto que aconteceu ontem no México. O paraibano Arthur Almeida está lá e relatou para gente um pouco do que viveu”, disse ela.

No vídeo, o paraibano faz um relato bem pessoal, sempre em primeira pessoa, narrando onde estava e o que ele enfrentou durante o terremoto. “Eu estava trabalhando, estava com fone de ouvido e comecei a sentir o chão tremer”, revelou ele no início da gravação. O vídeo foi feito de um dispositivo móvel. É possível perceber a mão do paraibano segurando o aparelho, como mostra a Figura 8.

Figura 8. Relato exibido pelo JPB sobre terremoto



Fonte: Captura de tela do vídeo disponível na Globo Play

²² Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6164273/>. Acesso 03 de fevereiro de 2018.

A cobertura do JPB do terremoto no México é, assim, um exemplo de jornalismo declaratório feito com o auxílio das ferramentas das novas tecnologias. O relato de um paraibano que vivenciou o terremoto, gravado por ele e enviado pela internet, embasou toda a notícia sobre o fato. Em nenhum momento se fez um contexto ou se explicou o que tinha acontecido no México. Não se falou em número de vítimas, na magnitude do fenômeno, nem em suas implicações. Apenas um relato de uma testemunha deu voz ao assunto no noticiário. Já na cobertura feita por meio do jornalismo colaborativo no Hora Um, embora os jornalistas tenham utilizado vídeos feitos pela população, o noticiário trouxe também conteúdo cedido por uma emissora de televisão do México, uma espécie de mapa e informações de várias fontes de notícia.

Esses dois exemplos demonstram as especificidades do jornalismo colaborativo e do declaratório, embora ambos se utilizem de conteúdo enviado, principalmente pelos aplicativos de mensagens. O primeiro aproveita as fotos e vídeos para acrescentar ao conteúdo que já está sendo elaborado pela emissora, com informações de várias fontes. O segundo, por sua vez, embasa toda a notícia no conteúdo recebido pela internet, nos vídeos e áudios das fontes e suas declarações.

5 A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NAS EMISSORAS DE TELEVISÃO DE CAMPINA GRANDE

5.1 METODOLOGIA

Nosso objetivo com essa análise é desvendar a ligação entre a incidência do jornalismo declaratório e o uso das novas tecnologias, principalmente das ferramentas do WhatsApp, que tem aproximado de forma efetiva jornalistas e fontes. Também buscaremos entender as mudanças que o telejornalismo declaratório tem provocado na produção e exibição de conteúdo, quais são as vozes que tem embasado as notícias, quais as características da prática e suas implicações.

Para chegarmos aos nossos objetivos, selecionamos duas amostras não-probabilísticas por conveniência do jornalismo declaratório em cada uma das três emissoras de televisão com sede em Campina Grande, na Paraíba, são elas: TV Borborema, afiliada do SBT; TV Paraíba, afiliada da Rede Globo; e TV Itararé, afiliada da TV Cultura.

Optamos por abordar as emissoras locais, por entendermos que, embora a incidência do jornalismo declaratório esteja sendo registrada em várias emissoras, inclusive nas de rede, são as emissoras locais que recebem de forma mais brusca os impactos da cibercultura. Doctor (2011) estuda essas transformações provocadas pela internet nas emissoras locais. Para o autor, uma das principais mudanças se trata da possibilidade dos internautas definirem o “local” conforme desejam e em um único clique. “É como se a cidade fosse um grande mapa do Google, com zoom para aproximar ou distanciar. Queremos olhar no nosso quarteirão, o bairro, a área? [...] Sigamos o mouse e captemos uma parte grande ou pequena da cidade como desejarmos” (DOCTOR, 2011, p.81). Na rede, o próprio valor-notícia “local” tornou-se volúvel e as empresas estão passando por uma reconfiguração de práticas jornalísticas. O que, onde, como e a partir de quem noticiar? “As antigas fórmulas e definições de notícias foram jogadas pela janela. Estamos no meio de uma reinvenção” (DOCTOR, 2011, p. 77). Nessa pesquisa, buscamos comprovar se a incidência do jornalismo declaratório faz parte dessas mudanças provocadas pelo uso das novas tecnologias.

As amostras não probabilísticas por conveniência nas três emissoras com sede em Campina Grande foram coletadas no segundo semestre de 2017, nos meses de agosto, setembro e outubro, quando nos dedicamos a assistir à programação local. Salvamos o

conteúdo do site em que cada emissora arquiva o material exibido: a TV Borborema no Facebook da emissora, TV Paraíba no G1, e a TV Itararé no canal do Youtube. Priorizamos, nessa escolha, os casos de repercussão noticiados a partir de declarações de uma fonte enviadas pelo WhatsApp. Elegemos os fatos de repercussão, por compreendermos que, antes da cibercultura, eram esses os casos que tinham maior atenção por parte dos jornalistas e que ganhavam ampla cobertura. A mudança na forma de noticiar esses casos nos traria mais indícios de que as novas tecnologias estão provocando a incidência do uso do jornalismo declaratório.

Com o material salvo, analisamos criteriosamente cada amostragem buscando identificar as características do telejornalismo declaratório na cibercultura, a fonte que embasou a notícia, as informações repassadas e os impactos que o conteúdo exibido pode causar ao público.

Depois dessa etapa, realizamos entrevistas semi-estruturadas com um produtor e o diretor de jornalismo de cada emissora. As entrevistas foram feitas na sede das empresas. Na TV Borborema conversamos com o produtor Tarcísio Araújo e o diretor Bastos Farias. Na TV Paraíba entrevistamos a produtora Rackel Cardoso e o diretor de jornalismo Carlos Siqueira. Já na TV Itararé conversamos com o produtor Thiago Marques e o diretor Anchieta Araújo. As perguntas foram previamente elaboradas no sentido de esclarecer quais são as mudanças provocadas na produção e exibição de notícia com o uso do jornalismo declaratório, a que os jornalistas atribuem a incidência dessa prática, quais são os critérios de noticiabilidade para definir quando um fato será noticiado a partir das declarações enviadas por uma fonte, principalmente através do WhatsApp, e se existem mecanismos de checagem desse material. As entrevistas foram feitas com a utilização de um gravador e depois transcritas para que falas dos profissionais contribuíssem com o conteúdo da análise.

5.2 A PRÁTICA DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV BORBOREMA

A TV Borborema, afiliada do SBT, em Campina Grande, foi a primeira emissora de televisão a ser instalada na Paraíba, em 1963, e acompanhou as evoluções tecnológicas, estando hoje já imersa nessa cultura da convergência. Além de transmitir a programação

pela TV aberta, a emissora disponibiliza também simultaneamente pelo Facebook²³, dando a possibilidade dos jornalistas interagirem com o público e com as fontes.

Mas, segundo o produtor da emissora, Tarcísio Araújo, em entrevista²⁴, é através do WhatsApp dos próprios jornalistas que o contato com as fontes acontece de forma mais efetiva. “A própria polícia, por exemplo, nos procura para divulgar os fatos que, muitas vezes, são de interesse deles. Hoje esse contato é feito pelos canais digitais, especificamente, pelo nosso próprio WhatsApp”.

Ainda de acordo com o produtor, o primeiro contato com as fontes deixou de ser feito presencialmente ou por telefone. Na cibercultura, ao acontecer um fato, desenvolveu-se a prática de entrar em contato com a fonte primeiro por meio de mensagem instantânea no WhatsApp. E é através do aplicativo também que os profissionais solicitam o material das fontes para exibir, fazendo uso do jornalismo declaratório. “Ei, fulano de tal, tem como o senhor gravar um vídeo e enviar para a gente através desse WhatsApp?”, exemplificou o produtor, se referindo ao diálogo com a fonte para solicitar relatos em vídeos e áudios, que podem ser usados no noticiário.

Foi por meio dessas declarações enviadas pelas próprias fontes pelo WhatsApp, que a emissora noticiou os dois casos que analisaremos nessa pesquisa. O primeiro caso é da cobertura de um crime que aconteceu na cidade de Patos, no sertão paraibano, na noite do dia 24 de outubro de 2017. Um policial militar matou a ex-mulher e em seguida se matou. O fato gerou grande repercussão.

Para noticiar o crime, no dia após a ocorrência, a Patrulha da Cidade²⁵, o programa policial da emissora, utilizou um vídeo, de mais de 3 minutos, gravado pelo delegado responsável pelo caso, e enviado por meio do WhatsApp.

²³ Disponível em <https://www.facebook.com/TVBorborema/>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

²⁴ Entrevista do produtor da TV Borborema, Tarcísio Araújo, concedida para a pesquisa, no dia 27 de dezembro de 2017.

²⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/TVBorborema/videos/1576331779099298/>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

Figura 9. Vídeo do delegado no Patrulha da Cidade



Fonte: Captura de tela do vídeo arquivado no Facebook da TV Borborema

O delegado George Welington já inicia o vídeo de uma forma bem pessoal, lamentando o ocorrido e fazendo juízo de valor sobre a índole do policial envolvido. “É uma verdadeira tragédia. A Polícia Civil encontra-se estarrecida, de luto, por tratar-se de um policial com comportamento exemplar”, afirmou o delegado. Essas declarações e relatos pessoais das fontes, que muitas vezes se aproximam de uma opinião, são facilmente observadas no jornalismo declaratório, na cibercultura. Como a notícia se limita a visão de uma única pessoa e é ela mesma quem grava o conteúdo, em muitos casos, ela acaba emitindo a visão pessoal do fato. Diferente do espaço dado às fontes em outras categorias, como no jornalismo investigativo, em qual se busca especificamente a coleta de informações e dados importantes para a investigação.

Depois de abordar o crime por esse ângulo pessoal, o delegado começa a narrar como de fato as mortes aconteceram, fazendo uma pequena reconstituição do ocorrido. Ele relata desde o deslocamento do policial para a casa da ex-mulher até o momento dos disparos. Coube ao delegado, através desse vídeo gravado por ele, e enviado pela internet, repassar também a versão da família sobre o que teria motivado as mortes. Ele relatou que, segundo a família e pessoas próximas, o casal vinha passando por momentos de crise desde o fim do relacionamento e que brigas pela guarda do filho eram constantes. Embora o delegado tenha lançado mão da versão da família no vídeo, em nenhum momento, nessa edição do noticiário, foram exibidas falas de familiares que dessem sustentação ao relato, contando com mais proximidade como era a relação entre o policial e a ex-mulher. A notícia foi veiculada apenas a partir da versão do delegado.

O diretor de jornalismo da emissora, Bastos Farias, justificou em entrevista²⁶ o uso do jornalismo declaratório. Segundo ele, uma das principais contribuições das novas tecnologias para o contato com as fontes e que tem contribuído para a incidência dessa prática, é a possibilidade de encurtar distâncias. Assim, independentemente de onde acontecer o fato, por meio do WhatsApp é possível ter contato com a fonte e conseguir conteúdo para exibir no telejornal, sem precisar deslocar uma equipe de reportagem.

A gente, TV Borborema, a gente não tem uma equipe no Alto Sertão do Estado. Em função da distância, em determinados casos, dependendo da situação do momento, até a gente desloca uma equipe, como aconteceu em uma rebelião em Patos. Como o assunto estava em voga, a gente mandou uma equipe para lá. Mas dependendo do caso, a gente utiliza o WhatsApp para ajudar. (Bastos Farias, em entrevista).

Foi por meio do WhatsApp também que a emissora recebeu um áudio que possibilitou a cobertura do caso de uma criança, de 7 anos, que ficou ferida após ser atacada por um cachorro da raça pitbull. Essa é a segunda amostra que selecionamos na TV Borborema para análise nessa pesquisa. O caso aconteceu em São João do Rio do Peixe, no sertão da Paraíba, no dia 19 de setembro de 2017. Para noticiar o fato, o Borborema Notícias²⁷, que vai ao ar às 19h15, utilizou um áudio de um conselheiro tutelar da cidade, que foi enviado pelo WhatsApp.

O jornal começa a noticiar o ocorrido com o apresentador dando as primeiras informações. Ele relata que uma criança foi trancada em um ambiente com um cachorro da raça pitbull e que ela ficou gravemente ferida. Ainda segundo o jornalista, a criança foi socorrida para um hospital e um adolescente é suspeito de cometer o crime. Depois dessas informações, o apresentador anuncia o áudio enviado pelo conselheiro tutelar já dando indícios de que se trata de uma notícia feita aos moldes do jornalismo declaratório. “Ele falou o quanto está indignado diante desse caso”, disse o apresentador.

O conselheiro inicia o áudio de forma pessoal, com uma opinião sobre o ocorrido, reforçando uma das características do jornalismo declaratório na cibercultura, que é a de englobar a visão particular da fonte ao relato. “Quero deixar aqui a minha indignação com tamanha falta de humanidade para com uma criança”, desabafa ele. A fala do conselheiro

²⁶ Entrevista do diretor de jornalismo da TV Borborema, Bastos Farias, concedida para a pesquisa, no dia 27 de dezembro de 2017.

²⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/TVBorborema/videos/1546251132107363>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

tutelar, Jessé Alves, tem uma duração média de 30 segundos e é superficial no sentido de que não traz mais detalhes do caso, como o estado de saúde da criança, quem é o adolescente suspeito de praticar o crime e qual a motivação. A Figura 10 mostra o momento em que o áudio foi veiculado.

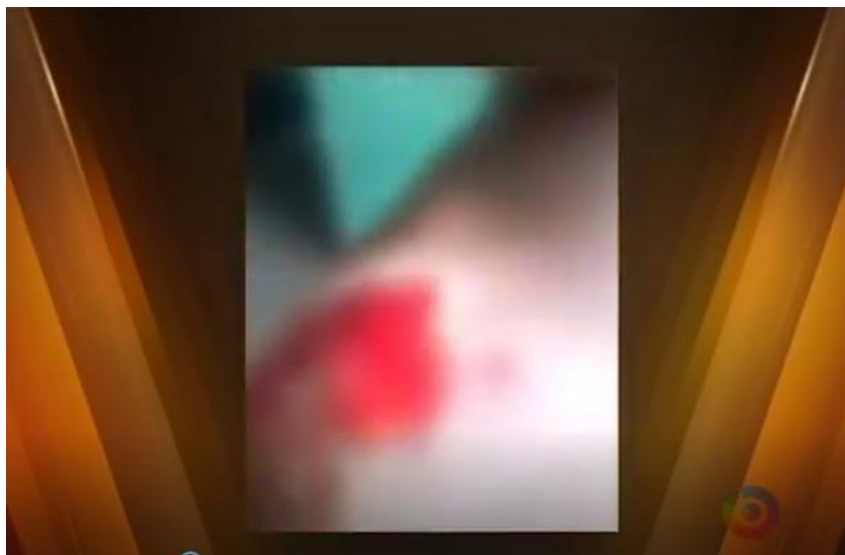
Figura 10. Áudio do conselheiro tutelar no Borborema Notícias



Fonte: Captura de tela do material arquivado no Facebook da TV Borborema

Falas de fontes através de gravações em voz já eram utilizadas nos telejornais antes da cibercultura. Os jornalistas gravavam chamadas telefônicas a partir de um equipamento denominado áudio tape e usavam o conteúdo no noticiário. Mas com o advento do WhatsApp, essa coleta de declarações foi facilitada. O jornalista não precisa mais de outro equipamento, que não seja o smartphone, no qual já está sempre conectado. Além disso, o acesso às fontes é maior e não tem custos como em uma ligação telefônica. Outro ponto importante, e segundo o produtor da TV Borborema, o mais significativo, é que além de enviar uma fala, a fonte pode encaminhar também imagens para ilustrar o relato. No segundo caso analisado da TV Borborema, por exemplo, foi usado um vídeo, com imagens embasadas, dos ferimentos da criança provocados pelo cachorro, como pode ser observado na Figura 11. “O áudio tape não está sendo mais tão usado. O bom do WhatsApp é que a gente também recebe foto e vídeo para ilustrar a fala e deixar o material mais dinâmico. Quando a gente não tem e um mapinha fica aparecendo o tempo inteiro na tela, a audiência pode cair”, conta o produtor em entrevista.

Figura 11. Imagens ilustrando áudio no Borborema Notícias



Fonte: Captura de tela do vídeo arquivado no Facebook da TV Borborema

Nos dois casos analisados da TV Borborema, o jornalismo declaratório foi feito em cima da voz de fontes oficiais. Na primeira amostragem foi a partir de um delegado, e na segunda, de um conselheiro tutelar. Segundo o produtor, Tarcísio Araújo, quando se trata de fontes oficiais, não há nenhum mecanismo de checagem para que esse material seja exibido. Eles apenas confiam nas declarações recebidas pela internet. “Quando o vídeo é enviado por uma fonte oficial, por exemplo um delegado ou um sargento da polícia, como a gente está recebendo do WhatsApp dele, a gente confia. Então, a gente passa para a edição, faz alguns cortes, se for necessário, e já exhibe no programa”, explicou o produtor, em entrevista.

Na análise da emissora afiliada do SBT em Campina Grande constatamos o uso do jornalismo declaratório com o auxílio do WhatsApp. Os jornalistas interagem com as fontes por meio do aplicativo de mensagens e através dele conseguem não só áudios, mas também vídeos e imagens para ilustrar o conteúdo, o que representa uma nova característica do jornalismo declaratório no cenário da cibercultura.

5.3 O USO DO JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV PARAÍBA

Na TV Paraíba, afiliada da Rede Globo em Campina Grande, o contato com as fontes também está acontecendo pelo WhatsApp. Segundo a produtora, Rackel Cardoso,

em entrevista²⁸ para essa pesquisa, por vezes são as próprias fontes que preferem interagir e divulgar informações online. “Tem muita fonte hoje que só responde pelo WhatsApp. Fontes oficiais e fontes não oficiais também. Então, desde o primeiro contato está sendo feito através dele. Tem pessoas que não gostam de falar pelo celular, mas respondem pelo WhatsApp, mandam áudios”, disse na entrevista.

O primeiro caso de jornalismo declaratório que analisaremos da TV Paraíba se trata da notícia²⁹ de um arrombamento a um estabelecimento comercial na cidade de Alagoa Grande, no brejo paraibano, a cerca de 60 quilômetros de Campina Grande. O crime aconteceu no dia 26 de outubro de 2017 e ganhou repercussão porque a prática de usar um carro para arrombar e roubar lojas estava sendo registrada com frequência na região.

Para noticiar o caso, o JPB 2ª edição, se utilizou do jornalismo declaratório feito com auxílio das novas tecnologias. Foi exibido um áudio do delegado Hugo Lucena, no qual ele explicava a ação dos criminosos nesse estabelecimento comercial. O delegado narrava desde a chegada do carro ao local, a forma como a porta teria sido arrombada até a fuga dos envolvidos. A Figura 12 mostra o momento em que o áudio estava sendo veiculado.

Figura 12. Áudio do delegado no JPB 2ª Edição



Fonte: Captura de tela do material arquivado no G1 Paraíba

²⁸ Entrevista da produtora da TV Paraíba, Rackel Cardoso, concedida para a pesquisa, no dia 20 de dezembro de 2017.

²⁹ Disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/v/bandidos-usam-carro-para-arrombar-loja-de-roupas-em-alagoa-grande-no-brejo-da-pb/6246679/>. Acesso 6 de fevereiro de 2018.

Também foram exibidas imagens da ação criminosa, cedidas pela Polícia Civil e enviadas pelo delegado para os jornalistas. As fotos ilustraram parte do áudio do delegado, como é possível ver na Figura 13.

Figura 13. Imagens ilustrando áudio no JPB 2ª Edição



Fonte: Captura de tela vídeo arquivado no G1 Paraíba

O noticiário embasou todas as informações acerca desse caso de repercussão a partir da fala do delegado. Nesta edição do jornal, não foi abordado, por exemplo, o posicionamento da Polícia Militar sobre o combate a essa prática criminosa que estava sendo recorrente, nem o pedido da população por mais segurança. Apenas um áudio enviado pelo WhatsApp sustentou a notícia. Dessa forma, o repórter não precisou se deslocar para o local do crime. Essa é uma tendência do jornalismo declaratório feito na cibercultura.

Segundo o diretor de jornalismo da emissora, Carlos Siqueira³⁰, o WhatsApp se tornou um grande facilitador no contato com as fontes e possibilita a busca por informações e declarações, principalmente em circunstâncias nas quais não seria possível entrevistá-las de outra forma. Ele atribui o uso recorrente do jornalismo declaratório às dificuldades de logística para encontrar a fonte pessoalmente. “Nem sempre, os delegados, por exemplo, estão disponíveis. Às vezes eles estão em ocorrência, ouvindo testemunhas, fazendo oitivas. Aí nesses casos, o que acontece é que eles preferem enviar um áudio ou vídeo pelo WhatsApp”, relatou.

³⁰ Entrevista do diretor de jornalismo da TV Paraíba, Carlos Siqueira, concedida para a pesquisa, no dia 26 de dezembro de 2017.

A voz de um delegado também foi suficiente para embasar as informações divulgadas pela emissora no outro caso de jornalismo declaratório da TV Paraíba que analisaremos. A segunda amostra diz respeito à cobertura³¹ do caso de uma mulher acusada de matar o próprio irmão em Campina Grande, no dia 29 de setembro de 2017.

No dia após o crime, o JPB 1ª Edição noticiou o assunto apenas com a fala do delegado responsável pelo caso. As declarações foram enviadas por um áudio, através WhatsApp, como frisou a repórter ao anunciar o que iria ser exibido. “Por áudio, o delegado Francisco de Assis, que está investigando o caso, deu detalhes sobre o crime”, disse ela. A Figura 14 mostra o momento que o noticiário veiculou o áudio.

Figura 14. Áudio veiculado no JPB 1ª Edição



Fonte: Captura de tela do material arquivado no G1 Paraíba

Na narração, o delegado contou como aconteceu o assassinato, trazendo detalhes desde a abordagem dos criminosos até os disparos contra o homem. Ele também acusou a irmã da vítima de ser mentora do crime, mas se limitou a dizer que ela se chama Eliane. Não há nenhum outro detalhe, como o nome completo, idade ou paradeiro dessa mulher durante o áudio ou até o fim do noticiário.

Além disso, o delegado afirmou, embora não tenha dito no áudio de onde surgiu essa linha de investigação, que os irmãos brigavam muito e que isso pode ter ocasionado o homicídio. Mas em seguida a autoridade disse que a família não confirmou essa versão. “Já é uma briga antiga. Nós procuramos saber o motivo dessa briga e os familiares não explicaram. Disseram que não tem motivos”, relatou o delegado.

³¹ Disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-1edicao/videos/t/edicoes/v/varios-homicidios-foram-registrados-na-paraiba/6185758/>. Acesso 6 de fevereiro de 2018.

Se o próprio delegado diz que os familiares não explicaram a existência de desentendimentos entre os irmãos, mas ele mesmo, sem esclarecer de onde surgiu a suspeita, afirma que a mulher é a principal mentora do crime, não caberia aos jornalistas o papel de confrontar as versões? Quando questionada, na entrevista dessa pesquisa, sobre o processo de checagem dos arquivos enviados pelas fontes através do WhatsApp, a produtora da emissora revelou: “A gente confia. A gente confia e coloca o nome da fonte. [...] O delegado mandou, então está confirmado, a gente joga no ar”.

Nessa nova forma de fazer jornalismo declaratório com as possibilidades das mídias sociais, atribuindo à fonte a responsabilidade sobre a veracidade da informação, os jornalistas passaram a ter um cuidado maior no que diz respeito à possibilidade de desmentidos. Antes da chegada das tecnologias digitais, a maioria das declarações das fontes era coletada pelo repórter e gravada por uma câmera em vídeo. O material era exibido e depois arquivado. Sendo assim, uma fonte não tinha como se arrepender das informações prestadas e dizer que não foi ela quem disse. Os jornalistas tinham o vídeo com ela própria fazendo o relato. Na cibercultura, a maioria dessas declarações deixou de ser coletada em uma entrevista e passou a ser enviada pela internet. E pode ser uma tendência também do jornalismo declaratório, já implementada na TV Paraíba, o arquivamento das conversas por mensagens instantâneas com as fontes. “Nós jornalistas precisamos ter alguns cuidados no tocante a essas informações. Porque elas chegam via WhatsApp, mas elas precisam ser arquivadas, para que depois não haja desmentidos”, explicou o diretor de jornalismo da emissora, Carlos Siqueira, em entrevista.

Assim, o jornalismo declaratório feito com o auxílio do WhatsApp, pode representar não só maior proximidade com as fontes e mudanças na forma como o conteúdo é produzido e exibido, mas também uma reconfiguração do conjunto de práticas e das formas de trabalho do dia a dia de uma redação, a exemplo da forma como são arquivadas as declarações para eventuais contestações por parte das fontes.

5.4 O JORNALISMO DECLARATÓRIO NA TV ITARARÉ

A TV Itararé, afiliada da TV Cultura em Campina Grande, também está lançando mão do jornalismo declaratório no contexto da cibercultura. Os jornalistas da emissora têm se utilizado especialmente do WhatsApp para interagir com as fontes e colher delas

material para ser exibido no noticiário. O produtor, Thiago Marques³², explicou em entrevista para essa pesquisa, como acontece na prática essa interação entre jornalistas e fontes na emissora, por meio das novas tecnologias.

Hoje em dia a gente pode dizer que muitos desses contatos que a gente faz com as fontes, primeiramente a gente faz através do WhatsApp. E aí, em um segundo momento, dependendo da velocidade com que a gente precise dessa informação ou até de uma checagem um pouco maior, mais detalhada, a gente faz uma ligação. Mas, em um primeiro momento a gente fala através do WhatsApp, por áudio ou por texto. (Thiago Marques, em entrevista)

O primeiro caso da TV Itararé que analisaremos se trata da cobertura feita sobre a desinterdição do Hospital Universitário Alcides Carneiros (HUAC), em Campina Grande. A unidade hospitalar teve o setor de atendimento interditado eticamente no dia 3 de agosto de 2017. De acordo com informações do Conselho Regional de Medicina da Paraíba³³, a suspensão das atividades foi provocada pela falta de médicos. O fato gerou repercussão e ficou em destaque na mídia, principalmente pelos atendimentos que deixaram de ser prestados para pacientes de toda região. Pouco mais de três meses depois, o órgão determinou a desinterdição do local.

Para noticiar que as atividades no hospital tinham sido retomadas, o Itararé Notícias³⁴, telejornal da emissora, utilizou um áudio da coordenadora de divisão médica da unidade. Na fala do repórter, ao anunciar o áudio, ele deixa claro as contribuições das tecnologias móveis e principalmente do WhatsApp para conseguir o material que iria ser exibido. “A coordenadora da divisão médica do hospital, a médica Alana Abrantes, enviou, através de um aplicativo de mensagens, um áudio explicando que medidas foram tomadas pela direção para solucionar o problema. Acompanhe!”, disse o repórter.

³² Entrevista do produtor da TV Itararé, Thiago Marques, concedida para a pesquisa, no dia 28 de dezembro de 2017.

³³ Disponível em <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/hospital-universitario-de-campina-grande-tem-setor-interditado-por-falta-de-escala-de-medicos.ghtml>. Acesso em 07 de fevereiro.

³⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1nJF2Lx>. Acesso em 4 de dezembro 2017.

Figura 15. Áudio veiculado no Itararé Notícias



Fonte: Captura de tela do material arquivado no Youtube da emissora

No áudio, a coordenadora de divisão médica, relata quais foram as providências tomadas pelo hospital para que a unidade fosse desinterditada. Ela afirma que foram contratados novos médicos e que, a partir de agora, o local está funcionando normalmente e cumprindo as determinações do Conselho Regional de Medicina.

Todas as informações repassadas pelo jornal sobre esse caso foram embasadas pela voz da médica. Como o assunto estava sendo tratado aos moldes do jornalismo declaratório, o repórter não se deslocou para a unidade hospitalar a fim de ouvir pacientes e comprovar se os serviços realmente estavam funcionando como deveriam. Apenas a voz de uma fonte oficial sustentou a notícia de repercussão.

Assim, voltamos ao debate acerca da checagem das informações das fontes, enviadas através da internet. Em entrevista para essa pesquisa, o produtor da emissora, Thiago Marques, revelou que dependendo de quem seja a fonte, o material que é recebido, é repassado para os telespectadores sem que passe pelo processo de apuração.

Dependendo da relação que você tenha com uma fonte, você sabe que de fato ela tem uma ligação direta com o ocorrido. Então, nesse aspecto a gente acaba considerando que aquilo é a verdade e coloca no ar o que ela nos enviou. Em outros momentos, quando ela não tem uma ligação direta, é óbvio que o sensor do jornalista de checar, de ter dúvidas, ele tem que falar mais alto. (Thiago Marques, em entrevista).

A TV Itararé também utilizou o jornalismo declaratório feito com o auxílio das novas tecnologias para noticiar uma operação policial que aconteceu na cidade de Alagoa Grande, no agreste da Paraíba. Esse é o segundo caso que analisaremos da emissora. A

ação aconteceu no dia 19 de setembro de 2017 e repercutiu por se tratar da desarticulação de uma associação criminosa investigada pela prática de inúmeros crimes na região.

No dia dessa ocorrência policial o telejornal Itararé Notícias³⁵ exibiu um vídeo do delegado Luciano Soares, responsável pelas investigações, como mostra a Figura 16.

Figura 16. Vídeo exibido no Itararé Notícias



Fonte: Captura de tela do material arquivado no Youtube da emissora

Ao anunciar a exibição do vídeo do delegado, o apresentador do noticiário enfatizou que o material foi enviado pela fonte através do WhatsApp. “O delegado Luciano Soares enviou um vídeo, onde conta detalhes dessa ação”, disse o apresentador.

No vídeo, o delegado faz um balanço da operação policial. Ele fala sobre os mandados de busca e apreensão que foram cumpridos, das armas e drogas apreendidas e do número de presos até aquele momento. A fala do delegado aborda muito mais o trabalho e os resultados obtidos pela Polícia Civil, do que os impactos que a desarticulação da associação criminosa iria trazer para a população. Apenas no fim do vídeo, que durou cerca de 50 segundos, a fonte cita rapidamente os crimes pelos quais os presos estão sendo investigados. “As atividades criminosas vão desde ao tráfico de drogas, roubos e homicídios consumados naquela região”, disse o delegado, encerrando o vídeo.

Como o jornalista não tem contato presencial com as fontes no jornalismo declaratório feito através das novas tecnologias, a exemplo do WhatsApp, é característica

³⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mhWjs0hFEVE&list=PLqUA6u-95V04H9D-Dpuzbd9uYwFd5Y7&index=9>. Acesso 1 de dezembro de 2017.

da prática não só que o conteúdo enviado pela fonte aborde uma visão pessoal, como também que priorize informações que talvez não teriam tanto destaque se o material fosse construído por um jornalista. Nesse segundo caso analisado da TV Itararé, o delegado dedicou a maior parte do tempo detalhando e enaltecendo o trabalho da Polícia Civil, e não explicando o fato em si. Praticamente não se tem informações sobre quais eram os crimes praticados pela associação criminosa, quem são os presos, o que acontecerá com eles a partir de agora e quais são os impactos dessa prisão no que tange a segurança dos moradores do agreste do estado.

As facilidades de acesso a essas declarações online, tem feito com que as redações dos veículos de comunicação raramente desloquem uma equipe de reportagem para entrevistar uma fonte mesmo que para usar a fala por meio do jornalismo declaratório. Entre fazer a entrevista ao vivo e coletar as declarações online, a segunda opção tem se tornado mais atrativa, principalmente porque as próprias fontes já estão familiarizadas com essa prática, como relatou o produtor da TV Itararé.

Quando a gente solicita algum material algumas fontes já sabem como fazer isso. Então, já mandam até em vídeo, porque para TV já facilita. A gente usa o vídeo, sem precisar enviar uma equipe completa, com repórter, com motorista, com cinegrafista, até uma Central de Polícia, por exemplo. (Thiago Marques, em entrevista)

O diretor de jornalismo da emissora atribui a incidência do uso do jornalismo declaratório na cibercultura principalmente à concorrência entre televisão e internet. Segundo ele, com as informações divulgadas em rede, a validade de uma notícia para os veículos de comunicação tradicionais diminuiu. O público fica sabendo do fato praticamente em tempo real pela internet, e por isso as emissoras de televisão precisam otimizar o trabalho para que a informação seja veiculada e ainda desperte a atenção dos telespectadores. Nesse contexto, segundo Anchieta Araújo³⁶, o uso do WhatsApp e das redes sociais tem contribuindo com a prática jornalística, possibilitando o recebimento de conteúdo por parte das fontes, sem precisar que uma equipe de reportagem se desloque até o local do fato, o que levaria mais tempo.

É a questão da rapidez, porque tudo acontece de forma muito rápida agora. Exatamente muito por causa das redes sociais mesmo. Porque se você não der agora, daqui a pouco vai estar tudo nas redes sociais. Então

³⁶ Entrevista do diretor de jornalismo da TV Itararé, Anchieta Araújo, concedida para a pesquisa, no dia 27 de dezembro de 2017.

não dá tempo você escalar uma equipe, agendar com alguém para ir lá, gravar a tarde e exibir a noite. Já foi. Isso já deixou de ter interesse, porque todo mundo já sabe. Então, se eu posso ter essa informação através do WhatsApp, por que não usar? O critério é esse. O jornalista está correndo contra o tempo mais do que nunca. [...] O telespectador quer uma resposta rápida. Então o meio é o WhatsApp mesmo. Muito embora você perca um pouco do contato direto do jornalista com essa fonte. (Anchieta Araújo, em entrevista)

Os casos estudados na TV Itararé, bem como os da TV Borborema e da TV Paraíba, sustentam a ligação entre a cibercultura e o uso do jornalismo declaratório, bem como trazem à tona as novas formas de produção e exibição de notícia com o auxílio do WhatsApp, de onde os jornalistas extraem áudios e vídeos com relatos e informações feitos pelas próprias fontes.

5.5 CARACTERÍSTICAS DO TELEJORNALISMO DECLARATÓRIO EM CAMPINA GRANDE

Na análise feita nas três emissoras locais de TV de Campina Grande, além de constataremos que a declaração de uma única fonte, enviada pelo WhatsApp, está embasando até fatos de repercussão, que antes ganhavam uma ampla cobertura jornalística, observamos também algumas particularidades do jornalismo declaratório na cibercultura, entre elas: a presença da opinião da fonte em meio ao relato, imagens ilustrando as declarações das fontes, expansão da área de abrangência das emissoras, predominância de fontes oficiais embasando a notícia, novas formas de armazenamento do conteúdo recebido pelo WhatsApp e recorrência de problemas técnicos, como vídeos de baixa qualidade e barulho de som ambiente.

Antes da cibercultura as declarações das fontes eram gravadas por uma equipe com cinegrafista e repórter, mesmo que fossem exibidas nos moldes do jornalismo declaratório, ou seja, sem a presença de outras vozes construindo uma reportagem. Os profissionais se dirigiam ao entrevistado e conduziam o material por meio de perguntas-chave. No jornalismo declaratório, com o auxílio das novas tecnologias, são as próprias fontes que gravam vídeos e áudios para serem enviados às emissoras. Sem um direcionamento dos jornalistas, em muitos casos as fontes acabam fazendo juízo de valor e opinando enquanto relatam o ocorrido. Em algumas amostras analisadas nessa pesquisa, o arquivo enviado pela fonte continha mais opiniões que propriamente informações sobre

o fato. Em outros casos observados, o relato das fontes priorizou informações importantes para ela, e que talvez não tivesse significado para o público.

Outra característica que observamos na amostragem é a presença de fotos e vídeos ilustrando as declarações das fontes. Além de enviar o relato, as fontes também têm a possibilidade de fazer imagens do fato e encaminhar instantaneamente para as empresas de comunicação pelo WhatsApp. Nas amostras identificamos fotos de ações criminosas e operações policiais, por exemplo. Os produtores das três emissoras de televisão de Campina Grande falaram na entrevista sobre essa especificidade do jornalismo declaratório na cibercultura como algo positivo. Mesmo que já fosse possível gravar as declarações das fontes em ligações telefônicas com o auxílio do áudio tape antes da introdução das mídias sociais, depois delas além das declarações os jornalistas passaram a receber também imagens para ilustrar o relato, dando mais dinamicidade à notícia.

À medida que a informação no jornalismo declaratório está sendo construída pelo conteúdo recebido via internet, fatos de qualquer lugar podem ganhar destaque nas emissoras, inclusive nas emissoras locais, que antes se limitavam a noticiar fatos da região. Essa é outra particularidade do telejornalismo declaratório na cibercultura. Observamos que em muitos dos casos estudados, as emissoras não tinham equipe na cidade onde aconteceu o fato e as fontes se transformaram em uma espécie de correspondentes. Os veículos conseguiram expandir sua área de abrangência sem precisar aumentar o número de profissionais na empresa ou deslocar uma equipe. Esse foi um dos fatos mais citados pelos entrevistados dessa pesquisa para justificar a incidência do jornalismo declaratório na cibercultura.

No tocante à categoria dessas fontes, observamos a predominância da voz de fontes oficiais embasando a notícia. Em todas as amostras estudadas, de fatos de repercussão, os casos foram relatados por uma fonte oficial. E no que se refere à checagem das informações, em entrevista para essa pesquisa, todos os produtores das emissoras com sede em Campina Grande, revelaram a confiabilidade dada às fontes. Segundo eles, por serem enviadas por fontes oficiais, as declarações não passam por nenhum processo de apuração para serem veiculadas no noticiário.

Nas entrevistas, especificamente dos profissionais da TV Paraíba, identificamos também uma nova forma de armazenamento de conteúdo para evitar desmentidos, trata-se do arquivamento das conversas no WhatsApp com as fontes. Essa característica só foi identificada nessa emissora, mas pode representar indícios de práticas que podem se

tornar comuns com a incidência dessa especialidade do jornalismo com o uso das novas tecnologias.

Na análise das amostras foi possível observar problemas técnicos nos arquivos enviados pelas fontes. Alguns vídeos exibidos pelas emissoras foram feitos com uma câmera de baixa resolução. E certos áudios veiculados foram gravados em lugares barulhentos, de forma que o som ambiente sobressaiu à voz da fonte, podendo debilitar o processo noticioso. Essas limitações técnicas da qualidade dos áudios e dos vídeos recebidos foram citadas pelo produtor da TV Borborema, Tarcísio Araújo, em entrevista, quando questionado sobre as possíveis dificuldades do telejornalismo declaratório na cibercultura. Ele ponderou o problema, mas confirmou que ainda assim os arquivos são exibidos pela emissora. “É diferente você fazer com uma câmera profissional e você fazer com um celular, que a qualidade do vídeo pode não ser tão boa. Mas, a gente exhibe porque a gente tem que dar a informação. E o telespectador recebe a notícia da mesma forma independente disso”, relatou na entrevista.

Já o diretor de jornalismo da TV Borborema, quando questionado sobre os possíveis problemas do jornalismo declaratório na cibercultura, não elencou nenhuma limitação. “Eu acredito que só tem benefício. Benefício pra TV que está dando a informação, muitas vezes conseguindo audiência por conta dessas declarações que chegam em tempo real. E benefício também para o telespectador que está recebendo a informação”, disse em entrevista.

O diretor da TV Paraíba, Carlos Siqueira, também seguiu essa mesma ótica quando questionado sobre as dificuldades do jornalismo declaratório. “Quando essa informação vem com conteúdo legal, de qualidade, eu acho que vale sim, não tem prejuízo”, disse ele. A produtora da emissora, Rackel Cardoso, por sua vez, citou o comodismo por parte dos profissionais da comunicação como umas das principais consequências negativas dessa prática. “Pode ter malefícios, se o jornalista for preguiçoso. Se o produtor for preguiçoso, ele vai ficar esperando a pessoa responder ali na rede social. Quando não tinha isso, o repórter tinha que cair em campo. Perdia mais tempo? Perdia. Mas estava lá”, opinou a produtora.

Para o diretor de jornalismo da TV Itararé, Anchieta Araújo, a principal limitação é a falta de contato presencial entre jornalistas e fontes, no jornalismo declaratório feito com o auxílio das ferramentas da internet, principalmente do WhatsApp, o que impossibilita o aprofundamento dos questionamentos dos profissionais da comunicação. “Aquela coisa, você vai gravar com alguém, no olho a olho, você tem como perguntar

mais. É diferente da fonte enviar as respostas e declarações pelo WhatsApp. Então no contato direto a gente teria como nos aprofundar mais, isso se perde um pouco”, disse o diretor em entrevista. O produtor da emissora corroborou com essa ideia. Para Thiago Marques, como os jornalistas não conduzem uma entrevista presencial, as fontes podem repassar as informações conforme o seu ponto de vista. “Pode ser que essa fonte dê informações que não sejam relevantes para a sociedade, sejam relevantes para ela. Então o jornalista, nesse sentido, no local, ele selecionaria o que é importante para as pessoas”, justificou o produtor.

Os profissionais da comunicação elencaram também durante a entrevista benefícios do jornalismo declaratório na cibercultura, entre os mais citados: a agilidade no recebimento das informações, já que as fontes enviam conteúdo quase que em tempo real, e o maior leque de assuntos noticiados mesmo sem precisar deslocar uma equipe para o local do fato.

Dessa forma, com a análise das amostras e as entrevistas realizadas conseguimos não só chegar ao nosso objetivo de desvendar a ligação entre a incidência do jornalismo declaratório e as práticas da cibercultura, como também identificar como quais fontes estão ganhando espaço, como a prática acontece, as características dela e a repercussão sob a ótica dos profissionais da comunicação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, comprovamos que as ferramentas disponíveis pelo WhatsApp têm contribuído para a incidência do jornalismo declaratório no âmbito da cibercultura, uma vez que possibilita o envio de declarações gravadas pelas próprias fontes para serem exibidas nos noticiários. Esse fenômeno traz facilidades para a produção de notícias, mas também pode representar implicações tanto para o fazer jornalístico quanto para a qualidade da informação repassada ao público.

O primeiro ponto que merece atenção nesse sentido é a ausência de contato físico entre jornalistas e fontes. Nos casos de notícias de repercussão isso se torna muito mais preocupante, já que elas normalmente são mais complexas, e deveriam contar com uma cobertura mais cuidadosa, abordando todos os ângulos e os desdobramentos do fato. Deixando de ir a campo, os jornalistas não exercem mais seu instinto investigativo de encontrar pistas até mesmo no próprio olhar e gestos das fontes.

Sem uma entrevista cara a cara, os profissionais também não têm mais a possibilidade de questionar de forma incisiva até chegar às respostas de interesse do público. Nem mesmo de ir fazendo outras perguntas à medida que as respostas das fontes vão levantando novas questões. No jornalismo declaratório feito com o auxílio das mídias sociais, a fonte grava sua própria declaração sozinha e envia para o veículo de comunicação, que apenas exhibe. Isso pode debilitar o processo noticioso uma vez que o público recebe apenas as informações que as próprias fontes julgam interessantes. E também, podem ser manipulados pelas opiniões e juízos de valor que são tão recorrentes nesses relatos.

A incidência do uso do jornalismo declaratório, no âmbito da cibercultura é justificada principalmente pela agilidade no processo noticioso. A grande maioria dos entrevistados nessa pesquisa atribuiu o uso dessa especialidade de fazer jornalismo à possibilidade de exibir a informação quase que em tempo real com o conteúdo que é enviado pelas fontes. Mas, essa busca para noticiar de forma instantânea pode significar uma produção superficial e comprometer a qualidade da notícia, como aborda Marcondes Filho (2002, p.81).

A rapidez exige decisões instantâneas, separação imediata do material, triagem de algumas informações básicas [...]. Jornalistas tornam-se, assim, funcionários de uma linha de montagem acelerada em que

rapidamente selecionam, por padrões viciados e em geral imutáveis, sempre os mesmos enfoques, as mesmas caracterizações.

Além disso, a rapidez no processo noticioso pode representar também uma ausência dos mecanismos de checagem das declarações das fontes recebidas pela internet. Na ânsia de noticiar o fato em tempo real, os profissionais por vezes colocam no ar as declarações que são recebidas sem nenhuma apuração. O problema é que a internet é área de livre circulação de informação. Não há um filtro que assegure que o que é publicado ou enviado por meio da rede é verdade. Seria papel da imprensa hoje assegurar a veracidade das informações, agregando capital social às publicações em rede, à medida que elas ganham destaque nos noticiários, e não funcionar como uma área de divulgação de declarações sem checagem.

Com relação aos relatos de fontes oficiais esses mecanismos para confrontar as informações repassadas por elas são ainda mais escassos. Por se tratarem de fontes oficiais, os jornalistas tendem a oferecer uma total credibilidade a essas informações, como comprovamos nas entrevistas. Em especial, no jornalismo declaratório, que baseia a notícia em apenas uma única fonte, sem dados técnicos ou uma investigação por parte do jornalista, atribuir à fonte, seja ela oficial ou não, a responsabilidade sobre a veracidade do relato, sem nenhuma checagem, pode representar um risco tanto para a credibilidade do veículo, quanto para a qualidade da informação repassada ao público, uma vez que declarações inverídicas podem estar ganhando destaque na mídia.

A recorrência das vozes de fontes oficiais sustentando as notícias no jornalismo declaratório nos desperta para outra problemática. Qual o espaço destinado para retratar a versão das testemunhas, vítimas ou mesmo da população em geral? Se em um crime de repercussão a única voz a embasar a notícia é a de um delegado, por exemplo, e não a da vítima, os jornalistas podem estar diminuindo a importância do fato e até privilegiando vozes, tratando as informações de apenas um ângulo.

Outra implicação do telejornalismo declaratório em tempos de cibercultura é a mudança nos valores-notícia de proximidade, sobretudo nas empresas locais. À medida que o envio de conteúdo pela internet possibilita aos jornalistas noticiarem fatos sem precisar se dirigir até o local, informações de qualquer lugar do mundo, a partir de vídeos e áudios enviados online por uma fonte, podem ganhar destaque nos noticiários. E assim, acontecimentos locais, que poderiam trazer impactos mais diretos para o público da região, podem perder espaço na mídia. O telespectador fica sabendo de uma tragédia que

aconteceu em outro país, mas pode ficar sem saber sobre uma falta de água no seu bairro, por exemplo, que mudaria toda a rotina da sua casa.

O declaratório pode trazer consequências também no que tange o mercado jornalístico. Usando no noticiário as declarações enviadas pelas próprias fontes, os profissionais não precisam mais ir às ruas, e isso tem mudado a rotina dentro das redações. Ferrari (2003) estuda esse fenômeno em nível de jornalismo digital, mas ele pode ser facilmente atribuído à prática declaratória também. “O fazer jornalístico está mudando, basta olharmos para o inexistente número de carros de reportagem, nas redações digitais, o que demonstra que raramente o repórter Web sai à rua em busca de um fato. O fato vem até ele pela própria net” (FERRARI, 2003, p. 54).

Ao passo que o jornalista deixa de fazer sua função de ir às ruas em busca do fato, a internet está de alguma forma ocupando os espaços dos profissionais na empresa. E os veículos de comunicação podem, assim, chegar a reduzir o número de jornalistas nas redações, já que boa parte do conteúdo exibido está sendo recebido pelo WhatsApp.

Vale destacar que as ferramentas disponíveis em rede ao invés de ocupar os espaços dos profissionais, poderiam ser utilizadas por eles para melhorar a qualidade do conteúdo jornalístico. Na etapa de checagem das informações, por exemplo, é possível contar com vários sites de dados e pesquisas sobre os assuntos mais variados. Além disso, já que o WhatsApp tem facilitado o acesso às fontes, por meio dessa ferramenta também é possível checar com outras fontes a veracidade das informações e confrontar as versões, bem como marcar entrevistas presenciais com mais de uma delas. Ademais, como o aplicativo permite inclusive chamadas em vídeos, existe também a possibilidade de esclarecer e instruir as fontes sobre as melhores formas de gravação do conteúdo, evitando problemas técnicos de enquadramento da câmera, atentando para qualidade do vídeo e o som ambiente, fatores que podem comprometer a qualidade e o entendimento do público sobre o fato.

As fontes são parte essencial da construção de uma notícia, mas ela deve continuar sendo a base e não o todo. São elas que dão voz ao conteúdo jornalístico, seja em uma reportagem com a presença de várias fontes ou por meio do jornalismo declaratório. Mesmo nessa especialidade que só lança mão de uma única voz dando embasamento à notícia, o jornalista deve continuar exercendo seu papel, checando e confrontando as informações, não se transformando em um mero divulgador do conteúdo recebido. Temer (2010, p.103) trata desses princípios éticos do jornalismo. “O jornalismo tem por princípio um compromisso com a verdade, com a informação verdadeira. Além disso, por

princípio ético, o jornalismo pressupõe uma comunicação organizada a partir do interesse público, do que afeta a vida do indivíduo”.

Para que o jornalismo declaratório em tempos de cibercultura não anule esses princípios éticos do fazer jornalístico, essa especialidade merece atenção e deve ser ainda mais estudada em pesquisas futuras. Sobretudo porque a cada dia surgem novas ferramentas que possibilitam maior proximidade entre os jornalistas e fontes, além do recebimento de declarações e consequentemente a incidência do jornalismo declaratório. Desvendar suas implicações e desdobramentos se faz necessário para que as limitações não anulem os benefícios da prática, não comprometa a notícia repassada para o público e nem ponha em risco a responsabilidade social dos meios de comunicação e dos jornalistas.

REFERÊNCIAS

- BIANCO, Nelia R. Del. **A Internet como fator de mudança no Jornalismo**. In: Radiojornalismo em mutação, a influência cultural e tecnológica na transformação da noticiabilidade no rádio. 2004. Tese. Universidade de São Paulo. Disponível em < <https://goo.gl/GRntUh> >. Acesso em 10 abril 2017.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina, Vol. 2, n. 1, p. 68-80, janeiro-julho, 2005. Disponível em <https://goo.gl/mu3D1x>. Acesso em 16 abril 2018.
- BORELLI, S.; PRIOLLI, G. **A deusa ferida**: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo: Summus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CIRNE, Livia. O telejornalismo brasileiro nos caminhos da digitalização. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom**, 2010, Campina Grande. Disponível em <<https://goo.gl/UCjchm> >. Acesso 10 fev. 2018.
- _____. **Interatividade e perspectivas no telejornalismo da TV digital**. João Pessoa: Marca Fantasia, 2012. Disponível em < <https://goo.gl/g94bdw> > Acesso em 10 jan. 2018
- DOCTOR, Ken. **Newsonomics**: doze novas tendências que moldarão as notícias e o seu impacto na economia mundial. Tradução por Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2011.
- ERBOLATO, Mário. **Dicionário de Propaganda e Jornalismo**. Campinas: Papirus, 1985.
- _____. **Técnicas de decodificação em Jornalismo**. São Paulo: Vozes, 1991
- FERREIRA, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- HOLANDA, André. **Estratégias de abertura**: o jornalismo de fonte aberta dos casos Indymedia, CMI, Slashdot, Agoravox, Wikinoticias e Wikinews. 2007. Dissertação. Salvador: POSCOM/UFBA. Disponível em <<http://goo.gl/n44FdA>> Acesso em 10 março 2017.
- JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEMO, André. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVIII**, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em < <https://goo.gl/6BMSKc> > Acesso em 10 março 2017.

_____. **As estruturas antropológicas do ciberespaço**. In: **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5. ed., Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Ed. Atlas. 1996.

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 23-55.

_____. **História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, Rostand. **Telejornalismo e cotidiano: a construção de enquadramentos sobre a vida urbana no JPB** 1ª edição. 2010. 278 f... Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas)- Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NEVEU, Erick. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. **O ‘Jornalista Sentado’ e a Produção da notícia on-line no Correio Web**. In: Em Questão. Porto Alegre: UFRGS, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan/jun. 2004. Disponível em < <https://goo.gl/LwJe4c> > Acesso em 28 março 2017.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**- 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias**. Disponível em < <https://goo.gl/rHwnBc> >. Acesso em 25 abril 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão**. Disponível em < <https://goo.gl/Sb6zez> >. Acesso em 10 abril 2017.

_____. **A conversação como apropriação na comunicação mediada pelo computador**. Disponível em < <https://goo.gl/2ewDQt> >. Acesso em 12 jan. 2018

_____. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

REZENDE, Guilherme. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 23-55.

SANTOS, Clayton. Boa noite e boa sorte: a TV digital e o fazer notícia no telejornalismo. In: NUNES, Pedro (Org.). **Mídias Digitais & Interatividade**. João Pessoa: EDUFPB, 2009, p. 97-113.

SCHIAVONI, J.; Soldi, A. **Da TV generalista à interativa: um olhar sobre a televisão brasileira**. Biblioteca Online de Comunicação, 2011. Disponível em <<https://goo.gl/aU1Xax>>. Acesso em 20 março 2017.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. 1ª edição. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, Edna; ROCHA, Liana. Telejornalismo e Cibercultura: convergência de tecnologias e informação. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 101-126.

SILVA, Fernando. Tecnologias móveis como plataformas de produção no jornalismo. In: LEMOS, A. JOSGRILBERG, F. (Org) **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

TEMER, Carolina. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 101-126.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – porque as notícias são como são**. 2. ed., Florianópolis: Insular, 2005.

VIDIGAL, Edson. **Imprensa investigativa**. Disponível em <<https://goo.gl/9om3jR>>. Acesso em 24 julho 2017.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005

VIZEU, A; SIQUEIRA, F. C. **O telejornalismo**: o lugar de referência e a revolução das fontes. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010, p, 83-99.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 2002.

APÊNDICES

Apêndice I - Entrevista transcrita com Tarcísio Araújo - produtor da TV Borborema

Arquivo 1- Tempo de gravação: 9 min e 32 seg

Realizada em 27 de dezembro de 2017

P: Como é o contato com as fontes por meio da internet?

R: A gente já criou um certo vínculo com as fontes e isso facilita o nosso trabalho. A própria polícia, por exemplo, nos procura para divulgar os fatos que, muitas vezes, são de interesse deles. Hoje esse contato é feito pelas novas tecnologias, especificamente, pelo nosso próprio WhatsApp. Ele é essencial porque a maioria dos contatos é feito através do WhatsApp. Mesmo com todo esse aparato tecnológico, nós também checamos para colher informações. Eu acho que a checagem é essencial, principalmente pra gente chegar primeiro no lugar da matéria. Então, a gente fala com os policiais, com os delegados procurando saber se está acontecendo alguma coisa nas delegacias, na cidade e com isso a gente envia nossa equipe, caso necessário, ou pede um áudio ou vídeo.

P: Como vocês solicitam para as fontes essas declarações através do WhatsApp?

R: A gente liga e manda mensagem no WhatsApp, mas de preferência pelo WhatsApp. A gente manda uma mensagem: Ei, fulano de tal, tem como o senhor gravar um vídeo e enviar para gente através desse WhatsApp? Então o nosso primeiro contato é assim. Caso ele não responda, a gente liga por telefone.

P: Vocês checam esse material?

R: Quando o vídeo é enviado por uma fonte oficial, por exemplo um delegado ou um sargento da polícia, como a gente está recebendo do WhatsApp dele, a gente confia. Então, a gente passa para a edição, faz alguns cortes, se for necessário, e já exibe no programa.

P: Quais são os critérios para decidir quando vocês vão usar o jornalismo declaratório com auxílio das novas tecnologias?

R: O principal critério é realmente quando a gente não tem como ir ao local. A gente prioriza a equipe no local. Mas quando não é possível enviar equipe ou quando o fato acontece já na hora do programa ou faltando poucos minutos, a gente se vira pelo

WhatsApp. A gente pede um vídeo. Quando a fonte se recusa, a gente apela para o áudio tape, que a gente liga e grava a ligação. Mas o áudio tape não está sendo mais tão usado. O bom do WhatsApp é que a gente também recebe foto e vídeo para ilustrar a fala e deixar o material mais dinâmico. Quando a gente não tem e um mapinha fica aparecendo o tempo inteiro na tela, a audiência pode cair

P: Como você acredita que essa proximidade entre jornalistas e fontes, provocada pelo WhatsApp modificou a produção de notícia?

R: No meu ver, modificou de forma positiva, porque hoje a gente tem muito mais acesso, a gente tem muito mais conteúdo em decorrência dessas novas tecnologias. Eu cheguei a trabalhar quando ainda não existia o WhatsApp, e eu posso dizer que as novas tecnologias facilitaram muito a nossa vida e também passam a gerar mais conteúdo. Isso porque a gente fica sabendo com mais rapidez do fato. Praticamente na hora que acontece a gente sabe, já recebe um vídeo, um áudio de alguém relatando. Antes a gente tinha uma dificuldade muito grande porque a gente se limitava a checagem por telefone.

P: Quais são os benefícios e as limitações dessa prática do jornalismo declaratório na cibercultura?

O benefício é mais conteúdo. Muitas vezes, se não fosse essa nova tecnologia, a gente não ia trazer aquela informação. E o ponto negativo é a questão da exclusividade. Porque hoje ficou muito mais difícil a gente trazer uma matéria com exclusividade. Quando acontece algo, já está lá no grupo com 250 jornalistas do estado todo. Então, é bem mais difícil trazer algo com exclusividade. Para quem está em casa, a deficiência é em termos de qualidade. Qualidade do áudio, de imagem. Porque é diferente você fazer com uma câmera profissional e você fazer com um celular, que a qualidade do vídeo pode não ser tão boa. Mas a gente exhibe porque a gente tem que dar a informação. E o telespectador recebe a notícia da mesma forma independente disso.

APÊNDICE II- Entrevista transcrita com Bastos Farias - diretor de jornalismo da TV Borborema

Arquivo 2- Tempo de gravação: 6 min e 49 seg

Realizada em 27 de dezembro de 2017

P: Por que você acredita que o jornalismo declaratório está sendo mais usado na cibercultura?

Eu acho que não é falta de profissionais na redação. As redes sociais chegaram justamente para contribuir, para ajudar no dia a dia das profissões, não só do jornalismo. No jornalismo, elas têm contribuído de forma decisiva para o andamento do trabalho. A gente TV Borborema, a gente não tem uma equipe no Alto Sertão do Estado. Em função da distância, em determinados casos, dependendo da situação do momento, até a gente desloca uma equipe, como aconteceu em uma rebelião em Patos. Como o assunto estava em voga, a gente mandou uma equipe pra lá. Mas dependendo do caso, a gente utiliza o WhatsApp para ajudar. Por exemplo, o delegado. A gente mantém contato com o delegado, se for um caso da área policial. O próprio juiz de direito, policial militar, policial civil. Esse pessoal tem nos ajudado através do WhatsApp. Eles gravam áudio e, às vezes vídeo, e nos mandam. E até outras emissoras aí que tinham aquele padrão, estão se rendendo a essas ferramentas. Essas emissoras estão enveredando por esse caminho, porque o importante é a notícia. O importante é a notícia. O telespectador que está do outro lado, na sala, quer receber a informação. Aí se vem através do WhatsApp ou de outro mecanismo, dificilmente ele vai fazer crítica ou fazer juízo de valor sobre determinado conteúdo que está sendo exibido. O importante naquela hora é mostrar a informação. O importante é a notícia.

P: Quais são os critérios para decidir quando vocês vão usar o jornalismo declaratório com auxílio das novas tecnologias?

R: Na realidade, não existe um critério. Se for distante e a gente não tiver condição de ir, a gente vai batalhar, a produção vai cair em campo, pra gente conseguir algo daquela cidade. A gente vai tentar conseguir especialmente pelo WhatsApp. Porque através do WhatsApp a gente tem condição de ter acesso ao áudio e ao vídeo. Mas existe também o fator imediatismo. Se a gente tiver com um programa no ar e estiver acontecendo um fato

naquele momento, como a gente não tem condição de chegar naquele momento, a gente utiliza esse meio para dar a informação de forma imediata.

P: Quais os benefícios do jornalismo declaratório na cibercultura?

R: A vantagem é que a gente está dando a informação de forma imediata para o telespectador. Ele vai saber na hora, quase que na hora, o fato que está acontecendo. E não esperar que a nossa equipe se desloque até lá. Isso é bom pra gente também enquanto emissora, com relação à audiência. Porque você sabe que a notícia ao vivo, instantânea gera audiência.

P: Existe limitações nessa prática?

R: Eu acredito que só tem benefício. Benefício pra TV que está dando a informação, muitas vezes conseguindo audiência por conta dessas declarações que chegam em tempo real. E benefício também para o telespectador que está recebendo a informação.

APÊNDICE III- Entrevista transcrita com Rackel Cardoso - produtora da TV Paraíba

Arquivo 3- Tempo de gravação: 9 min e 16 seg

Realizada em 20 de dezembro de 2017

P: Como acontece o contato com as fontes por meio do WhatsApp?

R: Tem muita fonte hoje que só responde pelo WhatsApp Fontes oficiais e fontes não oficiais também. Então, desde o primeiro contato está sendo feito através dele. Tem pessoas que não gostam de falar pelo celular, mas respondem pelo WhatsApp, mandam áudios. O jornalismo tem muito disso de mostrar a fonte, para que o jornalista fique isento das informações, mas em alguns casos a fonte não pode. Por exemplo, teve um caso importante em Soledade e o delegado que foi enviado só para ficar à frente desse caso, não ia poder falar. Ele estava viajando para Recife e a gente resolveu tudo através do WhatsApp, por um áudio. Eu acho isso fantástico. Porque na hora que a pessoa não quer ou não pode atender o telefone, facilita demais a nossa vida.

P: Como você acha que essa proximidade entre jornalistas e fontes modificou o processo de construção de uma notícia?

R: Demais, demais. Quando eu comecei na produção a gente ligava para a polícia e eu passava uns 40 minutos no telefone só para saber das informações da Polícia Militar, aí depois vinha a Civil e tal. Hoje em dia tem um grupo que o próprio comandante regional manda as informações. Então, facilitou muito. E outra coisa, manda para todo mundo ao mesmo tempo. Além das fotos que são compartilhadas que ajudam a ilustrar os vídeos e os áudios das declarações. Teve uma explosão no sertão, por exemplo, eu já pergunto ao policial que atender: Tem foto? Não daria tempo uma equipe se deslocar até o local.

P: Como acontece essa checagem do material enviado pronto pelas fontes?

R: A gente confia. A gente confia e coloca o nome da fonte. Ou coloca informações da Polícia Civil, se for um delegado, por exemplo. O delegado mandou, então está confirmado, a gente joga no ar.

P: Quais são os critérios para decidir quando vocês vão usar o jornalismo declaratório com auxílio das novas tecnologias?

R: Eu acho que o primeiro é o imediatismo. Quando o jornal vai entrar no ar daqui a 30 minutos e eu não tenho condições de mandar uma equipe e abrir o jornal com uma bomba

dessa. Por exemplo, teve uma explosão em um banco. Eu vou encaminhar a equipe, mas não vai dar tempo eles estarem prontos para abrir o jornal. Então, eu já pedi ao delegado as fotos para abrir o jornal com as informações mais fortes e depois a nossa equipe entra ao vivo para dar os detalhes. Então eu acho que o principal critério é o imediatismo. O segundo é com relação a dificuldade de tempo e de se encontrar. Por exemplo, o delegado só pode às 14h, mas eu só tenho equipe às 16h. Tudo depende das circunstâncias, mas eu acho que o imediatismo é o principal.

P: Quais são os benefícios e as limitações dessa prática do jornalismo declaratório na cibercultura?

R: Eu acho que conseguiu aproximar demais os jornalistas das fontes. A gente falava por telefone, mas muitas vezes, a gente não conseguia nem conversar direito. “Ah vou entrar em uma reunião. Tchau”. Hoje em dia a pessoa responde mesmo em reunião. É uma coisa que com e-mail não se fazia muito, com SMS não se fazia muito, diferente do WhatsApp. Outra coisa, mandando um áudio, a fonte não fica perdendo tempo digitando, nem perde tempo atendendo a gente, na hora que a gente quer e sim na hora que ele pode. Mas pode ter malefícios, se o jornalista for preguiçoso. Se o produtor for preguiçoso, ele vai ficar esperando a pessoa responder ali na rede social. Quando não tinha isso, o repórter tinha que cair em campo. Perdia mais tempo? Perdia. Mas estava lá, no lugar, no momento. Tem suas vantagens e desvantagens, mas eu acho que as vantagens são maiores.

P: E para o pessoal que está em casa? Você acha que faz diferença assistir a uma reportagem ou ver um vídeo enviado pela fonte?

R: Eu acho que eles recebem da mesma forma. Eu nunca recebi reclamação.

APÊNDICE IV- Entrevista transcrita com Carlos Siqueira - Diretor de jornalismo da TV Paraíba

Arquivo 4- Tempo de gravação: 3 min e 44 seg

Realizada em 26 de dezembro de 2017

P: Por que você acredita que o jornalismo declaratório está sendo mais usado na cibercultura?

R: Primeiro porque hoje, pelo menos aqui na Paraíba, há um distanciamento das autoridades com os jornalistas. Isso é um fato talvez atípico dentro dessa sua pergunta. Tem muitos delegados que hoje aproveitam esse fato da violência ter crescido e preferem se distanciar dessas informações. Então eles utilizam os meios não convencionais, digamos assim, principalmente pelo WhatsApp para passar informação. E nós jornalistas precisamos ter alguns cuidados no tocante a essas informações. Porque elas chegam via WhatsApp, mas elas precisam ser arquivadas, para que depois não haja desmentidos. Então, há uma preocupação nossa no sentido de receber essas mensagens, se elas são de fontes oficiais, no caso delegados e policiais, elas são arquivadas e são divulgadas.

P: Você não acredita que é um fenômeno ligado à redução de profissionais?

R: No caso da TV Paraíba não é redução de profissionais. Porque nós temos equipes sempre disponíveis para ir fazer a fala onde a fonte estiver. Só que nem sempre, os delegados, por exemplo, estão disponíveis. Às vezes eles estão em ocorrência, ouvindo testemunhas, fazendo oitivas. Aí nesses casos, o que acontece é que eles preferem enviar um áudio ou vídeo pelo WhatsApp. E para nós, desde que esse material seja verídico, é fonte de informação.

P: Quais são os critérios para decidir quando vocês vão usar o jornalismo declaratório com auxílio das novas tecnologias?

R: Nós só utilizamos quando a equipe vai até o local da reportagem, não encontra a fonte, ou há um desencontro com a equipe. Por exemplo, a fonte diz que só pode atender às 18h, mas o jornal entra no ar às 19h10. Então ela diz que é muito melhor mandar um áudio. Quando há essa possibilidade de juntar o conteúdo dentro dessa ferramenta e a gente utilizar no ar, nós não temos nenhuma objeção em fazê-lo.

P: Quais os benefícios e as limitações do jornalismo declaratório na cibercultura?

R: É um benefício nesses casos que eu citei. Agora eu ainda prefiro a fala testemunhal para a televisão. Repórter entrevistando o delegado com nosso equipamento. Porque dá um tom mais oficial. Agora evidentemente quando não temos possibilidade de fazer, é uma ferramenta que tem nos ajudado. Eu não acho que tenha prejuízo essa prática porque não é regra. Não é regra fazer áudios pelo WhatsApp e colocar em reportagens. É exceção. E quando essa informação vem com conteúdo legal, de qualidade, eu acho que vale sim, não tem prejuízo.

APÊNDICE V- Entrevista transcrita com Thiago Marques - produtor da TV Itararé

Arquivo 5- Tempo de gravação: 9 min e 3 seg

Realizada em 28 de dezembro de 2017

P: Como acontece o contato com as fontes por meio da internet?

R: Hoje em dia, o aumento das tecnologias e ferramentas da comunicação tem otimizado o tempo de acesso às fontes, oficiais ou não, facilitando o nosso trabalho de produção de notícia. Se você pensar em um jornalismo há muito tempo atrás... antigamente as pessoas faziam jornalismo indo até a fonte. Elas tinham que buscar informações de forma pessoal, indo até elas. Hoje em dia a gente não precisa ter esse contato físico com a fonte. A gente tem um contato com elas pelo celular, através do WhatsApp e consegue pegar todas as informações. Hoje em dia a gente pode dizer que muitos desses contatos que a gente faz com as fontes, primeiramente a gente faz através do WhatsApp. E aí, em um segundo momento, dependendo da velocidade com que a gente precise dessa informação, ou até de uma checagem um pouco maior, mais detalhada, a gente faz uma ligação. Mas, em um primeiro momento a gente fala através do WhatsApp, por áudio ou por texto.

P: Como vocês solicitam material, seja em vídeo ou áudio, dessas fontes?

R: A gente ver que hoje as fontes já estão muito adaptadas a esse modelo de contato, de relação entre jornalistas e fontes. Então, por exemplo, aconteceu um homicídio. A gente entra em contato diretamente com o delegado responsável, pelo WhatsApp, já solicitando informações daquele fato e já tirando dúvidas, perguntando detalhes. Em alguns momentos eles já mandam essas informações por texto, em outros momentos por áudio ou por vídeo. Mandam fotos para ilustrar. Quando a gente solicita algum material algumas fontes já sabem como fazer isso. Então, já mandam até em vídeo, porque para TV já facilita. A gente usa o vídeo, sem precisar enviar uma equipe completa, com repórter, com motorista, com cinegrafista, até uma Central de Polícia, por exemplo.

P: Quais são os critérios para decidir quando vocês vão usar o jornalismo declaratório com auxílio das novas tecnologias?

R: Geralmente é questão de tempo. A gente usa mais esses aplicativos nesse sentido de fazer com que a gente tenha o máximo de informação possível, com uma checagem boa também, sem deixar de lado a responsabilidade social, no sentido da veracidade da

informação. Porque a gente precisa colocar um jornal no ar e a gente tem basicamente quatro ou cinco horas para isso. Então, se a gente for mandar uma equipe para vários lugares, não tem como a gente ter tudo.

P: Como acontece essa checagem do material enviado pronto pelas fontes?

R: Dependendo da relação que você tenha com uma fonte, você sabe que de fato ela tem uma ligação direta com o ocorrido. Então, nesse aspecto a gente acaba considerando que aquilo é a verdade e coloca no ar o que ela nos enviou. Em outros momentos, quando ela não tem uma ligação direta, é óbvio que o sensor do jornalista de checar, de ter dúvidas, ele tem que falar mais alto. E a gente tem que partir para buscar a veracidade em outras fontes. Sair confrontando para saber se aquilo é verdade ou não.

P: Como você acha que essa proximidade entre jornalistas e fontes modificou o processo de construção de uma notícia?

R: Eu acredito que ela modificou mais no sentido de otimizar o tempo. Eu acho que tem um lado negativo e um lado positivo. O lado negativo é a gente acabar deslizando em alguns momentos, no sentido de dar barrigada, de dar informação incorreta ou incompleta, já que damos a informação de uma única fonte, não confrontamos com outras. Porque como facilitou muito o acesso à informação, a gente acaba pegando uma fonte só de um fato. Partimos para outro fato e também pegamos uma fonte só. Então tem esse lado negativo. E o lado positivo, é a questão do acesso à fonte, de ter rapidez, de tudo você poder fazer através de uma mensagem de texto ou áudio, sem precisar enviar uma equipe ou você precisar ir fisicamente ao local.

P: Quais são os benefícios e as limitações dessa prática do jornalismo declaratório na cibercultura?

R: Se você for ver a questão do jornalista... qual o papel do jornalista? Ele funciona como um filtro entre o fato e a sociedade. Então, somos nós que fazemos a notícia. Se você for analisar por esse aspecto, quando você coloca o vídeo de um delegado, que fala que aconteceu uma operação naquela madrugada, a gente está colocando a fala dele no jornal. Claro que passou por nós. Mas quando um repórter vai até o local fazer uma reportagem, ouvindo todas as fontes, todas as pessoas envolvidas nessa matéria.... muda sim a forma como quem está recebendo a notícia consome ela. Por meio do jornalismo declaratório feito com o auxílio do WhatsApp pode ser uma notícia incompleta, pode ser que essa

fonte dê informações que não sejam relevantes para a sociedade, sejam relevantes para ela. Então o jornalista nesse sentido, no local, ele selecionaria o que é importante para as pessoas. Se a informação está sendo dada diretamente pela fonte, é obvio que ele vai puxar para o ego dela. Nesse sentido, muda a forma como as pessoas recebem essas informações.

APÊNDICE VI- Entrevista transcrita com Anchieta Araújo - Diretor de jornalismo da TV Itararé

Arquivo 5- Tempo de gravação: 5 min e 52 seg

Realizada em 27 de dezembro de 2017

P: Por que você acredita que o jornalismo declaratório está sendo mais usado na cibercultura?

R: Eu diria que isso faz parte de um novo tempo para o jornalismo mesmo. Eu sou de uma época em que não existia nem internet. Então era muito diferente a maneira de você se comunicar com as fontes. Até por telefone era complicado na época. Hoje você tem toda uma facilidade. Acho que isso é um grande avanço e uma ferramenta excepcional para quem trabalha principalmente em televisão. No rádio também, claro. No rádio, hoje em dia, o quanto não se usa de áudios via WhatsApp. Áudios que são enviados por autoridades mesmo, e isso vai para o ar do jeito que ele manda. A mesma coisa na televisão. Na televisão você tem vídeo e áudio hoje através das redes sociais, que as autoridades mandam e todas as TVs estão utilizando essa ferramenta.

P: Você acredita que a incidência do jornalismo declaratório está mais ligada às redações mais reduzidas ou ao advento das novas tecnologias, como o WhatsApp?

R: Eu acho que é uma tendência, que o uso desses áudios e vídeos vá se incorporar ao jornalismo. As coisas acontecem de forma muito rápida e tem situações que você não tem acesso à fonte de outra forma. O jornalista quer uma resposta rápida. O telespectador quer uma resposta rápida. Então o meio é o WhatsApp mesmo.

P: Quais são os critérios usados para vocês decidirem que vão usar conteúdo enviado pelas fontes?

R: O que se usa mais hoje é principalmente respostas para alguma coisa que você está procurando. Quando você não está conseguindo encontrar a fonte. A gente, aqui da TV Itararé, tem casos, por exemplo, do reitor da UEPB, respondendo alguma solicitação das pessoas. Isso acontece de forma frequente.

P: Quais os benefícios, na sua ótica, desse jornalismo declaratório na cibercultura?

R: É a questão da rapidez, porque tudo acontece de forma muito rápida agora. Exatamente muito por causa das redes sociais mesmo. Porque se você não der agora, daqui a pouco

vai estar tudo nas redes sociais. Então não dá tempo você escalar uma equipe, agendar com alguém para ir lá, gravar a tarde e exibir a noite. Já foi. Isso já deixou de ter interesse, porque todo mundo já sabe. Então, se eu posso ter essa informação através do WhatsApp, por que não usar? O critério é esse. O jornalista está correndo contra o tempo mais do que nunca.

P: Você acha que essa prática tem alguma limitação para o produto final da notícia?

R: Jornalistas da minha geração criticam muito. A maioria acaba abominando esse tipo de coisa. Eu não. Eu acho que a gente tem que se adequar, tem que ir se atualizando. E isso é algo que todo mundo está lançando mão porque é um caminho sem volta. Muito embora você perca um pouco do contato direto do jornalista com essa fonte. Aquela coisa, você vai gravar com alguém, no olho a olho, você tem como perguntar mais. É diferente da fonte enviar as respostas e declarações pelo WhatsApp. Então no contato direto a gente teria como nos aprofundar mais, isso se perde um pouco. Mas acredito que a tendência é que esse conteúdo pronto enviado pelas fontes via internet se incorpore em definitivo na prática jornalística. E depende muito do trato que o jornalista dá a isso. Primeiro você não vai exibir sem ouvir, sem analisar. Depois ainda tem como editar. E é sua responsabilidade, se ficar alguma dúvida ainda, liga para a fonte, passa uma mensagem pelo WhatsApp, confirma. Mas enfim, eu acho que essas tecnologias trazem grandes possibilidades desde que sejam tratadas com responsabilidade.